

# Ações de ensino, pesquisa e extensão direcionadas a pessoas privadas de liberdade em Instituições Federais de Educação Superior

Aline Siebra Fonteles Lopes  
Helena de Lima Marinho Rodrigues Araujo  
Sueli Maria de Araújo Cavalcante

## COLEÇÃO PRÁTICAS EDUCATIVAS

### Editores

Lia Machado Fiuzza Fialho | Editora-Chefe

José Albio Moreira Sales

José Gerardo Vasconcelos

## CONSELHO EDITORIAL EXTERNO

### Conselho Nacional Externo

Charliton José dos Santos Machado, Universidade Federal da Paraíba, Brasil  
Emanoel Luiz Roque Soares, Universidade Federal do Recôncavo Baiano, Brasil  
Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento, Universidade Tiradentes, Brasil  
Jean Mac Cole Tavares Santos, Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, Brasil  
José Rogério Santana, Universidade Federal do Ceará, Brasil  
Lia Ciomar Macedo de Faria, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil  
Maria Lúcia da Silva Nunes, Universidade Federal da Paraíba, Brasil  
Norberto Dallabrida, Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil  
Robson Carlos da Silva, Universidade Estadual do Piauí, Brasil  
Rosangela Fritsch, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil  
Samara Mendes Araújo Silva, Universidade Federal do Paraná, Brasil  
Shara Jane Holanda Costa Adad, Universidade Federal do Piauí, Brasil

### Conselho Internacional

António José Mendes Rodrigues, Universidade de Lisboa, Portugal  
Catherine Murphy, University of Illinois, Estados Unidos da América  
Cristina Maria Coimbra Vieira, Universidade de Coimbra, Portugal  
Dawn Duke, University of Tennessee, Estados Unidos da América  
Hugo Heredia Ponce, Universidad de Cádiz, Espanha  
Nancy Louise Lesko, Columbia University, Estados Unidos da América  
Oresta López Pérez, El Colegio de Michoacán, México  
Ria Lemaire, Universidade de Poitiers, França  
Susana Gavilanes Bravo, Universidad Tecnológica Metropolitana, Chile  
Emilie Zola Kalufuak, Université de Lubumbashi, Haut-Katanga, Congo

## UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

**REITOR** - Hidelbrando dos Santos Soares

**VICE-REITOR** - Dárcio Ítalo Alves Teixeira

### EDITORA DA UECE

**COORDENAÇÃO EDITORIAL** - Cleudene de Oliveira Aragão

### CONSELHO EDITORIAL

Ana Carolina Costa Pereira • Ana Cristina de Moraes • André Lima Sousa • Antonio Rodrigues Ferreira Junior  
Daniele Alves Ferreira • Erasmo Miessa Ruiz • Fagner Cavalcante Patrocínio dos Santos  
Germana Costa Paixão • Heraldo Simões Ferreira • Jamili Silva Fialho • Lia Pinheiro Barbosa  
Maria do Socorro Pinheiro • Paula Bittencourt Vago • Paula Fabricia Brandao Aguiar Mesquita  
Sandra Maria Gadelha de Carvalho • Sarah Maria Forte Diogo • Vicente Thiago Freire Brazil

Aline Siebra Fonteles Lopes  
Helena de Lima Marinho Rodrigues Araujo  
Sueli Maria de Araújo Cavalcante

**AÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO  
DIRECIONADAS A PESSOAS PRIVADAS DE  
LIBERDADE EM INSTITUIÇÕES FEDERAIS  
DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Ed   
**UECE**  
1ª EDIÇÃO  
FORTALEZA | CE  
2024

**AÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DIRECIONADAS A PESSOAS  
PRIVADAS DE LIBERDADE EM INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO  
SUPERIOR**

© 2024 *Copyright by* Aline Siebra Fonteles Lopes, Helena de Lima Marinho Rodrigues Araujo  
e Sueli Maria de Araújo Cavalcante

O conteúdo deste livro bem como os dados usados e sua fidedignidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. O *download* e o compartilhamento da obra são autorizados desde que sejam atribuídos créditos aos autores. Além disso, é vedada a alteração de qualquer forma e/ou utilizá-la para fins comerciais.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS**

Editora da Universidade Estadual do Ceará - EdUECE  
Av. Dr. Silas Munguba, 1700 - *Campus* do Itaperi - Reitoria - Fortaleza - Ceará  
CEP: 60714-903 - Tel.: (85) 3101-9893 - Fax: (85) 3101-9893  
Internet: [www.uece.br/eduece](http://www.uece.br/eduece) - E-mail: [eduece@uece.br](mailto:eduece@uece.br)



Coordenação Editorial  
*Cleudene de Oliveira Aragão*

Projeto Gráfico e Capa  
*Carlos Alberto Alexandre Dantas*  
[carlosalberto.adantas@gmail.com](mailto:carlosalberto.adantas@gmail.com)

Revisão Vernacular e Normalização  
*Felipe Aragão de Freitas Carneiro*  
[felipearagaofc@hotmail.com](mailto:felipearagaofc@hotmail.com)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

L864A Lopes, Aline Siebra Fonteles

Ações de ensino, pesquisa e extensão direcionadas a pessoas privadas de liberdade em instituições federais de educação superior/ Aline Siebra Fonteles Lopes; Helena de Lima Marinho Rodrigues Araujo; Sueli Maria de Araújo Cavalcante. - Fortaleza: EdUECE, 2024.

215p. il. [livro eletrônico]

ISBN: 978-85-7826-913-5

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-913-5>

1. Ensino. 2. Privação de liberdade. 3. Educação superior. 4. Lopes, Aline Siebra Fonteles. 5. Araujo, Helena de Lima Marinho Rodrigues. 6. Cavalcante, Sueli Maria de Araújo. I. Título

---

CDD 370



Abandonai milhões de crianças aos estragos de uma educação viciosa e imoral. A corrupção emurchece, à vossa vista, essas jovens plantas que poderiam florescer para a virtude, e vós as matais quando, tornadas homens, cometem crimes que germinam desde o berço, em suas almas. E, no entanto, que é que fabricais? Ladrões, para ter o prazer de enforcá-los (More, 1997, p. 31).



# SOBRE AS AUTORAS

## ALINE SIEBRA FONTELES LOPES



Mestra em Políticas Públicas e Gestão do Ensino Superior pela Universidade Federal do Ceará (UFC, 2020), especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social também pela UFC e em Saúde da Família pela Faculdade Terra Nordeste (Fatene, 2015), graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA, 2023) e em Serviço Social pela Universidade Norte do Paraná (Unopar) e estudante de doutoramento em Ciências da Educação pela Universidade de Coimbra em Portugal. Servidora pública federal: técnica administrativa em Educação - assistente de alunos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE, 2015). Autora do livro infantil *Minha casa mudou: a história*

*de Joaquim*, uma história que relata de forma simples e lúdica o impacto do cárcere na vida dos filhos.

E-mail: [aline.universidades@gmail.com](mailto:aline.universidades@gmail.com)

<https://lattes.cnpq.br/9284740502420199>

<https://orcid.org/0000-0001-9403-7397>

## HELENA DE LIMA MARINHO RODRIGUES ARAUJO



Pós-Doutora em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestra em Filosofia pela UFC, especialista em Gestão Escolar pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e em Educação a Distância pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Nacional (Senac) e graduada em Filosofia (licenciatura) e Pedagogia, ambas pela UECE. Professora adjunta da Faculdade de Educação de Itapipoca (Facedi/UECE), participante do grupo de pesquisa em Práticas Educativas, Memórias e Oralidade (PEMO) da UECE, vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), coordenadora do Seminário de Estágio

Supervisionado e Práticas Educativas (SEPE) e do Grupo de Estudo Estágio Supervisionado e Práticas Educativas (GEEPES) e consultora em educação.

E-mail: [helena.marinho@uece.br](mailto:helena.marinho@uece.br)

<http://lattes.cnpq.br/7403091676467602>

<https://orcid.org/0000-0003-0838-9279>

## SUELI MARIA DE ARAÚJO CAVALCANTE



Doutora em Educação Brasileira, eixo temático em Avaliação Institucional, pela Universidade Federal do Ceará (UFC, 2011) e mestra em Engenharia de Sistemas e Computação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRI, 1988) e graduada em Processamento de Dados pela UFC (1978) e em Administração de Empresas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE, 1981). Professora titular da UFC e professora permanente do Mestrado Profissional de Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior (Poleduc). Foi vice-coordenadora e professora do curso de Administração Pública, na Educação a Distância, pela UFC e Universidade Aberta do Brasil (UAB) e diretora de controle da Pró-Reitoria de Administração da UFC (2012-2015).

E-mail: [suelicavalcante@ufc.br](mailto:suelicavalcante@ufc.br)

<https://orcid.org/0000-0002-0698-2485>.

<http://lattes.cnpq.br/1962466876884560>

# SUMÁRIO

PREFÁCIO · 11

Carlos Francisco de Sousa Reis

**1 INTRODUÇÃO · 21**

**2 ENSINO SUPERIOR NO BRASIL · 27**

2.1 Evolução do Ensino Superior · 27

2.1 Políticas públicas do Ensino Superior · 40

2.2.1 *Prouni e Fies* · 43

2.2.2 *Reuni e expansão da rede tecnológica* · 45

2.2.3 *Pnaes* · 53

2.2.4 *Política de cotas* · 54

**3 SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO · 56**

3.1 Um breve recorte histórico das prisões no Brasil · 56

3.1.1 *Considerações sobre o sistema prisional brasileiro* · 58

3.2 A educação no sistema prisional · 67

**4 METODOLOGIA · 77**

4.1 Caracterização da pesquisa · 77

4.2 Organização da pesquisa · 79

4.3 Fonte, coleta e tratamento de dados · 81

**5 RESULTADOS E DISCUSSÕES · 84**

5.1 Ações para acesso de pessoas privadas de liberdade ao Ensino Superior na UFC · 85

5.1.1 *Ações de pesquisa e extensão direcionadas às pessoas privadas de liberdade na UFC* · 111

5.2 Ações para acesso de pessoas privadas de liberdade ao Ensino Superior na Unilab · 120

5.2.1 *Ações de pesquisa e extensão direcionadas às pessoas privadas de liberdade na Unilab* · 127

5.3 Ações para acesso de pessoas privadas de liberdade ao Ensino Superior no IFCE · 130

5.3.1 *Ações de pesquisa e extensão direcionadas às pessoas privadas de liberdade no IFCE* · 140

**6 CONCLUSÃO · 144**

## Anexos

- ANEXO A - RESPOSTA DA UFC VIA E-SIC - OFÍCIO 2 • 173**
- ANEXO B - RESPOSTA DA UNILAB VIA OUVIDORIA • 174**
- ANEXO C - AÇÃO DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI OU PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE DO IFCE • 175**
- ANEXO D - LISTAGEM DE AÇÕES DO IFCE • 176**
- ANEXO E - IFCE: RELATÓRIO FINAL DO PROJETO DE ATENDIMENTO E RESSOCIALIZAÇÃO DA PESSOA RECLUSA • 177**
- ANEXO F - IFCE: DADOS SOBRE PROJETOS DE PESQUISA E DE EXTENSÃO • 187**
- ANEXO G - UFC: DADOS SOBRE PROJETOS DE PESQUISA E DE EXTENSÃO • 188**
- ANEXO H - UFC: DADOS SOBRE INGRESSO DE ESTUDANTES PRIVADOS DE LIBERDADE • 189**
- ANEXO I - INEP: DADOS SOBRE INGRESSO DE ESTUDANTES PRIVADOS DE LIBERDADE • 190**
- ANEXO J - IFCE: DADOS SOBRE INGRESSO DE ESTUDANTES PRIVADOS DE LIBERDADE • 191**
- ANEXO K - RESPOSTA DA UFC VIA E-SIC - DESPACHO NÚMERO 4 • 192**
- ANEXO L - RESPOSTA DA UNILAB VIA OUVIDORIA • 194**
- ANEXO M - RESPOSTA DA UNILAB - DESPACHOS 0088395 E 0088648 • 195**
- ANEXO N - RESPOSTA DA UNILAB SOBRE PROJETOS LIGADOS À SEGURANÇA PÚBLICA • 197**
- ANEXO O - RESPOSTA DA SEJUS • 199**

## PREFÁCIO

### **CARLOS FRANCISCO DE SOUSA REIS**

Nascido no Porto, Paranhos, a 15 de novembro de 1960. Possui vários graus académicos e profissionais. Obteve o seu doutoramento (PhD) em Ciências da Educação, com especialização em Filosofia da Educação, pela Universidade de Coimbra, Portugal, em 2008. Anteriormente, em 1996, completou o mestrado em Ciências da Educação na mesma universidade. Em 1995, tornou-se formador especializado em Investigação Prática e Pedagógica e Didática Especializada (Filosofia), acreditado pelo Conselho Científico-Pedagógico para Formação Contínua. A sua jornada académica teve início com a licenciatura em Ensino de Filosofia pela Universidade do Porto em 1991, após uma licenciatura anterior em Filosofia pela mesma instituição em 1989. Ao longo da sua carreira académica, contribuiu significativamente para diversas instituições. Na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, assumiu o cargo de professor auxiliar a partir de 9 de fevereiro de 2015. Simultaneamente, é editor da *Revista Portuguesa de Pedagogia* e investigador integrado no CEIS20, o Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra. Antes disso, desempenhou o cargo de professor coordenador no Instituto Politécnico da Guarda, Portugal (2013-2015). Na mesma instituição foi, previamente, professor adjunto (2000-2013) e assistente (1991-1997). É autor de dois livros e autor e coautor de mais de 20 artigos, publicados em revistas indexadas, que abordam temas das Ciências e da Filosofia da Educação.



livro intitulado *Ações de ensino, pesquisa e extensão direcionadas a pessoas privadas de liberdade em Instituições Federais de Educação Superior* é fruto de um mergulho profundo na intersecção entre educação, pesquisa, extensão e o universo das pessoas privadas de liberdade nas Instituições Federais de Ensino Superior. O cenário complexo e desafiador desvela não apenas a urgência, mas a necessidade premente de reavaliar e reconstruir as estruturas educacionais para atender a uma parcela negligenciada da nossa sociedade: os indivíduos privados de liberdade.

A inspiração para esta jornada emerge das palavras de Thomas More, que há séculos alertava sobre os estragos causados pela ausência de uma educação digna e moral. A corrupção da juventude, observada desde seu berço, culmina na colheita de crimes, quando poderiam florescer virtudes. Uma reflexão provocativa, tão relevante e atual quanto em sua época.

Os sistemas prisionais frequentemente se deparam com significativas contradições ao apoiar a Educação Superior para detentos. Essas contradições surgem devido a diversos fatores. Desde logo, a abordagem por que opta a quase totalidade dos sistemas tende a adotar medidas punitivas, em vez de focar na reabilitação. A educação – especialmente o Ensino Superior – frequentemente é vista como um privilégio, em vez de um direito fundamental ou um meio de reabilitação, daí que o

foco principal tenda a ser a punição, em vez da oferta de oportunidades para crescimento pessoal e reintegração na sociedade.

Não se pode se esquecer, é claro, da falta de recursos e da limitação das verbas. Da abordagem punitiva se depreende, de modo muito “aceitável”, que destinar orçamentos para programas educacionais de reclusos que violaram as regras do jogo social, especialmente Ensino Superior, pode não ser uma prioridade ao considerar outras “necessidades urgentes”, como segurança, infraestrutura e salários dos funcionários. Estranho modo este de “agricultura” que não vê a salvação da plantação inquinada uma justificativa de todo o esforço anterior que se estende do lavradio à sementeira, passando por longos períodos – e investimentos – de cuidado.

Daí que não há que se estranhar que a percepção pública e a vontade política possam ir contra o desiderato, não tanto caritativo, como francamente de direito e economicamente justificável da reabilitação. Contra tão razoável opção funciona todo um estigma social em torno da oferta de educação para prisioneiros, especialmente Ensino Superior, quando os políticos dificilmente a podem considerar politicamente conveniente, se temerem que possa ser percebida a medida como leniência para com criminosos.

Por outro lado, não faltam barreiras legais e institucionais a restringir ou, pelo menos, desencorajar programas de Ensino Superior para detentos. Essas barreiras podem incluir critérios rigorosos de elegibilidade, acesso limitado a materiais educacionais ou obstáculos burocráticos na implementação de programas educacionais dentro das instalações prisionais.

Em complemento detrimental da formação destinada a reclusos, acresce-se a falta de programas abrangentes de reintegração. Embora o Ensino Superior possa contribuir significativamente para a reabilitação e reintegração de um detento na sociedade, muitas vezes é apenas uma peça de um *puzzle* maior. Sem programas abrangentes de reintegração, incluindo apoio após a liberação, oportunidades de emprego e assistência social, o impacto do Ensino Superior nos sistemas prisionais pode ver-se muito limitado.

Apesar dessas contradições, alguns sistemas prisionais e grupos de defesa reconhecem a importância do Ensino Superior na redução das taxas de reincidência e na promoção de uma reintegração bem-sucedida desses reclusos na sociedade. Eles defendem mudanças em políticas e atitudes, enfatizando o potencial transformador da educação para romper o círculo vicioso do encarceramento/reinserção e oferecer segundas oportunidades às pessoas reclusas. Esforços para preencher essa lacuna envolvem parcerias entre instituições educacionais, órgãos governamentais e organizações comunitárias para criar programas de Ensino Superior acessíveis e eficazes, adaptados às necessidades dos detentos.

Sensível a toda essa problemática, o trabalho, que se dá agora ao prelo, propõe-se a traçar um panorama abrangente, transitando desde a evolução do Ensino Superior no Brasil até as políticas públicas que moldaram sua configuração atual. São expostos dados cruciais, como a faixa etária predominante dos detentos no país e o aumento alarmante da população carcerária ao longo dos anos. Esses números contundentes reforçam a urgência de políticas direcionadas a essa parcela margina-

lizada. Os compromissos internacionais assumidos pela Organização das Nações Unidas também ecoam nestas páginas, ressaltando a responsabilidade de garantir educação, mesmo para aqueles que estão reclusos. Desde tratados até marcos legislativos no Brasil, como a Lei de Execução Penal de 1984, fica evidente a necessidade de uma educação como instrumento fundamental de ressocialização.

Os autores registam que a política de Estado envolve mais de uma agência, atravessando instâncias como o Parlamento, resultando em mudanças em normas preexistentes com impacto amplo na sociedade. Por sua vez, a política de governo envolve medidas e programas decididos pelo Executivo em resposta às demandas políticas internas, mesmo que complexas. Isto permite compreender o Estado como um conjunto de instituições permanentes que possibilitam a ação do governo, não se tratando de um bloco monolítico. É nesse contexto que há que entender as políticas públicas, as quais, por sua vez, buscam traduzir as plataformas eleitorais em ações que gerem mudanças reais.

Em particular, o vertente estudo vale pela explicitação de como no Brasil a educação é um direito constitucional que guiou diversas reformas legislativas de políticas para o âmbito em questão. Durante os anos 2000, houve reformas no Ensino Superior, notadamente no governo de Lula, visando a atender a demandas internacionais, destacando-se, por exemplo, o Programa Universidade para Todos (Prouni) como uma declarada peça-chave na democratização do acesso à Educação Superior, mas que enfrentou modificações que o tornaram menos inclusivo, impulsionando também a expansão

das instituições privadas. Regista-se ainda o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), implantado por Lula, que buscou fortalecer as universidades federais e fiscalizar as privadas, além de ampliar o Ensino Superior público e privado. No entanto, essa expansão padeceu também de limitações, especialmente no que diz respeito à qualidade e à orientação dos cursos. Importa, em especial, reter como a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica bem como o surgimento do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) e as políticas de cotas foram elementos fundamentais no cenário do Ensino Superior brasileiro, visando a ampliar o acesso, promover a permanência e enfrentar desigualdades históricas, ou seja, mergulhando neste trabalho, o leitor poderá perceber como essas políticas representam avanços significativos, mas também enfrentam desafios, evidenciando-se que a democratização do Ensino Superior ainda requer um percurso extenso para se tornar uma realidade plena.

Aparece como deveras interessante a reflexão levada a cabo em torno da educação no sistema prisional, sendo evidenciado, no seguimento de Adorno, como a educação, desde a era moderna, ergue-se enquanto esperança para combater a barbárie, especialmente na sociedade contemporânea, uma barbárie que deve ser superada pela educação como uma estratégia para a transformação social. Como as autoras indicam, no caso brasileiro, a violência, permeando todas as classes sociais, não se limita mais a crimes violentos, estendendo-se aos crimes patrimoniais, muitas vezes culminando em crimes letais. É nesse contexto de violência que a ju-

ventude brasileira é moldada e, para enfrentá-lo, as autoras sugerem a recomendação de Freire, para quem seria necessário superar a matriz de ensino bancário, isto é, uma educação que prepara indivíduos para o mercado de trabalho, mas que negligencia a construção da cidadania e a formação de consciência social, privando-os de um espírito crítico e reflexivo.

As autoras alertam, aliás, para o facto de, no sistema prisional brasileiro, a educação ser reconhecida como um direito pela Lei de Execução Penal de 1984 que possibilite o acesso à Educação de Jovens e Adultos (EJA). Contudo, dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (2017) revelam um nível educacional precário entre os presos, evidenciando a escassez de acesso ao Ensino Superior. Por outro lado, embora uma proposta de viabilizar o acesso ao Ensino Superior para pessoas privadas de liberdade, através do Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privadas de Liberdade (ENEM PPL), busque incluir esse público no meio acadêmico, todavia, as estatísticas demonstram um ínfimo número de aprovações e ingressos efetivos nas instituições de ensino.

Tudo isso nos conscientiza para ver como a educação no âmbito prisional brasileiro enfrenta, no presente, desafios significativos, se quiser transformar não somente perspectivas tibiamente assumidas, mas também realidades em um ambiente desafiador. Assumindo-se, desde logo, que a EJA surge como estratégia de ressocialização, cujo sucesso é fundamental para viabilizar a transição para o Ensino Superior. E se se reconhece que o desafio de oferecer Ensino Superior para pessoas privadas de liberdade é complexo, resulta em paralelo bem

lembrado que constitui não só um direito constitucional, mas uma estratégia essencial para a ressocialização e o desenvolvimento humano.

Os objetivos e metodologias desta pesquisa foram delineados com base em uma sólida fundamentação legal e em uma trajetória pessoal enraizada no ambiente prisional. A abordagem exploratória e qualitativa conduziu à análise documental, revelando dados expressivos e muitas vezes negligenciados.

Cada capítulo deste texto revela um universo distinto: desde o panorama do Ensino Superior no Brasil até as considerações cruciais sobre o sistema penitenciário. Autores renomados e a legislação vigente guiam esse percurso, oferecendo *insights* valiosos e contribuições significativas para repensar a ressocialização e a inclusão nas Instituições de Ensino Federal.

Ao final, os resultados obtidos delineiam caminhos promissores, vislumbrando propostas que possam não somente beneficiar os apenados e as instituições de ensino, mas também colaborar com políticas mais inclusivas e resilientes. Este texto não é apenas um registro acadêmico, é um chamado à ação, um convite à reflexão e à transformação.

Pela nossa parte, queremos testemunhar que este trabalho constitui um significativo contributo para compreender por que razão recuperar um único detento transcende o valor do que economizamos ao negar segundas oportunidades. A transformação de uma vida, a redenção possível e a quebra do ciclo de reincidência não têm preço. O resgate humano e a reconstrução social eclipsam qualquer economia efêmera. De facto, não podemos saber quanto poderia valer um único contributo

que fosse de um ex-recluso que, uma vez tendo encontrado o modo de refazer a sua vida, pudesse, a partir de uma universidade, liderar um projeto de, por exemplo, modos de incrementar e recuperar o “capital sociocultural”, como tampouco podemos contabilizar, ao certo, quanto se perde em não promover a inclusão de uma vida transviada, em que uma família e toda uma sociedade tanto investiram a medrar. Parece que, no nosso íntimo profundo, ainda alimentamos com mais preponderância a mentalidade dos apedrejadores de pecadores do que a da solicitude do perdão.

Coimbra, 8 de janeiro de 2024.



# 1 INTRODUÇÃO



Educação Superior no Brasil passou por muitas transformações, ocorridas desde o período monárquico e início do período republicano até os anos 2000, década na qual ocorreu uma nova reforma, no governo Lula (2003-2007). A democratização do acesso a esse nível de educação colaborou para que as camadas populares pudessem ingressar em instituições e cursos, como Direito e Engenharia, historicamente mais acessíveis às camadas elitizadas. Mesmo assim, há uma demanda não suprida de jovens e adultos que ainda não tiveram acesso ao Ensino Superior, entre eles queremos destacar as pessoas que se encontram privadas de liberdade. Para sanar a questão do acesso ao Ensino Superior, de jovens em idade produtiva, o Plano Nacional da Educação (PNE) (Brasil, 2014-2024), em sua meta 12, busca elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população na faixa etária de 18 a 24 anos (Brasil, 2014).

Segundo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (2017), a faixa etária das pessoas privadas de liberdade no Brasil é composta em sua maior parte por jovens. Deste universo, 29,9% possuíam entre 18 e 24 anos, seguido de 24,1% entre 25 e 29 anos e

19,4% entre 35 e 45 anos. Somados, os presos com até 29 anos de idade resultavam em 54% da população carcerária (Brasil, 2017b). O Brasil teve um aumento de 267,32% na taxa da população carcerária nos últimos 14 anos, segundo dados divulgados no Infopen 2017 pelo Ministério da Justiça e o Departamento Penitenciário Nacional (Depen). Esse documento aponta que o Brasil excede a média mundial no que diz respeito ao número de presos por habitantes, sendo 306 pessoas privadas de liberdade para cada 100 mil habitantes. A média mundial é de 144 para cada 100 mil habitantes, o que revela a necessidade da implementação de políticas públicas, sobretudo de políticas direcionadas a essa parcela excluída da sociedade.

Os países que fazem parte da Organização das Nações Unidas (ONU) responsabilizaram-se, através de tratados internacionais, a prover a educação através da criação de mecanismos políticos, inclusive às pessoas privadas de liberdade que se encontram reclusas nas penitenciárias. Em 1955, os países que compõem a ONU reuniram-se em Genebra, na Suíça, para estabelecer as regras para o tratamento das pessoas reclusas (Unodocs, 2010). Tais discussões e tratados internacionais são considerados marcos políticos que provocaram o Brasil a atentar para a questão da pessoa encarcerada, culminando, em 1984, na promulgação da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que trata das Execuções Penais, que, no tocante às políticas públicas, é um moderno instrumento legal de ressocialização.

A política de educação, quando destinada a pessoas privadas de liberdade, é um instrumento de ressocialização que promove o melhor aproveitamento dos recur-

tos públicos investidos na pessoa reclusa, de forma que a sociedade seja beneficiada na ocasião do seu retorno ao convívio social. Durante séculos, estudiosos, ativistas e governantes têm enfatizado as necessidades de mudanças no sistema prisional através das políticas públicas. A educação é uma política fundamental para a transformação do atual cenário (Foucault, 2008).

Esta pesquisa possui como fundamento legal a Lei de Execuções Penais de 1984, a Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O público-alvo deste estudo foram as pessoas que estão reclusas em penitenciárias do estado do Ceará e que acessaram o Ensino Superior através do ensino, pesquisa e extensão na série histórica de 2009 a 2019. Diante do exposto, indaga-se: como ocorre o atendimento de pessoas privadas de liberdade nas Instituições de Ensino Superior públicas federais?

Para responder ao questionamento supracitado, esta pesquisa teve como objetivo geral analisar as ações desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior do Ceará para acolher as pessoas privadas de liberdade no que diz respeito ao ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista a perspectiva estabelecida nos seus respectivos Planos de Desenvolvimento Institucional. Para tanto, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Traçar o perfil de atendimento das Instituições de Ensino Superior, relacionando seus respectivos Planos de Desenvolvimento Institucional com o aspecto da inclusão no ensino, pesquisa e extensão.

- Traçar o perfil de atendimento das Instituições de Ensino Superior sob o aspecto do ensino, contabilizando o número de ingressos e inscritos no Sistema de Seleção Unificada.
- Traçar o perfil de atendimento das Instituições de Ensino Superior sob o aspecto da pesquisa e extensão, quantificando as pesquisas desenvolvidas, projetos e público atendido.

A presente pesquisa foi motivada pelas experiências vivenciadas na graduação de Serviço Social no ambiente prisional. Após a realização da graduação, o interesse pela temática foi aprofundado, de forma que foi objeto de pesquisa na especialização e deu-se prosseguimento na carreira, atuando no mesmo segmento no projeto Fábrica-Escola, da Fundação Deusmar Queirós, em parceria com as Varas de Execuções Penais e de Penas Alternativas em Fortaleza, Ceará. Assim, consolidou-se como uma linha de pesquisa contínua, aprofundando, sempre que possível, os estudos sobre a temática do sistema penitenciário brasileiro e a ressocialização de pessoas privadas de liberdade.

Quanto aos objetivos, esta pesquisa caracteriza-se como de natureza exploratória e abordagem qualitativa. Para a coleta de dados, foram realizados os procedimentos de análise documental, com levantamento de dados secundários, através das informações disponíveis nas bases do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ministério da Educação, Secretaria da Justiça do Estado do Ceará, Infopen, bem como nas bases de dados oficiais da Universidade Federal do Ceará,

da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

As informações não disponíveis na plataforma das referidas instituições foram solicitadas via Portal da Transparência do Estado do Ceará e Portal da Transparência do governo federal, via sistema eletrônico do Serviço de Informação Eletrônica ao Cidadão. Os dados localizados em jornais também foram considerados como fontes para subsidiar os resultados. As categorias extraídas para análise foram o quantitativo de detentos aprovados no Sistema de Seleção Unificada, além das instituições de ensino que os atendem através de atividades de pesquisa e extensão promovidas pelas Instituições de Ensino Superior destinadas a este público.

O trabalho está organizado em cinco capítulos, sendo o primeiro referente a esta Introdução, que aborda os aspectos gerais da pesquisa. O segundo capítulo apresenta um panorama sobre o Ensino Superior no Brasil, abordando o papel das suas políticas públicas para a democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior. Os principais autores que fundamentaram este capítulo foram Catani, Hey e Gilioli (2006), Comte (1973), Cunha (2003), Höfling (2001), Lima (2008) e Saviani (2010), além da legislação brasileira e outros autores. O terceiro capítulo apresenta algumas considerações sobre o sistema penitenciário brasileiro, considerando as políticas públicas como catalisadoras da ressocialização das pessoas privadas de liberdade. Os principais autores que contribuíram com esta seção foram Adorno (1995), Andriola (2013), Carvalho Filho (2007), Durkheim (1999), Foucault (1987), Goffman (1974), Salla (1999) e Wacquant

(1999), bem como leis e notícias de jornais de ampla circulação. No quarto capítulo, são apresentados os procedimentos metodológicos que determinaram o percurso da pesquisa, a delimitação da sua natureza, os objetivos, o público-alvo, o lócus, os instrumentos de coleta de dados e os procedimentos para a análise dos dados. Por fim, o quinto capítulo apresenta os resultados obtidos através da pesquisa, considerando os objetivos elencados e os procedimentos metodológicos adotados para o seu alcance. Através dos resultados alcançados, são propostos caminhos que poderiam contribuir com a política de ressocialização do apenado e com a política de inclusão das universidades da Rede Federal de Ensino, de forma que a sociedade em geral, a população carcerária e as Instituições de Ensino Superior sejam beneficiadas por tais propostas.

## 2 ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

**E**ste capítulo apresenta a história do Ensino Superior no Brasil a partir da sistematização de dados contemporâneos relacionados ao tema.

### 2.1 Evolução do Ensino Superior

O Ensino Superior brasileiro teve seu início formal, no que diz respeito a instituições de ensino, após a chegada de Dom João VI ao país. O príncipe regente criou as cátedras isoladas, nas quais o professor era o responsável pelos meios de ensino (Cunha, 2003). Foi no reinado de Dom Pedro I que os cursos criados no período de Dom João VI, bem como os novos, foram articulados em âmbito institucional. Vale ressaltar que o modelo de Ensino Superior neste período é considerado francês-na-poleônico, que, em resumo, é um modelo não formado por instituições universitárias, o qual procurava formar burocratas para atuar na estrutura do governo (Saviani, 2010, 2011).

Através de registros, Cunha (2003) afirma que, em 1550, os jesuítas foram os responsáveis pelos primeiros estabelecimentos de Ensino Superior, porém, enquanto Cunha (2003) afirma que iniciaram com os jesuítas, Sa-

viani (2010) defende que os cursos superiores propriamente ditos surgiram posteriormente, com a chegada da Coroa ao Brasil. Nos primeiros anos do regime republicano proclamado em 1889, as iniciativas públicas e particulares de criação de faculdades progrediram e a bandeira defendida pelos positivistas era um ensino pautado na liberdade ou ensino livre.

Sobre o positivismo é importante conhecer a influência de Isidore Auguste Marie Xavier Comte (nascido em Montpellier em 20 de janeiro de 1798 e falecido em Paris em 5 de setembro de 1857). É fundamental procurar contextualizar sua produção intelectual à sua existência. Comte constrói seu pensamento e o oferece como um sistema completo para a instauração da verdadeira humanidade: a humanidade positiva, que viverá a época normal, após a regeneração social. Comte, devido a um incidente acadêmico, não concluiu seu curso e, por essa razão, tornou-se opositor ao academicismo e a qualquer custo que esse impusesse ao Estado (Comte, 1973).

A doutrina positivista influenciou sobremaneira o pensamento brasileiro, pois os positivistas brasileiros sempre pautaram ações seguindo rigorosamente o pensamento de Comte. Por isso, as opiniões de Comte determinaram todas as questões relativas à educação. No que diz respeito à educação brasileira, o positivismo fincou suas estacas de forma que influenciou até mesmo a condução das políticas públicas pelo Estado. Benjamin Constant (1838-1891) foi o ministro da Instrução; suas ideias eram positivistas e esse foi o principal marco da história do positivismo no Brasil (Comte, 1973).

No início do período republicano, o acesso ao Ensino Superior foi ampliado, devido a alguns fatores, como

o aumento da procura por esse nível de ensino, o que originou algumas bandeiras de luta, e a reforma de 1891, que ampliou o ingresso de estudantes aos cursos universitários (Cunha, 2003). Ao longo da história do Ensino Superior, percebe-se que o apelo para a democratização do acesso e a exigência de mais vagas sempre são pautas presentes, mesmo que em contextos diferentes. A questão da pouca oferta de vagas denota um traço histórico de que o Ensino Superior foi instituído no Brasil para os nobres, para as elites ou classes abastadas, colocando a classe trabalhadora numa situação em que não se tinha escolha a não ser superar os desafios propostos pelo sistema e galgar uma vaga em meio a uma concorrência severa. A seguir, o Quadro 1 apresenta, em ordem cronológica, os principais fatos da expansão do Ensino Superior no Brasil, com base nas informações de Cunha (2003).

**Quadro 1** – Principais ocorrências da expansão do Ensino Superior de 1891 a 1927

Ano	Acontecimentos
1891	As reformas educacionais de 1891 criaram a figura da equiparação dos estabelecimentos de Ensino Secundário e Superior ao Ginásio Nacional e às faculdades mantidas pelo governo federal. No primeiro caso, os ginásios criados e mantidos pelos governos estaduais que tivessem o currículo do Ginásio Nacional e se submetessem à fiscalização do governo federal gozariam do mesmo privilégio daquele: os alunos que tivessem concluído seus estudos poderiam se inscrever em qualquer curso superior do país, sem exigência de exames de estudos preparatórios.
1901	A equiparação foi estendida aos ginásios criados e mantidos por particulares. No segundo caso, as faculdades criadas e mantidas pelos governos estaduais ou por particulares que tivessem os mesmos currículos das federais e fossem fiscalizadas poderiam outorgar diplomas que garantiam o privilégio do exercício das profissões regulamentadas em lei.

1909	A primeira universidade criada no país explicitamente com esse nome foi em Manaus; nos estados tanto do Rio de Janeiro como de Minas Gerais, a instituição universitária nascente foi bastante débil. Amazonas, em 1909, durante o curto período de prosperidade gerado pela exploração da borracha. Resultado da iniciativa de grupos privados, a Universidade de Manaus ofereceu cursos de Engenharia, Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia e de formação de oficiais da Guarda Nacional.
1911	A política de desoficialização do ensino, pretendida pela Reforma Rivadávia Corrêa, de 1911, abriu caminho para a criação de outras duas universidades, também elas resultantes das tentativas de grupos privados que não tiveram sucesso. No mesmo ano de 1911, foi criada a Universidade de São Paulo, com recursos oriundos de um “sócio capitalista” que esperava recuperar seu investimento com as taxas cobradas dos estudantes. Oferecia cursos de Medicina, Odontologia, Farmácia, Comércio, Direito e Belas Artes, mas a Faculdade de Medicina criada por iniciativa do governo do estado de São Paulo atraiu os estudantes, esvaziando a congênere privada. A universidade tornou-se, então, inviável em termos financeiros, razão de sua dissolução em 1917.
1911	O Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911, deu as normas legais do que veio a ser conhecida como Reforma Rivadávia Corrêa, titular do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores. Os estabelecimentos de ensino criados pelo governo federal deixaram de gozar de qualquer espécie de privilégio: tanto o Colégio Pedro II (cujo antigo nome foi restaurado) de garantir matrícula dos seus concluintes em qualquer escola superior quanto as faculdades federais de emitir diplomas conferidores de exclusividade profissional. Os estabelecimentos governamentais passaram a ser corporações autônomas, podendo suas congregações eleger os diretores e gozar de completa autonomia didática, administrativa e financeira.

Fonte: Cunha (2003).

É importante salientar que, desde o Brasil imperial até o início do período republicano, a demanda do Ensino Superior já era existente e que a educação era vista como forma de manter o *status quo* de progressão da classe trabalhadora (Cunha, 2003). Ao revisitarmos a História do

Ensino Superior brasileiro, percebemos que as dificuldades atuais de acesso foram gestadas desde os primórdios, quando o Ensino Superior surgiu voltado especificamente para o atendimento dos interesses de um determinado público e de uma específica classe social. No Quadro 2, segue a continuação do resumo das ocorrências de expansão do Ensino Superior do Brasil República.

### Quadro 2 – Principais ocorrências da expansão do Ensino Superior de 1912 a 1927

1912 a 1927	
1912	Em Curitiba, capital do estado do Paraná, foi criada em 1912 a terceira universidade do país. A iniciativa de profissionais locais recebeu ostensivo apoio do governo estadual, que aprovou dotações orçamentárias e privilégios profissionais para os diplomados de certos cursos. A universidade oferecia estudos em Direito, Engenharia, Medicina, Farmácia, Odontologia e Comércio, mas a proibição da equiparação de Instituições de Ensino Superior em cidades com menos de 100 mil habitantes pôs fim ao projeto da universidade, que foi dissolvida. Restaram, como faculdades livres, as de Medicina, de Engenharia e de Direito, equiparadas nos anos 20.
1915	Em 18 de março de 1915, foi promulgado o Decreto nº 11.530, reorganizando o Ensino Secundário e Superior de todo o país, com o objetivo de corrigir as distorções do decreto de quatro anos antes. Foi a vez da Reforma Carlos Maximiliano, novo ministro do Interior.
1920	A primeira Instituição de Ensino Superior do Brasil que assumiu duradouramente o <i>status</i> de universidade – a Universidade do Rio de Janeiro – foi criada em 1920, a partir de autorização legal conferida pelo presidente da república por meio do Congresso Nacional, cinco anos antes. A nova universidade resultou da reunião das Faculdades Federais de Medicina e Engenharia (descendentes das cátedras criadas em 1808 e 1810) e de uma Faculdade de Direito, resultado da fusão e federalização de duas instituições privadas existentes na capital do país. Ou seja, a reunião das Faculdades de Medicina, de Engenharia e de Direito deu origem à primeira universidade duradoura no Brasil, modelo para a quase totalidade das que se seguiram.

1925	Dez anos depois, houve nova reforma, instituída pelo Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925, conhecida como Rocha Vaz, então presidente do Conselho Superior de Ensino. O caráter seletivo/discriminatório dos exames vestibulares foi intensificado mediante a adoção do critério de <i>numerus clausus</i> . Pelo regime até então vigente, não havia limites numéricos para a admissão numa faculdade qualquer. Todos os estudantes que fossem aprovados teriam direito à matrícula.
1927	A mesma técnica da organização da universidade por aglutinação foi seguida em Minas Gerais, em 1927, por iniciativa do governo do estado. As faculdades de Engenharia, Direito, Medicina, Odontologia e Farmácia, já existentes em Belo Horizonte, foram reunidas em universidade, que recebeu generosos subsídios do governo estadual e de seus professores, os quais abriram mão de parte de seus vencimentos para a constituição de um fundo de organização da reitoria.

Fonte: Cunha (2003).

Após o período monárquico e o início da república, a partir de 1950 ocorreram algumas mudanças no Ensino Superior brasileiro. Nesse período, as universidades não articulavam ensino, pesquisa e extensão e os professores possuíam uma cadeira vitalícia em determinada área ou disciplina. Martins (2009) afirma que, em 1950, o Ensino Superior no Brasil foi modificado, passando a ser ofertado isoladamente por instituições privadas ou por instituições católicas, modelo que se tornou referência para os questionamentos levantados na Reforma de 1968.

A Reforma Universitária de 1968 foi mobilizada pelo movimento estudantil e profissionais da educação. Como bandeira de luta, exigiam a abolição da cátedra e a indissocialização do ensino, pesquisa e extensão, além da defesa do ensino público em detrimento do privado e a criação de um sistema universitário, superando o ensino isolado. Naquele período, as circunstâncias não eram

favoráveis para que se desenvolvesse uma ampla rede universitária no país (Martins, 2009).

O Quadro 3, elaborado por Cunha (2003), apresenta um breve resumo dos principais acontecimentos que marcaram os avanços do Ensino Superior a partir do ano de 1947, período em que as instituições foram sendo criadas e influenciadas pelo modelo norte-americano. Nesse período, muitos institutos e pesquisadores estavam atuando num momento não muito favorável para a pesquisa. Mesmo assim, muitas entidades de fomento à pesquisa foram criadas, a exemplo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, bem como novas faculdades, principalmente as instituições católicas, em sua maioria privadas.

**Quadro 3** – Principais acontecimentos que marcaram os avanços do Ensino Superior no período de 1947 a 1980

Ano	Acontecimentos
1947	A criação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica, em 1947, significou um grande avanço no Ensino Superior, marcado pela inovação acadêmica e profundamente influenciado pelos padrões de organização universitária dos Estados Unidos.
1948	A conjugação desse prestígio com dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores empregados nos institutos paulistas, ameaçados pelas conjunturas desfavoráveis da administração estadual, levou um grupo de cientistas a formar, em 1948, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Seus objetivos eram, resumidamente, a difusão da ciência a fim de buscar apoio do Estado e da sociedade; a promoção do intercâmbio entre cientistas das diversas especialidades; a luta pela “verdadeira ciência”; e a liberdade de pesquisa.
1951	Criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Todo o processo de modernização institucional foi apoiado decisivamente por essas duas agências governamentais de existência duradoura: o CNPq e a Capes, ambas criadas em 1951.

1950 a 1954	Quando do retorno de Vargas à presidência (1950-1954), foram tomadas medidas pelo Estado no sentido de produzir a equivalência dos cursos profissionais ao secundário, para efeito de progressão no sistema escolar. Tais medidas foram ampliadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, garantindo a plena equivalência de todos os cursos de grau médio, assegurada pela presença nos cursos técnicos de disciplinas do secundário.
1950 a 1954	Criação de novas faculdades onde não as havia ou onde só havia instituições privadas de Ensino Superior. Gratuidade de fato dos cursos superiores das Instituições Federais, ainda que a legislação continuasse determinando a cobrança de taxas nos cursos públicos. Federalização de faculdades estaduais e privadas, reunindo-as, em seguida, em universidades. Muitos estabelecimentos de Ensino Superior até então mantidos pelos governos estaduais e por particulares passaram a ser custeados e controlados pelo governo federal, por meio do Ministério da Educação.
1962	Criação do Conselho Federal de Educação, em 1962, com as atribuições conferidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e com a presença obrigatória de representantes das instituições privadas de ensino, que opôs forte resistência a esse expediente tão caro à política populista. Em suma, o processo de “federalização” foi responsável pelo aumento da oferta pública de Ensino Superior gratuito, assim como pela criação da maior parte das universidades federais hoje existentes.

Fonte: Cunha (2003).

Até o ano de 1962, havia uma luta por parte dos movimentos sociais para que se definissem os rumos do Ensino Superior no Brasil, bem como algumas estratégias discretas que incentivavam a criação de novas faculdades e ampliação da oferta de vagas. Esse processo culminou na Reforma de 1968, que, entre as suas exigências, reivindicava o aumento de verbas para o Ensino Superior e aumento de vagas. O Quadro 4, elaborado a partir de Cunha (2003), resume os acontecimentos ocorridos com a Reforma de 1968, perpassando pelo início da década de 1980.

#### Quadro 4 – Principais acontecimentos que marcaram os avanços após a Reforma de 1968

1968 a 1980	
1968	A reforma do ensino empreendida em 1968 nos marcos das Leis nº 5.540 e 5.539 (Estatuto do Magistério Superior Federal), bem como dos documentos legais que as antecederam, propiciou condições institucionais para a efetiva criação da instituição universitária no Brasil, onde, até então, existiam somente faculdades isoladas ou ligadas por laços mais simbólicos do que propriamente acadêmicos.
1970	A partir da década de 1970, nas universidades federais a livre-docência caiu em desuso, pois o doutorado tornou-se condição suficiente para o acesso ao cargo de professor adjunto, restando o de professor titular, último degrau da carreira docente, aberto à disputa por concurso público entre os doutores e os adjuntos. A Universidade de São Paulo e suas congêneres paulistas mantêm até hoje a livre-docência como um grau acadêmico, obtido por concurso após o doutorado, condição necessária para o acesso ao cargo de professor adjunto.
1980	No início da década de 1980, quando se esgotou o regime autoritário, a universidade brasileira foi, ao mesmo tempo, protagonista ativa e beneficiária do movimento pela redemocratização do país. As entidades estudantis já haviam recuperado o espaço de atuação que lhes havia sido suprimido; os professores e funcionários técnicos administrativos criaram suas próprias entidades sindicais, desenvolvendo uma atuação política sem precedentes; os programas de pós-graduação haviam atingido um padrão de ensino e de pesquisa que lhes permitia desenvolver uma crítica competente das políticas governamentais em diferentes campos, como na pesquisa nuclear e na educação básica.

Fonte: Cunha (2003).

A Reforma de 1968 foi originada pela pressão dos movimentos sociais, em especial pelo movimento estudantil, que ganhou as ruas exigindo “mais verbas, mais vagas” (Saviani, 2010). Tal reforma foi considerada benéfica, em alguns pontos, para as Instituições de Ensino Superior, pois provocou a modernização das universidades

e instituições correlatas que progressivamente aderiram às propostas da reforma (Saviani, 2010).

As ações de ensino, pesquisa e extensão foram articuladas e conectadas. Outras mudanças que provocaram a evolução do Ensino Superior foram a extinção das cátedras vitalícias e a criação de departamentos, favorecendo a carreira acadêmica, valorizando a titulação acadêmica e remunerando os docentes com as devidas progressões advindas de seus méritos. A autonomia universitária entrou em pauta e foi uma conquista desse período (Saviani, 2010).

Martins (2009) afirma que, nas décadas de 1970 a 1990, o Ensino Superior evoluiu em oferta e demanda, sendo os anos de 1970 favoráveis ao seu crescimento, havendo um desaceleramento na década de 1980. A partir dessa década, o cenário político no Brasil começou a ser transformado através de mudanças econômica, política e social. A maior conquista do período foi a promulgação da Constituição Federal do Brasil em 1988, que, em seu artigo 207, revalida alguns dos alcances da Reforma Universitária de 1968, a citar a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, bem como a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

É importante salientar que, a partir dos anos de 1970 e 1980, as políticas públicas sociais passaram a ser orientadas pelos organismos internacionais. Conforme Mendes (2015, p. 47):

[...] Nos anos 1970, a política econômica e social passou a receber influências das teorias monetárias neoliberais. Construía-se desse modo o alicerce ideológico da condução de políticas globais fundamen-

tando a atuação das políticas do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional [...].

Esses organismos internacionais promoveram a diminuição da atuação dos governos nas políticas públicas e sociais, redundando no aumento da responsabilidade civil no que diz respeito a tais políticas. No início dos anos 1990, o crescimento econômico foi alavancado, ocasionando o crescimento do Ensino Superior. Em meados dessa década, as propostas reformistas apresentadas advinham dos organismos internacionais, em especial do Banco Mundial, que direcionava as decisões do governo brasileiro de acordo com a tendência mundial e o contexto nacional.

Para Martins (2000), o crescimento do Ensino Superior na década de 1990 ocorreu pela expansão do Ensino Médio e pelo fato de a educação promover o vislumbre do crescimento profissional de pessoas já inseridas no mercado de trabalho. O Ensino Superior progrediu não somente pelo crescimento das universidades públicas, mas especialmente pelo incentivo dado às Instituições de Ensino Superior de natureza privada.

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, trouxe em seu capítulo IV as diretrizes para a Educação Superior, elencando as suas finalidades, a origem dos seus recursos e as regras de acordo com a natureza jurídica das Instituições de Ensino Superior, assegurando-se com esta lei a autonomia universitária, o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, o incentivo ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a formação de profissionais para o desenvolvimento do país, trabalhando a tríade ensino, pesquisa e extensão para o

alcance de tais premissas. Sobre o assunto, tem relevo a perspectiva de Nascimento (2007, p. 3):

No Brasil a trajetória de consolidação do conceito de universidade foi um percurso longo de lutas até a conquista do espaço como instituição social, pública e autônoma. Porém, na década de 1990, o Estado brasileiro fez a opção pela Universidade reconceituada como organização social, quando da reforma introduzida pelo governo Fernando Henrique Cardoso (1996-2002), imprimindo uma nova maneira de pensar a universidade. Diante dessa opção, as conquistas de uma universidade pública precisam ser mantidas, a sociedade precisa fazer memória e refletir sobre essa luta, para que se possa compreender o que essas mudanças podem acarretar no sistema de educação superior no país.

A partir dos anos 2000, o Ensino Superior começou a ser impulsionado através de políticas públicas de acesso e expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o que refletiu uma nova reforma na Educação Superior brasileira. Inicialmente, com a aprovação do Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001, ficou delineado o formato das Instituições de Ensino Superior, abrangendo universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades, institutos superiores ou escolas superiores. Conforme Cunha (2004), não existia diferenças entre faculdades, institutos e escolas, os termos acabavam sendo usados indiscriminadamente.

Os centros universitários foram uma novidade, pois receberam autonomia para criar, organizar e excluir cursos, mas sem a responsabilidade de promover atividades de pesquisa e extensão como as universidades. Consoante Novaes (2017, p. 78):

Luiz Inácio Lula da Silva promoveu a 'Reforma' do Ensino Superior brasileiro através do Projeto de Lei 7.200/2006, que consolidou a privatização da educação superior, caracterizado com a expansão demasiada de estabelecimentos privados e número ínfimo de aumento de instituições públicas. Ademais, o processo de privatização deste nível de ensino foi fortalecido pela própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96) com a diversificação institucional de estabelecimentos de ensino superior. Portanto, o modelo humboldtiano pautado no tripé ensino-pesquisa-extensão tem sua existência ameaçada com os novos tipos de instituições criadas, a saber: confessionais, filantrópicas, particulares e comunitárias.

A reforma iniciada nos anos 2000 gerou algumas ações políticas, justificadas pela necessidade de expansão e acesso dos jovens brasileiros ao Ensino Superior, embora tais políticas tenham sido criticadas por estudiosos questionadores da abertura do modelo neoliberal no norteamento político e legal da Educação Superior brasileira. Nessa perspectiva, Lima (2008, p. 61) descreve a condução da reforma ocorrida no período dos anos 2000 ao afirmar que:

[...] O projeto neoliberal para a universidade brasileira é claro e articula três núcleos básicos: em relação ao projeto político-pedagógico, operacionaliza a redução das universidades públicas a 'escolões de terceiro grau' através da destituição da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, especialmente para as áreas de humanas e ciências sociais aplicadas; em relação ao financiamento da política de educação superior ocorre o estímulo à privatização interna das instituições públicas e o aumento, tanto da isenção fiscal para os empresários da educação superior, como do número de IES privadas e;

em relação ao trabalho docente, evidencia-se um aprofundamento da precarização das condições salariais e de trabalho, estimulado pela lógica produtivista e da competição pelas verbas dos órgãos de fomento [...].

Mesmo atendendo ao projeto neoliberal, os mecanismos políticos advindos da reforma ocorrida no governo Lula (2003-2011) foram implementados no Ensino Superior, mudando os rumos dessa modalidade de ensino através das políticas abordadas a seguir.

## 2.1 Políticas públicas do Ensino Superior

Ao adentrar no cerne da questão social deste trabalho, que é a política pública de Ensino Superior, é importante fazer algumas conceituações sobre política de Estado, de governo e de política pública, assim será mais simples compreender os processos políticos legais que reformaram o Ensino Superior brasileiro. Oliveira (2011, p. 329) conceitua política de Estado como:

[...] Considera-se que políticas de governo são aquelas em que o Executivo decide num processo elementar de formulação e implementação de determinadas medidas e programas, visando responder às demandas da agenda política interna, ainda que envolvam escolhas complexas. Já as políticas de Estado são aquelas que envolvem mais de uma agência do Estado, passando em geral pelo Parlamento ou por instâncias diversas de discussão, resultando em mudanças de outras normas ou disposições pre-existentes, com incidência em setores mais amplos da sociedade [...].

Höfling (2001, p. 31) conceitua o Estado:

[...] como conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam o bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo [...].

A autora ressalta que as políticas públicas começaram a ser tratadas como rotina de agenda governamental a partir da Guerra Fria, época favorável à valorização da tecnocracia. O Brasil possui diversas políticas públicas e sociais direcionadas para as áreas de Saúde, Previdência, Habitação, Saneamento e Educação. Souza (2006, p. 26) define política pública como:

[...] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, 'colocar o governo em ação' e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

A análise das políticas públicas pode ser realizada do ponto de vista da Ciência Política, pois as políticas públicas são consideradas como um campo da referida ciência. As políticas públicas devem ser intersetoriais e interdisciplinares, para que ocorra interação com as demais áreas correlatas. A área de políticas públicas contou com quatro grandes fundadores, a citar H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. Laswell (1936) foi quem criou a expressão *policy analysis* (análise de política pública), nos anos de 1930, “[...] como forma de conectar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer

a interação entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo” (Souza, 2006, p. 23).

A educação é uma política pública e social, direito garantido constitucionalmente a todos os brasileiros. O acesso em igualdades de condições é um dos princípios para a oferta de ensino no Brasil, assegurado no artigo 206 da Constituição Federal (1988), já citado e reforçado no artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996). Para que seja assegurado o direito ao acesso, nos anos 2000 o governo Lula (2003-2011) promoveu uma reforma na Educação Superior, atendendo às requisições dos organismos internacionais. Tal reforma foi possibilitada pelas políticas de expansão e acesso a esse nível de ensino adotadas pelo referido governo. Catani, Hey e Giliolo (2006, p. 126) asseveram que:

A Reforma Universitária do governo Lula envolve uma série de discussões e propostas, sendo o Programa Universidade para Todos (Prouni) anunciado como carro-chefe na democratização da educação superior brasileira. No entanto, desde o anúncio de que o Projeto de Lei seria encaminhado ao Parlamento (13.05.2004) até a versão definitiva da Lei nº 11.096 (13.01.2005), o Programa sofreu diversas alterações, influenciadas pelas IES particulares e beneficentes. Assim, o parco teor cidadão do Prouni, manifesto quando do lançamento da proposta, foi ainda mais tolhido, pois os benefícios e sua amplitude se reduziram. Representou, também, um estímulo à ampliação das IES privadas.

O governo brasileiro, seguindo as orientações dos organismos internacionais, sutilmente demonstrou na vigente Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no capítulo “Da Educação Superior”, um direcionamento

nos artigos 43 a 57 para a diferenciação e flexibilização da oferta nesse nível de ensino. Tanto no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) como na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), ruíram os muros que delimitavam o público e o privado, abrindo-se as portas para o Ensino Superior privado, adentrando na educação brasileira a política neoliberal.

A gestão Lula (2003-2011) utilizou como estratégia da reforma proposta em 2006 o Projeto de Lei nº 7.200/2006, que trouxe a proposta de uma reforma que atendesse aos interesses dos empresários da educação que faziam parte das medidas que foram implantadas através de leis e decretos. Tal reforma também visava a melhorar as universidades públicas e fiscalizar as privadas, além de incentivar o crescimento do Ensino Superior através do âmbito público e privado, por meio de políticas como o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Fundo de Financiamento ao Ensino Superior Estudantil (FIES), o Programa de Reestruturação das Universidades Federais (Reuni), o Programa de Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAE) e a Política de Cotas. Compondo as políticas que dão a tônica da reestruturação do Ensino Superior nos anos 2000, a expansão da rede pública federal de ensino foi iniciada conforme os requisitos neoliberais, ao mesmo tempo que a educação mercadológica começou a ser promovida.

### **2.2.1 Prouni e FIES**

O Prouni foi criado pela Medida Provisória nº 213/2004 e regulamentado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005,

com o objetivo de conceder bolsas de estudos integrais ou parciais, cursos de graduação e sequenciais de formação específica para estudantes de baixa renda em Instituições de Educação Superior privadas, como política de incentivo ao acesso à universidade, compensando a rede de Educação Superior privada com a dispensa de tributos.

Com a LDB/1996, as IES privadas, que não pagavam IRPJ, ISS e IPTU, foram divididas em com fins lucrativos e sem fins lucrativos. 'As primeiras deixaram de se beneficiar diretamente de recursos públicos e indiretamente da renúncia fiscal, ao passo que as demais permaneceram imunes ou isentas à incidência tributária (Carvalho; Lopreato, 2005, p. 101 *apud* Catani, 2006, p. 128).

O Prouni e o FIES fazem parte do pacote de medidas que compõem a reforma universitária iniciada em 2006. A reforma beneficia também a expansão da Educação Superior privada, diversificando as configurações organizacionais e financiando o setor privado através de estratégias políticas de Estado, como o Prouni e o FIES.

Além do Prouni, a referida Reforma Universitária conta com medidas tais como a ampliação das universidades federais e instituição de cotas para alunos da rede pública (com 'subcotas' para negros e indígenas) em IES federais. Em suma, o Prouni promove uma política pública de acesso à educação superior, pouco se preocupando com a permanência do estudante, elemento fundamental para sua democratização. Orienta-se pela concepção de assistência social, oferecendo benefícios e não direitos aos bolsistas. Os cursos superiores ofertados nas IES privadas e filantrópicas são, em sua maioria, de qualidade questionável

e voltados às demandas imediatas do mercado (Catani, 2006, p. 126).

Para possibilitar a democratização e ampliação do acesso ao Ensino Superior por parte das camadas populares, iniciativas como o Prouni e o FIES foram implementadas. Catani (2006) afirma que tais políticas favoreceram o aumento expressivo do setor privado, tanto no número de instituições como na concentração de matrículas, resultado das concessões feitas por parte do Estado.

O FIES é destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC (Brasil, 2013).

Trata-se de uma das políticas públicas de massificação da Educação Superior que tem uma relação direta com a democratização do acesso a esse nível de ensino (Novaes, 2017). Configurado como um programa vinculado às esferas público-privadas no que tange à expansão do Ensino Superior brasileiro, revela o caráter privatizante do programa, por lançar mão de recursos públicos, sendo um dos programas carro-chefe das políticas de acesso e expansão da Educação Superior (Catani, 2006).

### ***2.2.2 Reuni e expansão da rede tecnológica***

A política neoliberal refletiu suas consequências na forma como o governo brasileiro, desde os anos de 1990, na gestão de Fernando Henrique Cardoso, conduziu o financiamento do Ensino Superior. Nos anos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), ocorreram reformas seguindo as orientações do neoliberalis-

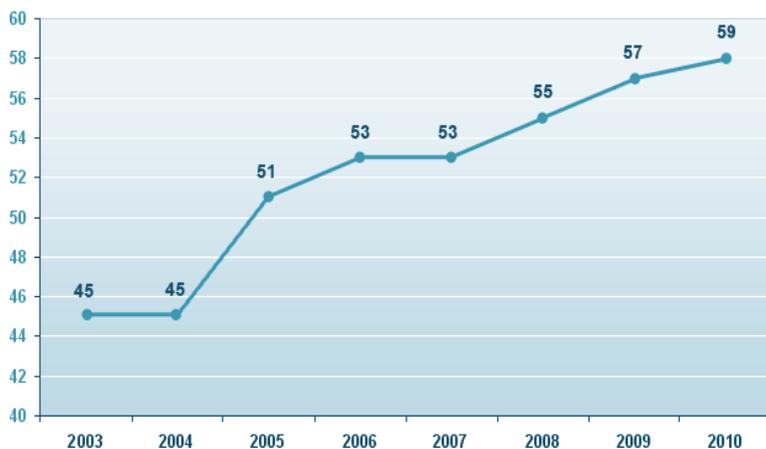
mo, que é uma doutrina socioeconômica que defende a menor intervenção do Estado nas políticas públicas e sociais, mesmo que tais reformas estivessem camufladas num viés assistencial.

Nos anos 2000, as Instituições Federais de Ensino Superior estavam sucateadas, sem investimentos em infraestrutura, impactando na qualidade do Ensino Superior e nas condições de trabalho dos professores. O Reuni foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação. O Reuni tem como principal objetivo ampliar o acesso e permanência dos estudantes nas Instituições Federais de Ensino Superior. A partir desse programa, que sugere a tônica da reforma da Educação Superior no governo Lula (2003-2011), o governo federal adotou medidas para que as Instituições Federais de Ensino Superior fossem fortalecidas através de condições favoráveis que alavancassem a expansão física, acadêmica e pedagógica da Rede Federal de Ensino Superior.

A expansão se iniciou em 2003 e a sua conclusão foi prevista para 2012, tendo como proposta o aumento no quantitativo de vagas nos cursos de graduação, ampliando especialmente a oferta nos cursos noturnos, para que o estudante trabalhador pudesse ter acesso às Instituições Federais de Ensino Superior. O programa comprometeu-se com questões muito delicadas no que tange a referidas instituições, como as inovações pedagógicas e o combate à evasão. No Gráfico 1, disponibilizado no site do Ministério da Educação, há uma exemplificação do crescimento do Ensino Superior no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011).

**Gráfico 1** – Ensino Superior no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011)

### Universidades Federais



Fonte: Ministério da Educação (2010).

Em relação aos dados apresentados no Gráfico 1, o Ministério da Educação afirma que:

A expansão da Rede Federal de Educação Superior teve início em 2003 com a interiorização dos *campi* das universidades federais. Com isso, o número de municípios atendidos pelas universidades passou de 114 em 2003 para 237 até o final de 2011. Desde o início da expansão foram criadas 14 novas universidades e mais de 100 novos *campi*, que possibilitaram a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação (Brasil, 2010).

Sendo uma política pública do Ensino Superior, o Reuni trouxe benefícios para as Instituições Federais de Ensino Superior; vários estudos comprovam também que a expansão favoreceu os aspectos estruturais e de ingresso dos estudantes. No entanto, a permanência e

êxito foram desafios até a consolidação do programa em 2012, continuando como desafios nos dias atuais. Para Souza (2017, p. 1):

[...] A partir da pesquisa realizada, pôde-se inferir que o REUNI constituiu-se como proposta que vai de encontro à perspectiva de sucateamento das universidades públicas brasileiras, vivenciada especialmente nos anos 1990. Ademais, representou a continuidade do intuito expansionista iniciado em 2003, quando do início do Governo Lula. Dois aspectos, em especial, demonstraram que o REUNI alinhou-se ao propósito da democratização do acesso, quais sejam: 1) a consolidação do processo de interiorização dos *campi* da UFC; e 2) a expansão da oferta de vagas e de cursos superiores no período noturno. Por outro lado, a expansão potencializou o aumento da oferta de vagas e cursos de graduação à distância, fator que pode comprometer a qualidade da formação universitária oferecida e representar a precarização da atividade docente.

Durante a implantação do Reuni, paralelamente ocorria o incentivo à expansão do Ensino Superior privado no país, através dos programas já apresentados anteriormente, tais como o Prouni e o FIES. Souza (2017, p. 17) afirma que:

Há que se evidenciar, entretanto, que paralelamente a essa proposta, existiram outras que caminharam para a expansão do sistema privado de ensino superior. Ou seja: o REUNI coexistiu, diante de um mesmo cenário político, com orientações destoantes presentes na política de educação superior. Assim como teve que atender a interesses de organismos financeiros internacionais, a exemplo do Banco Mundial, que constantemente intervém no desenvolvimento das políticas públicas dos países ditos periféricos ou de 'economia subalterna'.

O Reuni foi estruturado com o objetivo de:

[...] criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais (Brasil, 2007).

No artigo 2 da sua lei de criação, o programa especificou as seguintes diretrizes: redução da taxa de evasão, ocupação de vagas ociosas, aumento de vagas prioritariamente no período noturno e ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil (Brasil, 2005).

É inegável que nos anos 2000 a reforma proposta pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) expandiu as Instituições Federais de Ensino Superior públicas, mas também fortaleceu a rede privada de Ensino Superior. A reestruturação das Instituições Federais de Ensino Superior, tanto do ponto de vista pedagógico quanto infraestrutural, além da ampliação do acesso através da geração de novos cursos noturnos e novas vagas, promoveu uma diferença benéfica ao Ensino Superior em relação à década de 1990. Mesmo com as dificuldades e os percalços, o Reuni colaborou em diversos pontos com a expansão das universidades federais.

Sobre a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica em 2005, ocorreu a publicação da Lei nº 11.195, marcando a primeira fase do seu Plano de Expansão, com a construção de 64 unidades de ensino. A educação profissional e tecnológica no Brasil, nos termos do artigo 39, parágrafo 2º, da Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008, incluiu os seguintes cursos: “I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissio-

nal; II – de educação profissional técnica de nível médio; III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação”.

Os cursos técnicos de nível médio podem ser propostos em diversas configurações, desde a modalidade integrada, que inclui Formação Profissional e Ensino Médio em um único curso, de modo concomitante, com cursos distintos ao mesmo tempo e subsequentes, que promovem a formação profissional após a conclusão do Ensino Médio. O Ensino Superior tecnológico foi expandido a partir dos anos Lula (2003-2011) e a principal mudança foi a alteração de nomenclatura dos Centros Federais de Educação Tecnológica, que passaram a ser chamados de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. No Quadro 5, apresentamos a evolução da expansão da Rede Federal no Brasil.

### **Quadro 5** – Evolução da expansão da Rede Federal no Brasil

#### **Expansão da rede federal de ensino tecnológico no Brasil**

##### **Ampliar a presença da Rede Federal de Educação Profissional em todo o Brasil é o objetivo do Plano de Expansão da Rede Federal**

O Ministério da Educação, por meio de sua Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, criou, no final de 2005, o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional. O objetivo foi ampliar a presença destas instituições em todo o território nacional.

Esse processo de expansão das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica iniciou-se quando o governo federal revogou, por meio da Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005, a proibição de criação de novas unidades de ensino profissional federais prevista no parágrafo 5º do artigo 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Distribuição das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

O projeto buscou melhorar a distribuição espacial e cobertura das instituições de ensino e, conseqüentemente, ampliar o acesso da população à Educação Profissional e Tecnológica no país.

### **Plano de Expansão – Fase I**

A prioridade inicial foi a construção de escolas em unidades da federação ainda desprovidas destas instituições, como Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, além da instalação de Instituições Federais de Educação Profissional nas periferias de grandes centros urbanos e municípios do interior.

Na primeira fase do plano de expansão, o projeto previu a criação de cinco escolas técnicas federais e de quatro escolas agrotécnicas federais, bem como a implantação de 33 novas unidades de ensino descentralizadas, contemplando 23 unidades da federação com a instalação de pelo menos uma Instituição Federal de Educação Tecnológica.

### **Plano de Expansão – Fase II**

Em sua segunda fase, iniciada em 2007, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica estabeleceu como meta a criação, em quatro anos, de mais 150 novas Instituições Federais de Educação Tecnológica no marco do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica. As instituições foram distribuídas nos 26 estados e no Distrito Federal, contemplando 150 municípios diferentes escolhidos pelo próprio Ministério da Educação e mediante manifestação de interesse por parte das prefeituras municipais.

### **Plano de Expansão – Fase III**

Sua terceira fase, iniciada em 2011, estabeleceu um projeto de criação de 208 novas unidades até 2014, permanecendo o propósito de superação das desigualdades regionais e na viabilização das condições para acesso a cursos de formação profissional e tecnológica como ferramenta para a melhoria de vida da população.

Como resultado, a expansão e interiorização das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica partiram, em 2006, de um total de 144 unidades. Chegou, em 2018, a 659 unidades em todo o país, das quais 643 já se encontram em funcionamento. Isto representou a construção de mais de 500 novas unidades, quantitativo maior do que o previsto nas três fases (que totalizava 400 novas unidades). Em 2018, a rede federal é constituída por:

- 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;
- a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR);
- dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet);
- 23 escolas técnicas vinculadas às universidades federais;
- o Colégio Pedro II e seus respectivos *campi*.

Tida no seu início como instrumento de política voltado para as “classes desprovidas”, a Rede Federal se configura hoje como importante estrutura para que todas as pessoas tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas

Fonte: Ministério da Educação (2019).

Contribuindo para o fortalecimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, foi promulgada em 2014 a Lei nº 13.005, que trata do Plano Nacional de Educação para o período de 2014-2024, apresentando 20 metas e 254 estratégias. Em seu artigo 2º, tem como diretrizes a:

I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV - melhoria da qualidade da educação; V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país; VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX - valorização dos(as) profissionais da educação; X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Esse Plano Nacional de Educação caracteriza-se como o plano da universalização da educação, pois todas as suas metas articulam-se entre si e propõem o desenvolvimento dos estudantes, bem como dos profissionais da educação. Percebe-se que a superação das desigualdades sociais, a melhoria da qualidade da educação e a expansão de unidades com qualidade são alvos diretamente ligados aos Planos de Desenvolvimento Institucional das Instituições Federais de Educação Superior. Dessa forma, é possível afirmar que a expansão da Rede

Federal de Educação Profissional e Tecnológica contribui com o princípio de universalização do Ensino Tecnológico no Brasil.

### 2.2.3 Pnaes

Em 2010 foi instituído o Programa Nacional de Assistência Estudantil, com o objetivo de “[...] ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal”. A implantação desse programa objetivava a articulação entre ensino, pesquisa e extensão nas Instituições de Ensino Superior, englobando as seguintes áreas, no que se refere à assistência estudantil: (I) moradia estudantil; (II) alimentação; (III) transporte; (IV) atenção à saúde; (V) inclusão digital; (VI) cultura; (VII) esporte; (VIII) creche; (IX) apoio pedagógico; e (X) acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Um dos principais marcos do Programa Nacional de Assistência Estudantil é a priorização dada aos estudantes advindos da rede pública de educação básica e daqueles de baixa renda.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil, como política do Ensino Superior que contribui para a permanência e êxito dos estudantes, possui uma particularidade, há profissionais designados especialmente para atuar na assistência estudantil, tais como assistentes sociais, enfermeiras, técnicas de enfermagem, médicos, nutricionistas, psicólogos e assistentes de alunos. Esses profissionais são componentes do plano e responsáveis, junto à gestão das instituições, pela implementação do programa nas Instituições Federais de Educação

Superior brasileiras. Tal política na implementação de suas ações deve ter como alvos: (I) a assistência estudantil na inclusão de estudantes deficientes; (II) o combate à evasão na graduação; e (III) as políticas de acesso, permanência e êxito do discente.

### **2.2.4 Política de cotas**

A Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, assegura 50% das vagas nas Instituições Federais de Ensino Superior à alunos advindos de escolas públicas que se dividem em duas categorias econômicas: (I) vagas destinadas a alunos de renda inferior a 1,5 salários mínimos *per capita* e (II) vagas destinadas a pretos, pardos e indígenas e a pessoas com deficiências (incluídas em 2016 em razão da aprovação da Lei Brasileira de Inclusão) de acordo com a proporção populacional no respectivo estado.

A política de cotas revolucionou o acesso ao Ensino Superior, pois as classes que historicamente tinham menores possibilidades de ingressar nas Instituições Federais de Ensino Superior foram conduzidas a um processo que se acredita ter a equidade como princípio. Artes e Ricoldi (2010, p. 860) afirmam que:

[...] a partir de 2004, as políticas de ação afirmativa, predominantemente as cotas no setor público e as bolsas de estudo no setor privado (em parte financiadas pelo Programa Universidade para Todos – PROUNI) têm alterado, mesmo que de forma lenta, o perfil étnico-racial do alunado do ensino superior brasileiro.

As políticas públicas voltadas para o Ensino Superior abordadas neste estudo têm como objetivo reparar

a exclusão social sofrida pela classe trabalhadora, pelos negros, pelas pessoas com deficiência. Elas colaboram com a questão do acesso e da permanência do estudante para que ocorra o seu êxito em concluir seus estudos. No entanto, ainda há um longo percurso para que a democratização do Ensino Superior realmente seja uma realidade em todos os aspectos.

## 3 SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Neste capítulo, são abordadas as nuances do sistema prisional brasileiro através de dados históricos e contemporâneos.

### 3.1 Um breve recorte histórico das prisões no Brasil

A primeira prisão localizada nos registros históricos no Brasil encontra-se no Livro V das Ordenações Filipinas do Reino, código de leis portuguesas que foi implantado no Brasil durante o período colonial. O Código definia a Colônia como presídio de degredados e a pena era aplicada aos culpados de ferimentos por arma de fogo, duelo, invasão violenta ou tentativa de invasão em propriedade privada, resistência a ordens judiciais, falsificação de documentos, contrabando de pedras e metais preciosos (Ordenações Filipinas, 1870). O Aljube foi registrado como um antigo cárcere eclesiástico no Rio de Janeiro, que era destinado à punição dos religiosos, espaço que foi concedido à Família Real para que fosse utilizado como prisão comum. Conforme Carvalho Filho (2002, p. 38):

‘O Aljube, antigo cárcere eclesiástico do Rio de Janeiro, usado para a punição de religiosos, foi cedido pela Igreja para servir de prisão comum após a chegada

da Família Real. Em 1829, uma missão de inspeção nomeada pela Câmara Municipal afirmaria: 'O aspecto dos presos nos faz tremer de horror'; eram 390 detentos, e cada um dispunha de uma área aproximada de 0,6 por 1,2 m<sup>2</sup>. Em 1831, o número de presos passaria de 500. Em 1856, o Aljube foi desativado.

No Brasil monárquico, as prisões localizavam-se no andar térreo das câmaras municipais e serviam para encarcerar desordeiros, escravos fugitivos e criminosos que aguardavam a sentença. Não eram cercadas por muros e os presos mantinham contato com aqueles que passavam próximo à prisão; através das grades, recebiam esmolas, alimentos e informações (Salla, 1999). Em 1550, foi mencionada a existência, no estado da Bahia, de uma "[...] cadeia muito boa e bem acabada com casa de audiência e câmara em cima [...] tudo de pedra e barro, rebocadas de cal, e telhado com telha" (Russel-Wood, 1981, p. 39).

Desde que surgiu a necessidade de recolher pessoas em masmorras ou cadeias, sabe-se que são ambientes lastimáveis. Documentos constitucionais e decretos registram reformas necessárias a serem feitas nessas prisões no Brasil colonial. Há registro de um Decreto de 1821, firmado pelo príncipe Dom Pedro I, que demonstrou interesse pela questão do ambiente prisional: "Ninguém será 'lançado' em 'masmorra estreita, infecta' porque a prisão deve só servir para guardar as pessoas e nunca para as adoecer e flagelar" (Salla, 1999, p. 43). O decreto acima demonstra a precariedade da situação carcerária desde os primórdios do Brasil; além das condições de infraestrutura, também há outras questões, como inquisições e torturas, práticas veladas e não denunciadas, embora na contemporaneidade tais práticas sejam com-

batidas por organizações não governamentais e pelos tratados internacionais.

### ***3.1.1 Considerações sobre o sistema prisional brasileiro***

O sistema penitenciário no Brasil, segundo dados do Infopen (Brasil, 2017b), tem em sua população total 726.354 pessoas privadas de liberdade, sendo 42.355 mulheres, enquanto o total de presos homens até 29 anos de idade totaliza 54% da população carcerária (Brasil, 2017b). Isso denota um crescimento vultoso da violência e da criminalidade e exige uma resposta do governo à sociedade para a atenuação da situação, e essa resposta tem sido dada através do sistema penitenciário brasileiro, composto pelos equipamentos cadeias públicas, centros de progressão penitenciária e colônias agrícolas e penitenciárias.

Para esclarecer melhor sobre a Lei de Execução Penal (1984), que é a lei que regulamenta a Execução Penal no Brasil e que define, entre outras disposições, os equipamentos que compõem o sistema de execução da pena, será feita a seguir uma breve explanação sobre os equipamentos do sistema prisional. A Lei de Execução Penal orienta que seja uma cadeia por comarca, localizada em centros urbanos, para que o preso provisório tenha o apoio familiar necessário.

Ao passar do quantitativo de 100 presos na comarca, o estado precisa rever a necessidade de uma estrutura penitenciária e não somente a cadeia. Por essa razão, ocorrem as transferências e lotações em presídios e, muitas vezes, a superlotação não é denunciada. As cadeias públicas abrigam presos provisórios, ou seja, que aguar-

dam a sentença, para, depois de sentenciados, seguirem para o presídio determinado pela Justiça.

Existem também as colônias agrícolas, que são aquelas nas quais o preso trabalha na agricultura dentro da própria colônia em regime fechado e divide o quarto com outros apenados. O trabalho na colônia ou em outro equipamento dá ao preso o direito de remição da pena. A Lei de Execução Penal ainda dispõe sobre os centros de progressão penitenciária, que abrigam presos com bom comportamento e que não apresentam riscos ao convívio social, estando em regime semiaberto. Nesse equipamento, não há estrutura de trabalho, então o preso pode passar o dia trabalhando e se recolher até as 19 horas.

As penitenciárias dividem-se em penitenciárias industriais e penitenciárias comuns. As industriais são diferenciadas por terem uma estrutura na qual a pessoa privada de liberdade pode trabalhar e estudar remindo sua pena, enquanto nas comuns os presos estão em regime fechado até o cumprimento da pena ou em liberdade condicional. Nesse ambiente há um quantitativo de, no mínimo, 600 presos (seria o quantitativo ideal segundo a Lei de Execução Penal). No entanto, a realidade é que geralmente enfrentam-se superlotação e baixa no efetivo de profissionais de segurança, o que interfere na qualidade da assistência social ao preso.

Segundo Pinto (2012, p. 17):

O artigo 5º da Constituição da República de 1988 dispõe sobre direitos fundamentais previstos e de aplicação imediata, nos incisos: III (vedação de tortura, tratamento desumano ou degradante), XLV (pessoalidade da pena), XLVII (proibição de penas de morte, perpétuas, de trabalhos forçados, de banimento ou cruéis) e XLIX (respeito à integridade física e moral).

Os dispositivos mencionados, na condição de princípios constitucionais, são *ratio essendi* do sistema posto e instrumentos indispensáveis para a manutenção do complexo de normas e instituições jurídicas do Estado brasileiro.

Dessa forma, compreende-se a necessidade de desenvolver a ressocialização nas execuções penais. Isso quer dizer que o país precisa preocupar-se em solucionar a questão da violência e da criminalidade, aplicando as punições cabíveis, mas que, ao mesmo tempo, é salutar engajar as políticas públicas no âmbito prisional, promovendo a recuperação social dos indivíduos que cometeram delitos, porém necessitam de uma oportunidade de recomeço e reparação.

Nesse ponto, é necessário trazer a colaboração de Durkheim (1999) quanto ao direito restitutivo e o direito restritivo abordados em sua obra *Da divisão do trabalho social*. O filósofo traz a compreensão de que há dois tipos de solidariedade, sendo a primeira aquela que traz a coesão através das crenças comuns, como a religião, muito predominante nas sociedades pré-modernas (onde não existia a divisão social do trabalho), sendo considerada uma espécie de solidariedade mecânica.

Nas sociedades modernas, ocorreram mudanças, assim o filósofo descreveu tais mudanças que geraram o segundo exemplo de solidariedade, orgânica, a qual se mantém coesa pela complementação entre os atores dessa sociedade, principalmente no que diz respeito ao trabalho, a economia que gera a sobrevivência. Na solidariedade orgânica, o coletivo fica em segundo plano, sendo o individualismo a causa da fragmentação da consciência coletiva.

A partir da compreensão das sociedades e dos tipos de solidariedade, Durkheim (1999) traz a noção de dois tipos de direito, o direito repressivo e o direito restitutivo, que atuam na sociedade mecânica ou na orgânica. O direito repressivo, para Durkheim (1999), demonstra a consciência coletiva nas sociedades de solidariedade mecânica, que é um tipo de solidariedade na qual os indivíduos são homogêneos na maioria dos aspectos, pausando-se nos mesmos valores sociais e religiosos. Esse direito revela a subordinação da consciência individual à consciência coletiva, que mantém a coesão social. Quanto mais a consciência coletiva for tônica, mais as ações individuais serão consideradas crimes, atos que ferem essa consciência coletiva. O que diferencia a sociedade de apenas um aglomerado de pessoas são as leis que determinam os direitos, os deveres, as redes que possibilitam os contatos de pessoas, fortalecendo a noção da moral e da ética social, para manter o equilíbrio e a coesão de determinada sociedade.

O filósofo compara o direito restitutivo com o sistema nervoso do corpo humano, que regula fisiologicamente as funções do corpo social. Trazendo a luz para a temática deste livro, podemos dizer que a ressocialização da pessoa privada de liberdade através do cumprimento da pena no sistema penal é um exemplo do direito restitutivo à sociedade, porém, com o índice de reincidência criminal em 75%, segundo dados do Infopen (Brasil, 2017b), o egresso, muitas vezes, retorna ao convívio social pior do que o estado anterior ao de quando foi recluso. Esse índice demonstra que o sistema prisional brasileiro ainda não logrou êxito na sua política de ressocialização.

Foucault (1987, p. 139), um filósofo contemporâneo, muito contribuiu com a questão social do encarceramento através da sua obra *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*, ao afirmar que:

Sem dúvida que esses protestos vindos de horizontes tão diversos se referem não ao encarceramento como pena legal, mas à utilização 'fora da lei' da detenção arbitrária e indeterminada. Nem por isso a prisão deixava de aparecer, de uma maneira geral, como marcada pelos abusos do poder. E muitos rejeitam-na por incompatível com uma boa justiça. Quer em nome dos princípios jurídicos clássicos: as prisões, na intenção da lei, sendo destinadas não a punir, mas a garantir a presença das pessoas [...], quer em nome dos efeitos da prisão, que já pune os que ainda não estão condenados, que comunica e generaliza o mal que deveria prevenir e que vai contra o princípio da individualização da pena, sancionando toda uma família; diz-se que a prisão é uma pena.

O autor denuncia a necessidade da clareza entre o cumprimento de uma pena justa e condutas arbitrárias que punem a pessoa privada de liberdade para além de sua pena. A própria sentença afeta não somente a vida da pessoa reclusa, mas alcança seus familiares e aqueles que dependem financeiramente do apenado. A ruptura com a família e com a sociedade é algo danoso, que impacta o equilíbrio e a ordem social, sendo necessário que se crie possibilidade para que a pessoa reclusa refaça o caminho de volta à sociedade. A reflexão do autor remete à ineficiência do sistema penitenciário em cumprir sua função de aplicar a pena ditada pela Justiça e, após seu cumprimento, de devolver o indivíduo “reeducado” ao convívio social. Conforme Marques Neto (2012, p. 25):

É secular a busca de meios legais para coibir o crime e, ao mesmo tempo, recuperar o criminoso de modo que não volte a delinquir após o retorno ao seio da sociedade. Entretanto, o que se via era apenas uma ênfase na aplicação da pena de prisão e com o sentido de castigo. Pouco se dizia, e menos se fazia, com vistas à recuperação e reintegração social.

Nesse sentido, Wacquant (1999) fez uma análise a respeito do que ele denomina *Estado penal*, que retrata o percurso dos Estados Unidos da América ao desenvolver estratégias coercitivas contra a criminalidade. Ao analisar a política de encarceramento, o autor consegue trazer à tona a naturalização das questões sociais, de forma que políticas como a socioeconômica, que em muitos aspectos falha na distribuição de renda, ocasionando a desigualdade social nos países, não são consideradas pelos governos como políticas que interferem na igualdade social, ao ponto de serem repensadas de forma intersetorial, colaborando na atenuação das questões sociais.

Assim, é perceptível que os governos preocupam-se em não tolerar crimes, introduzindo pessoas ao cárcere imersas em uma política de encarceramento danosa no que diz respeito à recuperação social das pessoas privadas de liberdade. O sistema penitenciário é o responsável por abrigar as pessoas que são sentenciadas ao cumprimento de uma determinada pena. O sistema penal brasileiro é composto por secretarias de segurança, carceragens, delegacias e as prisões propriamente ditas.

Goffman (1974) considera a prisão como uma instituição total que pode ser caracterizada como um local no qual se reside ou desenvolve uma atividade laborati-

va. Há um número considerável de indivíduos na mesma situação, marginalizados socialmente, afastados da sociedade “livre” por período determinado; suas vidas são controladas formalmente e sua liberdade de ir e vir é cerceada pelas normas institucionais (Goffman, 1974).

Se as prisões são instituições que absorvem a vida da pessoa privada de liberdade, é necessário pensar em políticas que sejam desenvolvidas no âmbito institucional que promovam cotidianamente a ressocialização do apenado. Goffman (1974) classificou as instituições como locais que existem para cuidar de pessoas. O autor ainda afirma que:

Em primeiro lugar, instituições criadas para cuidar das pessoas que, segundo se pensa, são incapazes e inofensivas; nesse caso estão as casas para cegos, velhos, órfãos e indigentes. Em segundo lugar, há locais estabelecidos para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que são também uma ameaça à comunidade, embora de maneira não intencional; sanatórios para tuberculosos, hospitais para doentes mentais e leprosários. Um terceiro tipo de instituição total é organizado para proteger a comunidade contra perigos intencionais, e o bem-estar das pessoas assim isoladas não constitui o problema imediato: cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra, campos de concentração. Em quarto lugar, há instituições estabelecidas com a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho, e que se justificam apenas através de tais fundamentos instrumentais: quartéis, navios, escolas internas, campos de trabalho, colônias e grandes mansões (do ponto de vista dos que vivem nas moradias dos empregados). Finalmente, há os estabelecimentos destinados a servir de refúgio do mundo, embora muitas vezes sirvam também como locais de instrução para os religiosos;

entre exemplos de tais instituições, é possível citar abadias, mosteiros, conventos e outros claustros (Goffman, 1974, p. 16-17).

Mas longe de ser uma instituição que restaura vidas, a prisão é um ambiente antagônico quando se trata de pena *versus* reeducação do apenado. Carvalho Filho (2007) assevera que as prisões brasileiras são insalubres e superlotadas e passam por um terrível descaso; há uma mistura estrategicamente inconcebível de pessoas perigosas e não perigosas, havendo tuberculosos, aidéticos e esquizofrênicos sem atendimento. O cheiro e o ar que dominam as carceragens do Brasil são indescritíveis e não se imagina que nelas seja possível viver (Carvalho Filho, 2007).

A execução penal no Brasil foi configurada a partir da aprovação da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, intitulada Lei de Execução Penal. Do ponto de vista jurídico, é um moderno instrumento não só normativo, mas também ressocializador, pois elenca as penalidades, deveres e direitos da pessoa privada de liberdade, assegurando a assistência ao condenado. Conforme Lino (2012, p. 109):

A LEP constitui um marco normativo histórico, deixando claro o objetivo da execução penal em efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado (art. 1º). O cumprimento das penas e, neste particular, das privativas de liberdade é dinâmico, obedecendo ao sistema progressivo, ou seja, transferindo o reeducando de regime mais rigoroso para outro menos rigoroso, quando preenchidos requisitos de ordem objetiva e subjetiva, sendo exceção a transferência em sentido inverso.

A Lei de Execução Penal trata das situações de apenados que cumprem pena reclusos, dos que cumprem pena no regime aberto (considerados egressos do sistema penal) e semiaberto ou penas alternativas à prisão. Assim, as penas começaram a ser individualizadas no que diz respeito a redirecionar cada sentenciado à punição que lhe cabe, de forma que os mais perigosos sejam tratados a rigor e os menos perigosos tenham as atenuações que possibilitem a ressocialização. A questão da ressocialização começou a ser alvo da atenção dos juristas e magistrados a partir da Lei de Execução Penal. Sobre a referida Lei, Lino (2012, p. 110) afirma que:

*As disposições da LEP passaram, então, a ser interpretadas e aplicadas sob o novo prisma constitucional, exigindo do magistrado ultrapassar a deficiente abordagem positivista, para, adotando postura pós-positivista, apresentar a justificação ética de suas decisões na execução da sanção penal individualizada. Efetivar a punição e a ressocialização do sentenciado no sistema prisional é um dos maiores desafios/dilemas para o magistrado, demais órgãos da execução penal e para toda a comunidade que coopera nas atividades de execução (art. 4º da LEP). Primeiro, porque a prisão como espaço de reeducação para uma vida em liberdade é uma contradição em si.*

O Brasil possui um grande contingente de homens e mulheres privados de liberdade (Brasil, 2018b). Torna-se nítida a necessidade de políticas públicas no âmbito do sistema penal brasileiro que promovam a ressocialização dos apenados. A educação é um campo ou área em que as políticas públicas educacionais podem ser desenvolvidas, transformando a realidade das pessoas reclusas. No tópico seguinte, é discutida a educação prisional.

### 3.2 A educação no sistema prisional

A educação a partir da sociedade moderna (orgânica) tornou-se a esperança do combate à barbárie, principalmente na sociedade contemporânea. Theodor Adorno, filósofo, autor da obra *Emancipação e educação* (1995), traz essa concepção de que a barbárie precisa ser superada e a educação pode ser uma estratégia para a transformação social. Para Adorno (1995), desbarbarizar tornou-se a ordem imperativa aos sistemas de educação. A violência está presente na sociedade brasileira em todas as classes sociais; e não são mais apenas crimes de sangue, os crimes patrimoniais levam em muitos casos aos crimes de morte. É nesse emaranhado de violência que a juventude brasileira tem sido gestada.

Enquanto Adorno (1995) defende que a educação pode ser a estratégia contra a barbárie, a situação da educação brasileira encontra-se na contramão dessa tese, pois é uma educação considerada por Freire (2005) como bancária. De acordo com Freire (2005), é uma educação que prepara as pessoas apenas para o mercado de trabalho, buscando suprir os anseios da sociedade capitalista, em detrimento da construção da cidadania, de educar pessoas para serem conscientes do seu papel na sociedade, desenvolvendo um espírito crítico e assertivo, além do conhecimento e do estímulo à capacidade de reflexão. Na educação bancária, o conhecimento é tratado como um depósito feito pelo professor e, no final, o resultado do estudante será um cheque a ser compensado com fundos ou sem fundos. O educador e o educando devem estar envolvidos num processo de interação e aprendizagem mútuas para que a emancipação do estudante seja uma realidade (Freire, 2005).

Nesse contexto em que a educação se faz como uma política pública necessária, o artigo 41 da Lei de Execução Penal referenda direitos que devem ser assegurados pelo Estado às pessoas privadas de liberdade. Um desses direitos é o acesso à educação no âmbito prisional, através da Educação de Jovens e Adultos. Em 2010, a Lei nº 12.245, de 24 de maio de 2010, acrescentou o parágrafo 4º ao artigo 83 da referida lei e determinou que os estabelecimentos penais tenham “[...] salas de aulas destinadas a cursos do ensino básico e profissionalizante”. Além disso, a Lei nº 12.433/2011 regulamentou o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça quanto à remição como pena cumprida também no caso de estudo.

O nível de estudo das pessoas privadas de liberdade, segundo dados do Infopen (Brasil, 2017b), ainda não é elevado, visto que 51,3% dos apenados possuíam o Ensino Fundamental incompleto, seguidos de 14,9% com Ensino Médio incompleto e 13,1% com Ensino Fundamental completo. O percentual de presos que possuem Ensino Superior completo é de 0,5%. Conforme as estatísticas apresentadas pelo Infopen (Brasil, 2017b), não há muita dissonância com relação aos dados da população brasileira em liberdade que possui baixo grau de instrução (IBGE, 2017).

**Figura 1 – Classificação das atividades de ensino no âmbito prisional**

UF	Analfabeto	Alfabetizado	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Completo	Ensino Médio Incompleto	Ensino Médio Completo	Ensino Superior Incompleto	Ensino Superior Completo	Ensino acima de Superior Completo	Não Informado
AC	3,46	3,60	63,09	9,67	11,75	6,03	0,78	0,14	0,04	1,45
AL	14,08	11,14	46,99	4,69	4,60	3,84	0,86	0,57	0,13	13,35
AM	3,80	2,06	54,53	10,01	12,44	11,98	1,17	0,73	0,67	4,61
AP	1,89	1,75	49,82	10,66	17,64	11,69	1,50	1,10	0,00	2,96
BA	7,45	11,97	46,41	8,20	8,82	6,43	0,45	0,43	0,00	9,85
CE	5,27	31,58	33,12	6,98	5,26	4,60	0,45	0,21	0,00	12,53
DF	1,76	0,77	52,04	9,34	14,25	9,10	1,73	0,65	0,00	10,36
ES	3,32	7,51	45,45	15,71	12,55	10,33	1,64	0,51	0,09	2,89
GO	3,77	12,49	37,63	13,61	13,47	6,73	0,60	0,37	0,01	11,31
MA	9,44	11,42	44,72	7,31	12,92	6,48	0,73	0,35	0,00	6,63
MG	2,53	6,72	50,39	12,05	13,44	7,57	0,86	0,52	0,03	5,88
MS	2,51	2,48	59,51	11,36	12,33	8,49	1,61	1,02	0,03	0,66
MT	3,56	6,89	39,18	12,33	22,08	10,67	1,11	1,18	0,00	3,00
PA	4,50	8,37	54,32	12,50	11,52	7,46	0,43	0,23	0,00	0,69
PB	11,59	22,27	35,25	5,79	4,91	3,27	0,40	0,28	0,00	16,23
PE	10,89	22,12	32,34	6,03	6,70	5,70	0,58	0,37	0,04	15,23
PJ	10,83	7,81	45,22	5,26	7,20	4,68	0,50	1,38	0,00	17,11
PR	1,06	1,66	67,11	8,03	12,56	6,31	1,10	0,91	0,11	1,17
RR	1,47	3,97	61,62	8,98	7,34	5,93	0,68	0,40	0,01	9,59
RN	10,08	12,68	45,49	4,46	5,44	3,18	0,27	0,17	0,00	18,23
RO	1,73	6,61	53,12	9,66	10,21	7,80	1,13	0,54	0,07	6,93
RR	2,72	11,10	27,44	13,74	14,84	14,05	2,99	1,30	0,08	11,14
RS	2,49	4,77	60,54	12,94	10,89	6,35	0,93	0,39	0,01	0,68
SC	2,33	4,68	46,26	14,15	13,96	10,40	1,39	1,00	0,24	5,60
SE	6,43	3,96	70,77	4,95	6,15	5,87	0,67	0,21	0,00	0,99
SP	2,52	1,19	44,24	15,88	19,72	12,34	0,94	0,53	0,02	2,61
TO	5,55	10,54	41,05	16,50	17,48	6,93	0,97	0,97	0,00	0,00
Brasil	3,27	5,55	48,72	12,47	14,21	9,15	0,92	0,53	0,04	5,12

Fonte: Infopen (Brasil, 2017b).

Analisando a Figura 2, observa-se que em todos os estados a porcentagem de pessoas privadas de liberdade cursando o Ensino Superior é mínima. Ressalta-se o estado do Ceará, que abriga as Instituições Federais de Ensino Superior escolhidas como lócus desta pesquisa e que, conforme a Figura 2, apresenta um índice de 0%. Tal dado é preocupante e justifica a importância deste estudo. Desvelar os números das pessoas que estão cursando o Ensino Superior é um desafio; mesmo com a democratização e o acesso, é preciso identificar os impactos reais da Educação Superior na ressocialização de apenados. O Infopen (Brasil, 2017b) classifica as atividades de ensino no âmbito prisional, conforme o disposto na figura a seguir.

**Figura 2 – Distribuição das pessoas privadas de liberdade por unidade da federação**

UF	Alfabetização		Ensino Fundamental		Ensino Médio		Ensino Superior		Curso Técnico (acima de 800 horas de aula)		Curso de Formação Inicial e Continuada (Capacitação Profissional, acima de 160 horas de aula)	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
AC	60	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
AL	0	0,00	94	59,12	8	5,01	9	5,66	0	0,00	48	30,19
AM	93	12,43	337	45,05	228	30,48	5	0,67	0	0,00	85	11,36
AP	0	0,00	540	33,29	348	21,45	34	2,10	50	3,08	650	40,67
BA	459	17,19	1561	58,46	459	17,19	6	0,22	40	1,50	145	5,43
CE	175	21,19	384	46,49	267	32,32	0	0,00	0	0,00	0	0,00
DF	261	18,98	618	44,95	351	25,53	41	2,98	5	0,36	99	7,20
ES	776	24,94	1378	44,29	957	30,76	0	0,00	0	0,00	0	0,00
GO	131	14,38	591	64,87	144	15,81	14	1,54	2	0,22	29	3,18
MA	132	13,95	772	81,61	42	4,44	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MG	2.084	21,05	5040	50,90	2.237	22,59	152	1,54	199	2,01	189	1,91
MS	369	24,92	806	54,42	262	17,69	21	1,42	22	1,49	1	0,07
MT	662	25,93	1195	46,81	619	24,25	7	0,27	0	0,00	70	2,74
PA	199	16,85	601	51,06	373	31,32	99	8,00	2	0,17	45	3,81
PB	327	31,08	572	54,37	150	14,26	2	0,19	1	0,10	0	0,00
PE	424	6,58	4910	76,19	1.100	17,07	10	0,16	0	0,00	0	0,00
PJ	235	56,63	175	42,17	2	0,48	2	0,48	1	0,24	0	0,00
PI	407	9,50	3038	70,88	723	16,87	37	0,86	0	0,00	81	1,89
PR	402	8,95	3201	71,29	783	17,44	65	1,45	17	0,38	22	0,49
RS	62	32,80	86	45,10	28	14,81	2	1,06	0	0,00	11	5,82
RO	213	15,30	616	44,25	325	23,35	15	1,08	0	0,00	223	16,02
RR	20	3,41	176	30,03	93	15,87	27	4,61	4	0,68	266	45,39
RN	336	22,83	1291	54,98	487	20,24	10	0,43	10	0,43	14	0,60
SC	639	19,64	1799	55,30	578	17,77	80	2,46	33	1,01	124	3,81
SE	174	10,58	155	45,32	14	4,09	0	0,00	0	0,00	0	0,00
SP	2.900	15,91	8113	44,52	6.691	36,72	96	0,53	25	0,14	397	2,18
TO	61	18,94	211	65,53	49	15,22	1	0,31	0	0,00	0	0,00
Brasil	13.688	19,28	33.252	53,80	17.689	28,65	1.722	0,81	626	0,24	4.757	6,20

Fonte: Infopen (Brasil, 2017b).

Sobre o quadro acima, o Infopen descreve cada tipo de atividade de ensino no âmbito prisional:

[...] atividades de ensino escolar, que compreendem as atividades de alfabetização, formação de ensino fundamental até ensino superior, b) cursos técnicos (acima de 800 horas de aula), c) curso de formação inicial e continuada (capacitação profissional, acima de 160 horas de aula), e d) atividades complementares, que abarcam os custodiados matriculados em programas de remição da pena pelo estudo por meio da leitura, pessoas matriculadas em programas de remição pelo estudo por meio do esporte e pessoas envolvidas em demais atividades educacionais complementares (tais como videoteca, atividades de lazer e cultura). [...] apenas 10,58% da população prisional no Brasil está envolvida em algum tipo de atividade educacional, entre aquelas de ensino escolar e atividades complementares (Brasil, 2017b, p. 56).

A proposta de acessibilidade de pessoas privadas de liberdade ao Ensino Superior através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi implementada pelo governo

federal, fundamentado no artigo 5º da Portaria nº 807/2010 do Ministério da Educação. Através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, foi lançado o ENEM para pessoas privadas de liberdade (ENEM PPL), uma política pública que visa a incluir pessoas reclusas no Ensino Superior, em consonância com as normas das unidades prisionais e com as diretrizes da própria Lei de Execução Penal. Além do ENEM PPL, há o ENEM para ampla concorrência. Se há o exame para pessoas privadas de liberdade, é preciso analisar se há o acesso e a permanência desse público no Ensino Superior.

Segundo o *Diário do Nordeste* (2017), ao longo dos últimos cinco anos, o Ministério da Educação catalogou 6.830 inscrições em todo o país por meio do Sistema de Seleção Unificada, que é o processo usado pelas Instituições de Ensino Superior para selecionar os candidatos aos seus cursos. Desse universo, 254 foram aprovados, mas somente 101 entraram nas universidades, conforme informações obtidas pelo próprio *Diário do Nordeste* por meio da Lei de Acesso à Informação.

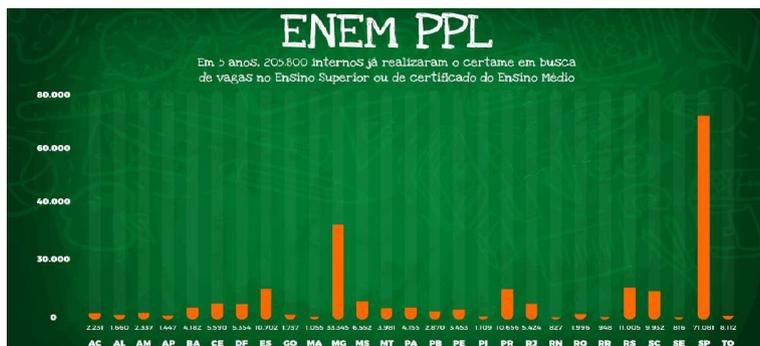
O jornal afirma que, dos matriculados em Instituições de Ensino Superior no Ceará, três foram no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), três na Universidade Estadual do Ceará (UECE) e dois na Universidade Federal do Ceará (UFC). O jornal afirma ainda que, segundo o Ministério da Educação, 474 começaram a estudar após conseguirem boas notas no ENEM PPL. Os cursos de graduação que receberam maior parte dos aprovados foram Administração, Direito e Educação Física. Já com relação ao Prouni, no período de 2011 a 2016, foram identificados 474 aprovados em faculdades privadas, sendo 73 no curso de Administração, 44 em Direito e 37 em Educação Física.

O jornal entrevistou o juiz César Belmino Barbosa Evangelista, titular da 3ª Vara de Execução Penal de Fortaleza. O magistrado afirmou que:

[...] no caso de um apenado, que cumpre pena privativa de liberdade no regime semiaberto, ser aprovado em curso de ensino superior, ele deverá, por meio de advogado ou defensor público, formular um pedido de estudo externo/saída temporária perante o juízo de execução penal, com os seguintes documentos: comprovante do resultado do certame e comprovante de matrícula da instituição de ensino para a qual foi aprovado, onde, inclusive, conste o período e horários das aulas.

O juiz entrevistado pelo *Diário do Nordeste* afirma ainda: “[...] excepcionalmente, o juízo de execução penal poderá deferir pedido de estudo externo ao apenado que cumpre pena no regime fechado, em respeito ao processo de ressocialização”. Segundo o *Diário do Nordeste*, de 2012 a 2017 participaram das edições do ENEM PPL 5.590 detentos. A Figura 3 ilustra os últimos cinco anos do ENEM PPL no Brasil.

**Figura 3** – Últimos cinco anos do ENEM PPL no Brasil



Fonte: Lima (2017, p. 12).

Segundo o *Diário do Nordeste*, com base em dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira:

[...] o Enem PPL, que é realizado em datas semelhantes ao certame comum, já obteve 205.800 inscrições desde sua criação, em 2011. Atualmente, todos os estados participam desse processo. No Ceará, foram 137 inscrições no primeiro e, já em 2016, o número de candidatos chegou a 1.427. 88,2% dos inscritos são homens; SP é o estado com maior número em 5 anos; 2016 foi o ano com maior número de inscritos; 1.427 foi o número de internos do CE que prestaram o Enem PPL. No Nordeste, o Ceará é o estado com maior número de inscrições desde 2011. Com 70.081 inscritos em 5 anos, São Paulo lidera entre os estados brasileiros. As informações foram obtidas por meio da Lei de Acesso à Informação junto ao Ministério da Educação e Inep (Lima, 2017, p. 1).

A educação tem sido considerada como a ciência capaz de transformar o ser humano através da transformação social (Freire, 1986). No âmbito prisional, ela seria o despertar da reeducação do indivíduo, que, num tempo determinado, estaria de volta ao convívio social. Sabe-se que o conjunto de políticas públicas e sociais – não somente a educação – implementadas no país deve ser fator preventivo contra o crime e a delinquência, mas, considerando os contextos sociais diferentes, é impossível prever se apenas tais políticas inibiriam a criminalidade. Cordeiro (2010, p. 29) ressalta que:

As políticas sociais básicas podem ter efeitos preventivos em relação à criminalidade e à reincidência, mas se referem a ações nas áreas de educação, saúde e habitação, enquanto que a política de segurança pública reúne ações que interferem mais di-

retamente na criminalidade, como controle de porte de armas, policiamento ostensivo, medidas preventivas quanto à criminalidade, etc. e visa garantir a segurança da população livre, mas que não se detém ao tratamento de quem cometeu o crime, no sentido de recuperá-lo.

A educação no âmbito prisional visa a combater o ócio e promover uma reintegração social da pessoa privada de liberdade, levando em consideração que o apenado já é adulto e considerando essa educação prisional como uma reeducação, partindo da premissa de que essa pessoa já passou por algum nível de estudo na educação formal. É necessário lembrar todas as dificuldades para se implementar políticas públicas num ambiente tão adverso, tendo que se considerar a insegurança, a ausência de investimento na educação, entre outras dificuldades. Para Silveira (2009, p. 169), a educação pode ser fator de mudança na vida do detento:

A indagação sobre a necessidade de uma escola nas prisões recebeu, ao longo do século XX, diferentes respostas: a ignorância gera delinquente e o delito é o produto do meio social desfavorecido intelectualmente; a educação corrobora para a socialização e a reinserção do marginal na sociedade; a educação capacita o preso e beneficia laboralmente o detento a ajustar-se à organização e afazeres da vida comum. Outra justificativa, de ordem mais prática, é que as atividades educativas poderiam contribuir para que os internos não ficassem ociosos. As correntes mais céticas do papel da escola como fator de mudança na vida do detento [...], no final do século XIX, não tiveram eco no meio penitenciário.

Combater o ócio no âmbito da prisão é uma prerrogativa à ressocialização e, seguindo essa linha de ra-

ciocínio, o governo federal criou as prisões industriais no Brasil. A educação prisional no Brasil foi legalizada através da Lei de Execução Penal de 1984 e implantada seguindo as orientações de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Um dos principais marcos da organização citada é o relatório que sintetiza os resultados da pesquisa *Educação Básica nas prisões*, traçando o perfil dos prisioneiros e sugerindo as diretrizes a serem adotadas pelos governos para que a educação seja uma realidade no âmbito prisional (Unesco, 1995).

Os principais desafios do governo brasileiro encontram-se na implementação da política de educação no sistema prisional, bem como na adequação do ensino ao âmbito da prisão. Sabe-se que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é a principal estratégia de ressocialização, do ponto de vista educacional. Os tratados internacionais são catalisadores da implantação das políticas públicas e da legislação em países como o Brasil. Sobre a EJA, Andriola (2013, p. 188) afirma que:

A aplicação da função equalizadora exposta nas Diretrizes Curriculares para EJA (Parecer CEB 11/2000) recomenda a reparação corretiva da reentrada no sistema educacional dos sujeitos que tiveram interrupção de estudos, pela repetência, pela falta de escolas, pelas desiguais oportunidades de permanência ou por outras condições adversas. Além dos aspectos provenientes das Diretrizes Curriculares da EJA, baseamo-nos no que vem sendo afirmado em documentos internacionais dos quais o Brasil é signatário, tais como: a Declaração de Hamburgo (V Confinteia) e o Marco de Belém (VI Confinteia), que preconizam o estímulo à oportunidade de aprendizagem a todos, em particular, aos marginalizados

e excluídos; o incentivo à participação, inclusão e equidade, combatendo os efeitos cumulativos de múltiplas desvantagens, através da inclusão como via para o desenvolvimento humano, social e econômico, contribuindo para o convívio digno e humano. Outro compromisso assumido no Marco de Belém (VI Confinteia) está contido na recomendação para a qualidade das ações educacionais.

Compreende-se que a EJA é uma política pública de educação presente no sistema prisional com o objetivo de alfabetizar e permitir a conclusão do Ensino Fundamental e Ensino Médio, promovendo o desenvolvimento humano e a ressocialização da pessoa reclusa. Se tal política cumprir seu objetivo, é possível que a pessoa privada de liberdade também possa ingressar no nível posterior, que é o Ensino Superior. Enquanto modalidade de ensino no contexto prisional, este enfrenta um paradigma: imprimir a marca da educação libertadora de mentes num ambiente de aprisionamento do corpo (Freire, 1986). Essa modalidade de ensino deve motivar os estudantes no aspecto cultural e científico, projetando profissionais que sejam atores sociais e que participem do desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura do Brasil (Brasil, 1996). É fato que promover o Ensino Superior à pessoa privada de liberdade, sob essas premissas, é um desafio para o governo brasileiro. Além de ser um direito constitucional, o Ensino Superior destinado a esse público é uma estratégia de ressocialização.

## 4 METODOLOGIA

s pesquisas têm como objetivo explicar os fenômenos por meio de procedimentos científicos, sistematizados através dos resultados obtidos (Gil, 2008; Minayo, 2007). Minayo (2007) conceitua metodologia como uma discussão epistemológica, apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e instrumentos utilizados e como a marca pessoal do pesquisador no uso de sua criatividade para articular teoria, método e resultados.

Neste capítulo está descrito o percurso deste estudo, desde a caracterização, organização, coleta e tratamento dos dados adotados até a execução e conclusão desta pesquisa.

### 4.1 Caracterização da pesquisa

Quanto aos objetivos, esta pesquisa classifica-se como exploratória, que, segundo Gil (2008), visa a proporcionar maior familiaridade com o problema (explicitá-lo), podendo envolver levantamento bibliográfico e entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado. Geralmente, assume a forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso (Gil, 2008).

O tema estudado foi o perfil de atendimento nas Instituições Públicas Federais de Ensino Superior do Ceará: ações de ensino, pesquisa e extensão direcionadas às pessoas privadas de liberdade. A perspectiva desta pesquisa está voltada para um problema específico de interesse local (Prodanov; Freitas, 2013), o que a caracteriza como estudo de caso e *ex-post-facto*, no qual os dados localizados já têm exercido seus efeitos (Gil, 2008). É o caso desta pesquisa, pois a análise das categorias envolvidas, que compreendem o número de aprovados no Sistema de Seleção Unificada, instituições, projetos de pesquisa e extensão realizados pelas Instituições Federais de Ensino Superior que atendem ao público-alvo são constituídos de eventos passados, não sendo possível a intervenção direta.

Quanto à abordagem, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, fazendo uso de dados secundários. Segundo Minayo (2007), a pesquisa qualitativa faz uma análise subjetiva dos dados, promovendo discussões e apontando direções para a resolução da problemática. Para Kirschbaum (2013, p. 180):

Pesquisas qualitativas são tradicionalmente associadas a interesses de pesquisa tipicamente subjetivistas. Em contraste, pesquisas quantitativas geralmente respondem às exigências do paradigma 'positivista', cujo interesse de pesquisa é centrado no estabelecimento de leis causais.

Nesta pesquisa, portanto, recorreu-se a dados estatísticos para subsidiar a análise subjetiva. Segundo Marinas (2006 *apud* Kirschbaum, 2013, p. 180):

Os 'mecanismos causais' são identificados como uma abordagem central para a proposição e o esta-

belecimento de relações causais. Sob essa perspectiva, a escolha de metodologias qualitativas pode ser subordinada às necessidades de estipulação de relações causais, nem sempre possíveis a partir de abordagens quantitativas.

## 4.2 Organização da pesquisa

Para obter os resultados esperados propostos, a pesquisa foi estruturada em duas fases. Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica acerca de alguns marcos históricos na evolução do Ensino Superior brasileiro, assim como uma discussão sobre as políticas públicas da educação, acrescidas do histórico do sistema penitenciário e suas nuances.

Na segunda etapa, foram realizados os procedimentos de análise documental, através da consulta de leis e documentos institucionais e de levantamento de dados nos portais das seguintes instituições: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Secretaria de Justiça do Ceará (Sejus), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), via Censo da Educação Superior ou via Portal da Transparência Federal. O Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe solicitações de informações a órgãos federais e acompanhe o andamento da informação requerida. A partir dessas informações, foi traçado o perfil do acesso das pessoas privadas de liberdade às Instituições Federais

de Ensino Superior com uma síntese dos dados de 2009 a 2019.

O Plano de Desenvolvimento Institucional foi o parâmetro de gestão, sendo um instrumento exigido pela legalidade para o confronto dos dados obtidos e a base de planejamento e estratégia das ações das Instituições Federais de Ensino Superior. É um instrumento importante para a avaliação de cursos de graduação e de pós-graduação, para questões de auditoria por parte de órgãos de controle interno e externo e para a articulação da instituição com fundações de apoio e fontes de financiamento das instituições. Foi criado pela legislação brasileira através da Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior nº 10.861, de 14 de abril 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.733, de 9 de maio de 2006, que estabelece a regulação, supervisão da Instituição de Ensino Superior, avaliação, bem como define o Plano de Desenvolvimento Institucional como item indispensável para o credenciamento das Instituições de Ensino Superior. De acordo com o Decreto nº 5.773/2006, o Plano de Desenvolvimento Institucional deve conter:

- I – missão, objetivos e metas da instituição, seu histórico de implantação e desenvolvimento;
- II – projeto pedagógico da instituição;
- III – cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de cada um de seus cursos;
- IV – organização didático-pedagógica da instituição;
- V – perfil do corpo docente;
- VI – organização administrativa da instituição;
- VII – infraestrutura física e instalações acadêmicas;
- VIII – oferta de educação a distância, sua abrangência e polos de apoio presencial;
- IX – oferta de cursos e programas de mestrado e doutorado; e
- X – demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras.

A gestão das Instituições Federais de Ensino Superior norteia-se pelos pressupostos da gestão estratégica, que compreende ciclos periódicos de planejamento, execução, monitoramento e revisão, almejando o cumprimento das metas traçadas no Plano de Desenvolvimento Institucional, que consistem nas áreas estratégicas, denominadas macrocondutoras: ensino, pesquisa, extensão, assistência e gestão. O número de ações programáticas para o funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior requer o planejamento que seleciona as atividades para serem diligenciadas em determinado período, com o propósito de alcançar as diversas áreas da instituição. Por essa razão, as categorias extraídas do Plano de Desenvolvimento Institucional para análise foram: (I) o quantitativo de apenados inscritos, ingressos por ano nas Instituições Federais de Ensino Superior deste estudo; (II) cursos em que estão matriculados, ou produção científica, ou projetos de extensão que atendam às pessoas privadas de liberdade; e (III) instituições de ensino que atendem a este público através de atividades de pesquisa e extensão promovidas pelas Instituições Federais de Ensino Superior.

### **4.3 Fonte, coleta e tratamento de dados**

Considerando a abordagem qualitativa desta pesquisa e o procedimento técnico da análise documental, o processo de coleta dos dados ocorreu por meio de levantamento de dados secundários. A base de dados que serviu como ponto de partida para as análises foi a do Censo da Educação Superior referente ao período de 2009 a 2019, bem como os dados estatísticos disponibilizados

pelas instituições via Serviço de Informação Eletrônica ao Cidadão. Tendo em vista o volume de informações presentes no Censo da Educação Superior e a necessidade de extrair o que mais se adequava ao objeto da pesquisa, foram selecionadas as seguintes categorias para compor a análise: (I) quantidade de pessoas privadas de liberdade aprovadas via Sistema de Seleção Unificada; (II) instituições por eles escolhidas; e (III) ações de pesquisa ou extensão que atendem a esse público.

A partir dessas categorias, os dados foram organizados por instituição, subdivididos em universidades federais e institutos federais para possibilitar a análise de forma mais precisa. A distribuição dos dados foi realizada com base na instituição como um todo, buscando informações nas reitorias e pró-reitorias. O procedimento de extração dos dados utilizou o formato de tabelas, contendo o percentual das categorias selecionadas para a pesquisa, procedendo-se, em seguida, à análise qualitativa dos dados levantados.

Manicas (2006 *apud* Kirschbaum, 2013, p. 186):

[...] observa que enquanto a abordagem qualitativa preserva a integridade do objeto estudado, concentrando a coleta ao máximo de informações relevantes para a sua explicação, os estudos estatísticos privilegiam a coleta de amostras dispersas, assumindo que os diversos casos em análise se relacionam entre si pela mediação das variáveis de interesse.

Dessa forma, a análise qualitativa permitirá a compreensão dos dados sob a ótica analítica da pesquisa qualitativa.

Esta pesquisa também considerou como fontes os dados noticiados pelas instituições envolvidas neste

estudo e por jornais regionais ou nacionais, através de dados que subsidiaram os resultados alcançados. A ciência considera tais fontes como válidas: desde a corrente francesa denominada Escola dos Annales, da qual Lucien Febvre e Marc Bloch são os condutores, até a criação de um periódico francês denominado *Anais de História Econômica e Social*. Seus princípios combatiam o positivismo histórico, considerando um novo momento para a História em que a academia poderia adicionar novas fontes à pesquisa histórica e realizar um novo tipo de abordagem, não apenas em fontes notariais, mas em fontes advindas dos fatos. Nas palavras de Orlandi (1996, p. 58):

Os dados não têm memória, são os fatos que nos conduzem à memória lingüística [sic]. Nos fatos temos a historicidade. Observar os fatos de linguagem vem a ser considerá-los em sua historicidade, enquanto eles representam um lugar de entrada na memória da linguagem, sua sistematicidade, seu modo de funcionamento. Em suma, olharmos o texto como fato, e não como um dado, é observarmos como ele, enquanto objeto simbólico, funciona.

Fundamentados na Escola de Annales, os dados advindos de fontes jornalísticas ou noticiadas nas instituições foram considerados para a construção dos resultados deste estudo. Os fatos existem, estão noticiados, embora não estejam “notariados” pelas instituições de interesse.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo apresenta as ações de ensino, pesquisa e extensão que a UFC, a Unilab e o IFCE promoveram na série histórica de 2009 a 2019, fazendo uso da análise qualitativa dos dados obtidos. Os resultados dessas estratégias macrocondutoras, que são em números gerais, foram encontrados por meio do anuário institucional da UFC e do IFCE; a Unilab não dispõe de anuário ou outro instrumento por meio do qual seja possível consultar os números da instituição de forma acessível via portal eletrônico institucional.

As pesquisas realizadas pelas Instituições Federais de Ensino Superior diretamente ligadas à temática deste trabalho foram localizadas no repositório institucional da UFC e da Unilab. O IFCE não possui repositório geral, portanto os dados das produções científicas foram pesquisados através do Google e alguns enviados pelas instituições via Serviço de Informação Eletrônica ao Cidadão. Os resultados estão divididos por Instituição de Ensino Superior e foram confrontados com o Plano de Desenvolvimento Institucional.

## 5.1 Ações para acesso de pessoas privadas de liberdade ao Ensino Superior na UFC

A UFC é uma Instituição Federal de Ensino Superior de extrema importância para o desenvolvimento regional do Ceará, fundada em 16 de dezembro de 1954, criada pela Lei nº 2.373. É caracterizada como uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação. Possui uma diversidade de cursos que buscam atender às necessidades da região, gerando empregabilidade aos seus egressos. Segundo dados colhidos diretamente na Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), em 2020, a UFC possuía 125 cursos de graduação em funcionamento, sendo 125 cursos de graduação ativos, oito cursos a distância (não Sistema de Seleção Unificada – SISU), quatro cursos temporários (não SISU), três cursos em processo de extinção (não entram mais no SISU) e 110 cursos com oferta no SISU. Quanto à pós-graduação, a universidade ofertava 94 cursos, sendo 41 mestrados acadêmicos, sete mestrados profissionais e 36 doutorados. Além disso, são mais de 700 ações de extensão, beneficiando milhares de pessoas em todo o estado (UFC, 2019b).

A UFC possui ainda três *campi* em Fortaleza (Benfica, Pici e Porangabuçu); devido ao processo de interiorização e às expansões ocorridas, há *campi* nas cidades de Crateús, Quixadá, Russas e Sobral. Também oferece cursos a distância, por meio do Instituto UFC Virtual, sendo sete cursos de licenciatura e dois bacharelados, que evidenciam a política de democratização do Ensino Superior proposta pelo Reuni. A instituição possui um papel social na formação dos cearenses, tendo um legado histórico reconhecido no estado. Conforme Andriola (2015, p. 287):

Portanto, conforme mencionado, a UFC se faz presente na vida do povo cearense, sobretudo na dos cidadãos interioranos, por meio da formação de profissionais da mais alta qualificação, da geração e da difusão de conhecimentos, da preservação e da divulgação dos valores artísticos e culturais, constituindo-se, assim, em instituição estratégica para o desenvolvimento do Ceará, do Nordeste e do Brasil. Concretiza-se, desse modo, a missão institucional da UFC mediante ações relevantes, visíveis aos olhos de todos.

É essa presença marcante da UFC no estado do Ceará que a conduz na produção da sua política de atendimento. A instituição possui documentos oficiais que regem o direcionamento político de seus serviços e, para corroborar essa análise, escolheu-se o Plano de Desenvolvimento Institucional correspondente ao período de 2009 a 2019 como referência para análise, por ser um instrumento criado democraticamente pela comunidade acadêmica e abranger a organização como um todo. Desde o primeiro plano, a UFC preconiza a inclusão social como política a ser implementada na instituição nos mais variados segmentos da sociedade. Como o público-alvo desta pesquisa carece de inclusão, esta foi a palavra elementar para que o diálogo entre os dados e a proposta da instituição fossem confrontados. Assim, no Quadro 6 é apresentado o histórico de como a instituição considera a inclusão social através de seu Plano de Desenvolvimento Institucional.

**Quadro 6 – Ações de inclusão propostas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional da UFC, vigência de 2007 a 2011**

<b>Ações de inclusão na UFC de 2007 a 2011</b>	
I.	O Reuni também contempla ampliação da oferta de vagas, garantia de mobilidade acadêmica e permanência dos estudantes, formação continuada de professores e fortalecimento da assistência estudantil. Uma das metas é elevar para 18 o número de alunos por professor e para 90% a taxa de conclusão média dos cursos presenciais.
II.	A proposta da UFC resume como compromissos sociais da instituição a política de inclusão, o programa de assistência estudantil e o projeto de extensão universitária. Em relação ao megaobjetivo I, “inclusão social e redução das desigualdades sociais”, as atividades de extensão promovem o alcance do desafio da promoção do acesso ao patrimônio cultural do país ao integrar a Universidade à sociedade através do relacionamento entre o saber científico e a equidade no acesso.
III.	Ações afirmativas de inclusão são necessárias não apenas na universidade, mas em todo o sistema educacional brasileiro. É importante, portanto, que se implementem políticas focalizadas e aquelas que remetem à correção de percursos da formação dos indivíduos pertencentes às camadas sociais mais carentes.
IV.	A qualificação da escola pública é condição necessariamente inicial para fornecer pertinência à adoção de uma política de cotas no Ensino Superior público brasileiro.
V.	Aperfeiçoar o sistema de ingresso: repensar as formas de acesso aos cursos da UFC (vestibular, transferências, admissão de graduados, entre outros).
VI.	Definir políticas de inclusão social.

Fonte: UFC (2017b).

Após uma análise do Plano de Desenvolvimento Institucional de 2007 a 2011, que abrange o ano de 2009, no Quadro 7 são apresentadas todas as ações relativas à inclusão identificadas no documento, ações que têm como meta o aumento do percentual de estudantes e o aperfeiçoamento no sistema de ingressos daqueles. Os itens foram numerados para proceder com a realização da análise.

No item 1, foi identificada a meta do Reuni para o aumento de professores e alunos, enquanto que, no item 2, a instituição assume o compromisso com a inclusão social e com a diminuição das desigualdades sociais, através dos projetos de extensão, do saber científico e da equidade no acesso. O terceiro item aborda a implementação de ações afirmativas através de políticas focalizadas para corrigir o percurso da formação de pessoas das camadas populares. Ressalta-se que neste item poderia haver estratégias direcionadas às pessoas privadas de liberdade.

No item 4, localiza-se a política de cotas e o quanto a instituição pretende promover ações para o seu fortalecimento. Atentando-se aos dados, a maioria dos apenados são jovens e negros (Brasil, 2017b) e nesse requisito a política de cota poderia abranger as pessoas privadas de liberdade por questão de etnia, pois o impacto da dívida social com os negros no país se materializa também por serem maioria no quantitativo de presos. No item 5, está prevista a meta de aperfeiçoamento do sistema de ingresso, repensando as formas de acesso aos cursos, o que demonstra a preocupação da instituição em ser acessível à população. O item 6 indica que a instituição ainda estava trabalhando para definir a sua política de inclusão durante a construção do plano de 2009 a 2019, inferindo-se que a UFC ainda não conseguia, naquele momento, atender para a inclusão das pessoas privadas de liberdade. No Quadro 7, apresenta-se o Plano de Desenvolvimento Institucional de 2012 da UFC, que apresenta as ações de inclusão que nortearam a instituição durante esse período.

## Quadro 7 – Ações de inclusão propostas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional da UFC, vigência 2012

<b>Ações de inclusão 2012</b>	
1.	Tendo em conta a grande importância de se empreender uma gestão planejada de modo que os objetivos da instituição sejam alcançados, atendendo aos princípios fundamentais que a permeiam, a administração da UFC apresenta o Plano de Desenvolvimento Institucional relativo ao ano de 2012, que é baseado no programa temático Educação Superior, do Plano Plurianual do governo federal 2012/2015, que tem como diretrizes a expansão da oferta de vagas, a garantia de qualidade, a promoção da inclusão social e o desenvolvimento econômico.
2.	Ressalta-se ainda a conformidade deste Plano de Desenvolvimento Institucional com as metas impostas pelo Plano Nacional de Educação (PNE – 2011/2020) para a Educação Superior; a proposta da UFC resume como compromissos sociais da instituição a política de inclusão, o programa de assistência estudantil e o projeto de extensão universitária.
3.	Ampliar o relacionamento com a comunidade externa, por meio de ações pontuais ligadas à educação, inclusão social e gestão participativa dos recursos naturais; promoção da inclusão social.
4.	Ações afirmativas de inclusão são necessárias não apenas na universidade, mas em todo o sistema educacional brasileiro. É importante, portanto, que se implementem políticas focalizadas e aquelas que remetem à correção de percursos da formação dos indivíduos pertencentes às camadas sociais mais carentes.
5.	A qualificação da escola pública é condição necessariamente inicial para fornecer pertinência à adoção de uma política de cotas no Ensino Superior público brasileiro.
6.	Aperfeiçoar o sistema de ingresso: continuar adotando o sistema de seleção do MEC, ENEM-SISU, de modo que a UFC continue democratizando e otimizando o acesso às suas vagas.
7.	Definir políticas de inclusão social; busca-se na UFC a solução dos problemas relativos à permanência e à conclusão de curso, por parte dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, por meio da articulação de ações assistenciais, na perspectiva de inclusão social, de melhoria do desempenho acadêmico e de qualidade de vida.

Fonte: UFC (2013).

Analisando o item 1, a UFC apresenta o Plano de Desenvolvimento Institucional relativo ao ano de 2012, que tem como diretrizes a expansão da oferta de vagas, a garantia de qualidade, a promoção da inclusão social e o desenvolvimento econômico, ou seja, a inclusão social continua como uma diretriz da instituição no atendimento à população. No item, a proposta da UFC é comprometer-se com a política de inclusão, o Plano Nacional de Assistência Estudantil e a extensão universitária. Tais objetivos não diferem do Plano de Desenvolvimento Institucional anterior, mostrando que a universidade continua em busca do alcance daquilo que tem desenhado sua política institucional.

No item 3, a UFC inclui a ampliação do relacionamento com a comunidade externa por meio de ações pontuais nas quais a inclusão social e a sua promoção são elencadas para o alcance das metas. No item 4, assim como no Plano de Desenvolvimento Institucional anterior, insere as ações afirmativas de inclusão, a implementação das políticas focalizadas e novamente aquelas que remetem à correção de percursos da formação dos indivíduos pertencentes às camadas sociais mais carentes. As pessoas privadas de liberdade estão inclusas, predominantemente, nessas camadas sociais mais carentes, embora a criminalidade não seja uma realidade apenas de determinada classe social. No item 6, abordam-se novamente as políticas de cotas e o quanto é necessário que a instituição se qualifique para prestar tal serviço. As pessoas privadas de liberdade podem ser consideradas no ingresso por cotas se o requisito for “ser negro” e “ter concluído o ensino médio na rede pública”.

No item 7, o Plano de Desenvolvimento Institucional demonstra que a UFC buscava o aperfeiçoamento do sistema de seleção do MEC, o ENEM-SISU, e que a instituição tinha interesse no aprimoramento do seu sistema de ingresso, preocupando-se em continuar democratizando e otimizando o acesso às vagas por ela oferecidas. O item 8 mostra que a UFC, ainda em 2012, estava buscando definir as políticas de inclusão social da instituição. A instituição mostrava-se preocupada em solucionar os problemas relativos à permanência e êxito dos estudantes com vulnerabilidade socioeconômica do ponto de vista da inclusão social, denotando que, no período daquele Plano de Desenvolvimento Institucional (2007 a 2012), ainda apresentava dificuldades na área da política de assistência estudantil.

Adiante segue o Quadro 8, com dados do período no qual o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFC estava em vigência. Os dados do ENEM PPL não foram disponibilizados pela UFC e não estão disponíveis nos portais institucionais das demais Instituições de Ensino Superior.

### Quadro 8 – Dados noticiados em jornais de grande circulação e pela UFC no período 2011-2012

Dados	Ano de edição do ENEM	Fonte dos dados e descrição da notícia
<b>Alunos e professores temem</b>	2011	<p>Estudantes e professores do curso de Geografia da UFC manifestam medo com a presença do detento Luiz Miguel Militão no <i>campus</i>. Juiz diz que só permitirá o acesso de Militão com a escolta de dez policiais militares. Tensão, medo e insegurança foram as palavras mais ouvidas de professores e estudantes do curso de Geografia da UFC, quando questionados acerca da possibilidade de o detento Luiz Miguel Militão Guerreiro cursar Geografia no <i>campus</i>. Aos estudantes incomoda a rotina de aulas e atividades extracurriculares que certamente seriam compartilhadas com Militão. “Se ele tinha um péssimo comportamento na cadeia, não vai mudar aqui”. “Ele deve ter muitos inimigos. E se vierem querer executá-lo aqui dentro? Todos nós corremos um grande risco do lado dele”. “Quem não fica tenso de ficar todos os dias do lado de um homem que precisa de dez policiais para ser contido?”. “Vamos ficar reféns do medo e até dos comparsas dele, dentro da universidade, é isso?”. Nenhum dos estudantes quis ser identificado. Aos professores recaem as mesmas preocupações dos estudantes, além de cogitarem o insucesso no sistema de avaliação do preso. “A gente tem até medo de dar uma nota merecida, mas não aceita por ele”. Alguns docentes disseram que se recusariam a ministrar disciplinas em que Militão esteja matriculado. O reitor da UFC, Jesualdo Farias, ratificou, com ênfase, a decisão de não aceitar os 10 policiais mais o oficial designados para escoltar Militão, na ida diária às aulas na universidade. “Espero que o bom senso prevaleça e a universidade não tenha que administrar essa questão”, destacou (O Povo, 2012, p. 1).</p>

(Continua...)

<p><b>1ª detenta aprovada na UFC no curso de licenciatura em História</b></p>	<p>2011</p>	<p>No Ceará, a juíza Luciana Teixeira de Souza, da 2ª Vara de Execuções Penais do Tribunal de Justiça (TJ) do estado, concedeu, em fevereiro deste ano, autorização para que Cynthia Corvello, detenta do Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa, localizada em Aquiraz, região metropolitana de Fortaleza, frequentasse as aulas do curso de História na Universidade Federal do Ceará (UFC). Foi a primeira vez que uma decisão desse tipo foi tomada no estado. Em regime fechado desde 1993, quando foi presa por homicídio qualificado e condenada a 25 anos e 4 meses de reclusão, Cynthia prestou o Enem em 2011 e obteve a vaga por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU). A decisão, segundo a juíza, foi baseada na Lei de Execução Penal, que prevê a possibilidade de trabalho externo em obras públicas para presos do regime fechado. “Há jurisprudência em que o estudo é equiparado ao trabalho para redução de pena, então foi uma interpretação analógica”, explica Luciana. A individualização da pena, prevista na Constituição Federal, também foi levada em conta. No caso de Cynthia, além de bom comportamento, ela deve ter direito ao semiaberto em 2013. “Era uma situação completamente especial. Não seria justo ela ter todos esses elementos e não poder estudar em universidade pública”, explica Luciana. Mesmo assim, a juíza reconhece que é uma decisão de muita responsabilidade. “Afeta a sociedade. Tem que examinar com muita cautela para que não gere prejuízo social” (Terra, 2010, p. 1).</p>
---	-------------	---

(Continua...)

<b>Com nota 900 na redação do ENEM, presidária no Ceará é aprovada no SISU para a UFC</b>	2012	Inscrição sob escolta: para conseguir se inscrever na primeira chamada da universidade, Cynthia precisou contar com a sorte e boa vontade dos funcionários da UFC. Logo que soube do resultado, pediu que o pai, que mora em São Bernardo do Campo, em São Paulo, mandasse os documentos necessários pelos Correios: histórico escolar e comprovante de segundo grau (o atual ensino médio). O material não chegou em tempo hábil. Ela teve de se inscrever com cópias. E, com autorização judicial, chegou “aos 47 minutos do segundo tempo”, minutos depois do término das matrículas. “Tivemos de ligar e explicar tudo para eles”, diz, aliviada. Uma escolta de policiais militares acompanhou Cynthia (Feitosa, 2012, p. 1).
	2012	Desde fevereiro deste ano, a UFC já tem em seu quadro de discentes a detenta Cynthia Corvello, no curso de História. Ela é classificada pelos colegas como “uma ótima pessoa”. “Ela é esforçada, é amiga e estudiosa”, diz Valnice Luiza Castro, 25, estudante do 6º semestre do curso de História. Segundo Aline Miranda, coordenadora do Núcleo Especializado em Execução Penal (Nudep) da Defensoria Pública Geral do Estado (DPGE), o caso de Cynthia é diferente. “Avaliamos o caso dela pelo comportamento exemplar que apresenta na prisão, por não apresentar antecedentes criminais”. Conforme explica a coordenadora, no caso de Militão, os 12 integrantes do Nudep foram desfavoráveis ao direito de Militão de ser estudante da UFC. “Não vamos requerer esse benefício a ele por entendermos que não estão contemplados os requisitos necessários para ele usufruir desse direito”, avaliou Aline (O Povo, 2012, p. 1).
<b>17 detentos foram aprovados no ENEM</b>	2012	Ao todo, 17 internos de seis unidades do Sistema Prisional do Estado do Ceará foram aprovados no ENEM, atingindo pontuação para a certificação de conclusão do Ensino Médio, e participaram da seleção pelo SISU. Eles alcançaram 400 pontos nas áreas de conhecimento e 500 em redação, necessários ao perfil de disputa para a apresentação do nome em uma universidade pública. Todos os internos cadastraram-se nos cursos ofertados pela UFC, mas apenas os dois obtiveram pontuação para aprovação (G1 Ceará, 2012, p. 1).

(Continua...)

<p><b>UFC Virtual prepara sistema para atender a detentos aprovados no ENEM/SISU</b></p>	<p>2012</p>	<p>A Administração Superior da UFC reconhece a importância da ressocialização dos detentos do sistema penitenciário e, para tanto, está dando início a ações, junto à unidade acadêmica Instituto UFC Virtual, para adequar o sistema de ensino a distância a pessoas que cumprem penas de reclusão nos presídios cearenses. O anúncio foi feito pelo reitor Jesualdo Farias, na manhã da quinta-feira (27), durante a reunião do Conselho Universitário (Consuni). As primeiras providências vêm sendo tomadas e o projeto preparado pela UFC Virtual deverá ser apresentado ao Governo do Estado, por meio da Secretaria de Justiça e Cidadania (Sejus). "Acredito que a solução será boa tanto para os detentos que se habilitarão, por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Sistema de Seleção Unificada (SISU), a fazer um curso universitário, quanto para a Universidade", admitiu o Prof. Jesualdo Farias (Coordenadoria de Comunicação Social e Marketing Institucional) (UFC, 2012b, p. 1).</p>
--	-------------	---

Fonte: Feitosa (2012, p. 1); G1 Ceará (2012, p. 1); O Povo (2012, p. 1); Terra (2010, p. 1); UFC (2012b, p. 1).

Através do Quadro 8, observa-se que há acesso de pessoas privadas de liberdade ao ENEM e até ocorre a realização de uma matrícula, no entanto não há registros oficiais disponíveis, segundo as Instituições Federais de Ensino Superior. Analisando o caso da detenta Cinthya Corvello, percebe-se, através da entrevista, que a UFC colaborou com o seu ingresso, facilitando o ingresso da estudante dentro dos trâmites legais. Nesse caso, a instituição cumpriu com o que expôs como objetivo no Plano de Desenvolvimento Institucional 2012, no que tange ao aperfeiçoamento do seu sistema de ingresso e inclusão social.

A história da paulista Cinthya é muito interessante: foi condenada a 25 anos e 4 meses de prisão por ter sido considerada coautora de duplo homicídio qualifica-

do no ano de 1993. Após 19 anos de reclusão, passou no ENEM PPL aos 40 anos, na UFC, para o curso de História, na primeira chamada do SISU. A sua pontuação na redação foi 900, fruto dos livros que lia diariamente na prisão. Segundo entrevista concedida ao *Último Segundo*, do portal IG, a detenta conta um pouco sobre sua vida escolar antes da prisão e dentro da prisão.

Cynthya não estudava desde que concluiu o Ensino Médio, no final da década de 1980, no Colégio Anchieta, uma escola particular de São Bernardo do Campo, em São Paulo. Lá, ela se formou também técnica em administração e logo começou a trabalhar. Após passar mais de 20 anos afastada das salas de aulas, foi no presídio que Cynthya decidiu tentar concretizar o sonho antigo de cursar uma universidade. 'Antes era mais difícil entrar em uma universidade. Isso ficou no sonho e pronto', relembra no início da conversa com a reportagem do iG, na pequena biblioteca onde trabalha em troca da remissão da pena. A rotina diária começa às 8h da manhã e só termina às 16h. Sua tarefa é passar por todas as alas da penitenciária com um carrinho carregado de livros para que as presas escolham o que querem ler. Quando não está ocupada com esse serviço, dedica seu tempo livre ao coral e lê. Lê muito. Em média, oito livros por mês, segundo ela. 'Foi essa leitura e a boa base que eu tive no Ensino Médio que me ajudaram na aprovação. Eu percebi que a prova do Enem é muito sobre a compreensão do que você está lendo. Você tem que entender a questão', analisa (Aderaldo, 2012, p. 1).

Segundo as notícias elencadas no Quadro 8, para que Cinthya conseguisse se matricular, ela teve que solicitar os seus documentos à sua família, que estava em outro estado. Essa questão de documentação é realmen-

te um problema para quem se encontra preso, visto que os documentos muitas vezes são perdidos, identidades, cadastro de pessoa física, certificados, etc., e a ressocialização começa também na documentação. Após conseguir os documentos, ela foi escoltada, e, segundo a reportagem, a UFC a recebeu e efetuou sua matrícula. Conforme a notícia do portal *Educação UOL*:

Para conseguir se inscrever na primeira chamada da universidade, Cynthia precisou contar com a sorte e boa vontade dos funcionários da UFC. Logo que soube do resultado, pediu que o pai, que mora em São Bernardo do Campo, em São Paulo, mandasse os documentos necessários, pelos Correios: histórico escolar e comprovante de segundo grau (o atual ensino médio). O material não chegou em tempo hábil. Ela teve de se inscrever com cópias. E, com autorização judicial, chegou 'aos 47 minutos do segundo tempo', minutos depois do término das matrículas. 'Tivemos de ligar e explicar tudo para eles', diz, aliviada. Uma escolta de policiais militares acompanhou Cynthia até o *Campus* do Pici. (Correio do Estado, 2012, p. 1).

É importante salientar que só foi possível efetivar a matrícula em questão porque as execuções penais de Fortaleza estavam engajadas na promoção da ressocialização integradas com a Sejus, as Defensorias, as Varas de Execuções Penais e as de Penas Alternativas. A notícia adiante corrobora as afirmações:

A juíza Luciana Teixeira de Souza, da 2ª Vara de Execuções Criminais da Comarca de Fortaleza, concedeu autorização para que a detenta Cynthia Corvello, que cumpre pena em regime fechado, frequente o curso de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). A decisão foi proferida nesta sexta-

-feira (24/02). Segundo a magistrada, a medida não representa abrandamento da justiça, mas oportunidade para que a detenta reconstrua a vida. Ao examinar sua conduta carcerária e seu mérito individual, tenho convicção de que a contribuição à sociedade será muito maior se concedido o direito de estudo à presa, afirmou. Cynthia Corvello deverá frequentar as aulas de segunda a sexta-feira, em um único período (manhã ou tarde). Durante o curso, ela fará uso de tornozeleira eletrônica, que restringirá sua liberdade de locomoção no percurso entre o Instituto Penal Feminino Aury Moura Costa, em Aquiraz, e o *campus* da UFC, na Capital. Ainda de acordo com a juíza, nos dez primeiros dias de aula, a condenada terá acompanhamento presencial de autoridade do sistema penitenciário. A Secretaria da Justiça e Cidadania (Sejus) do Ceará ficará responsável por fiscalizar o cumprimento das medidas restritivas. A autorização, destacou a magistrada, será revogada em caso de descumprimento de qualquer uma das condições impostas (Jurisway, 2012, p. 1).

Já se passaram nove anos desde que Cinthya ingressou na UFC; localizamos informações sobre sua vida acadêmica na plataforma Lattes, em que consta a última atualização em 2 de janeiro de 2020: Cinthya expõe no seu currículo que é colaboradora do projeto de ressocialização Educação em Direitos Humanos, vinculado à Secretaria de Administração Prisional do Ceará. Sobre seu percurso educacional, ela expõe as seguintes informações, conforme o Quadro 9.

### Quadro 9 – Currículo de Cinthya, conforme consta na plataforma Lattes

Nível de Estudo	Detalhes da formação
Ensino Médio	1986 – 1990 Ensino Médio (2º grau) Colégio e Faculdade Anchieta, Brasil
Ensino Superior – Graduação	2012 – 2016 Graduação em História UFC, Brasil
Ensino Superior – <i>Stricto sensu</i>	2019 – Mestrado em andamento em História (Conceito Capes 4). UFC, Brasil Título: Viver além da margem: existências e resistências de mulheres do Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa. Fortaleza (1974 ? 1984), Orientador: Mário Martins Viana Junior Palavras-chave: cultura e poder; gênero; mulher Grande área: Ciências Humanas

Fonte: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (2020).

Cinthya expõe seu currículo na rede social LinkedIn, quando afirmava trabalhar com produção, locução e edição de áudios e mestre de cerimônias havia 2 anos e 6 meses. Na apresentação do seu currículo, a mestrandia afirmava:

Trabalhei em diversos setores e com públicos plurais. A meu ver, isso acrescentou à minha vida experiências que possibilitam um olhar mais holístico sobre as pessoas e mais reflexivo sobre a sociedade e as suas diferenças e desafios. Não tenho dificuldades em iniciar novos caminhos, no entanto minha flexibilidade ande de mãos dadas com compromissos que assumi e com valores que carrego em mim (LinkedIn, 2020, p. 1).

Acredita-se, por meio desta pesquisa, que o sucesso de Cinthya está vinculado a diversos fatores. Primeiro, à vontade da estudante em mudar sua vida através do estudo no Ensino Superior. Percebe-se que não foi o Ensino Médio que deu um salto qualitativo na vida de Corvello, mas sim o Ensino Superior, que abriu as portas para colaborar em trabalhos e projetos e para o alcance do mestrado.

Através do último relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), divulgado em 10 de setembro de 2019, “Sabe-se que apenas 21% dos brasileiros possuem diploma de graduação e apenas 0,8% das pessoas de 25 a 64 anos com mestrado” (Saldanha, 2019, p. 1). Então, a mestranda Cinthya Corvello saiu de um grupo em ascensão, que, segundo dados do Infopen (2018), a prisão de mulheres cresceu 455% no período de 2000 a 2016, para um grupo estrito e seletivo, o qual apenas 0,8% dos brasileiros alcançou, segundo os dados da OCDE. Essa é uma história surpreendente, que mostra a importância da EJA nos presídios e do Ensino Superior como política pública de ressocialização no sistema penitenciário e coloca a UFC em destaque no cenário apresentado.

Sobre o caso de Militão, não foram encontrados dados oficiais, através da UFC no período desta pesquisa. Sobre sua aprovação, há apenas notícias como as já expostas no Quadro 7. O que chama a atenção é a questão dos critérios para que o preso obtenha o direito ao ensino. No caso de Militão, segundo a matéria do *Diário do Nordeste*, o referido detento, dentro da cadeia, não tinha uma conduta aceitável, mesmo assim o juiz inclinou-se a conceder-lhe o direito. Outro ponto seria o despreparo dos professores e dos estudantes para lidar com tal situação.

A universidade precisa debater mais sobre a questão do direito da pessoa privada de liberdade à Educação. A notícia de que a UFC, em 2012, estaria implantando, através da UFC Virtual, turmas especiais para atender aos estudantes apenados mostra que a instituição estava cumprindo a questão da promoção de ações afirmativas de inclusão social através do ensino e de ações de extensão, expostas como objetivos no Plano de Desenvolvimento Institucional, porém o questionamento sobre o quantitativo do acesso ao ensino, pesquisa e extensão desse perfil de estudante ainda é válido; reitera-se a necessidade de a instituição *publicizar* dados oficiais especificamente sobre tal público no âmbito da UFC e da própria Sejus. No Quadro 10, apresentam-se as ações de inclusão propostas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional da UFC na vigência de 2013 a 2017.

**Quadro 10** – Ações de inclusão propostas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional da UFC – vigência 2013-2017

<b>Ações de inclusão da UFC: 2013-2017</b>
1. Cabe destacar que o Plano de Desenvolvimento Institucional / UFC se fundamenta no programa Educação Superior do Plano Plurianual do Governo Federal para 2012/2015, que tem como diretrizes a expansão da oferta de vagas, a garantia de qualidade, a promoção da inclusão social e o desenvolvimento econômico.
2. A administração da UFC apresenta o Plano de Desenvolvimento Institucional, relativo ao período 2013-2017, o qual se acha baseado no programa temático Educação Superior do Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal 2012-2015, que tem como diretrizes a expansão da oferta de vagas, a garantia de qualidade, a promoção da inclusão social e o desenvolvimento econômico.
3. A proposta da UFC resume como seus compromissos sociais a política de inclusão, o Programa de Assistência Estudantil e o projeto de extensão universitária.

4. Excelência, ética profissional (Código de Ética do Servidor Público/Código de Ética Profissional do Bibliotecário), gestão democrática, inclusão social, inovação, respeito à diversidade, responsabilidade socioinformacional, sustentabilidade social, transparência, valorização do ser humano.
5. Promoção da inclusão social e ações afirmativas de inclusão são necessárias, não apenas na universidade, mas em todo o sistema educacional brasileiro. É importante, portanto, que se implementem políticas focalizadas e aquelas que remetem à correção de percursos da formação dos indivíduos pertencentes às camadas sociais mais carentes.
6. A qualificação da escola pública é condição necessariamente inicial para fornecer pertinência à adoção de uma política de cotas no Ensino Superior público brasileiro.
7. Construir o UFC/EJA, programa de extensão da UFC para apoiar e desenvolver iniciativas de Educação de Jovens e Adultos, entendidas como estratégia de inclusão social e geração de oportunidades pela democratização dos saberes.

Fonte: UFC (2013, 2014, 2015, 2016, 2017a, 2018).

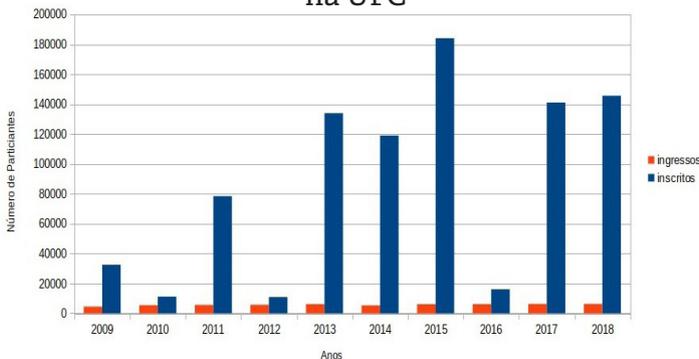
No item 1, a UFC continua a destacar que o seu Plano de Desenvolvimento Institucional tem, entre suas diretrizes, a promoção da inclusão social, item predominante desde o plano de 2012. No item 2, a expansão da oferta de vagas, a garantia de qualidade, a promoção da inclusão social e o desenvolvimento econômico continuam a nortear o plano da instituição. No item 3, a UFC se compromete socialmente com a política de inclusão, o Pnaes e o Projeto de extensão universitária. É importante salientar que o público destacado nas ações de inclusão da UFC, predominante também neste Plano de Desenvolvimento Institucional, é o das pessoas com necessidades especiais ou específicas.

No item 4, a instituição se propõe a desenvolver uma responsabilidade socioinformacional, porém os dados sobre tal meta/estratégia não foram localizados

publicamente e a solicitação via e-Sic obteve resposta negativa, pois a instituição informou não ter dados sobre o acesso de pessoas privadas de liberdade ao ensino. No item 5, consta o mesmo objetivo dos Planos de Desenvolvimento Institucional anteriores, a promoção da inclusão social e ações afirmativas de inclusão são consideradas necessárias pela UFC, bem como a intenção de que se implementem políticas focalizadas à correção de percursos da formação dos indivíduos pertencentes às camadas sociais mais carentes.

No item 6, a qualificação da escola pública tem direta relação com a adoção da política de cotas. No item 7, a UFC se propõe a promover UFC/EJA, programa de extensão da UFC para apoiar e desenvolver iniciativas de EJA, entendidas como estratégia de inclusão social e geração de oportunidades pela democratização dos saberes. Essa valorização da EJA demonstra que a instituição estava preocupada com a dívida educacional que o país possui em relação à educação de jovens e adultos fora da faixa etária adequada.

**Gráfico 2 –** Quantitativo geral de inscritos e ingressos na UFC



Fonte: Da pesquisa (2018).

O Gráfico 2 demonstra o quantitativo geral de inscritos e ingressos na UFC. Até 2018, manteve-se baixo em relação ao número de inscritos, o que está relacionado a vários fatores, como a questão da oferta de vagas. No que diz respeito ao número de ingressos a partir de 2011, com a consolidação das propostas do Reuni, ocorreu um salto nos inscritos e ingressos. Em 2012, esse quantitativo sofreu uma regressão, mas, em 2013, o gráfico demonstra o maior interesse dos candidatos em optar pela UFC via SISU, sendo o ano de 2015 o mais expressivo em inscrições.

Os dados da Tabela 1 apresentam o total geral de pessoas privadas de liberdade aprovadas no ENEM PPL via SISU pela UFC. Também demonstram as informações localizadas de 2009 a 2019, o que quer dizer que os dados noticiados sobre os aprovados no ENEM PPL surgem a partir de 2010, com expressivo crescimento em 2014, e zero aprovações nos anos de 2016 e 2018, retornando as aprovações em 2019 à média dos anos iniciais. Na Tabela 1, apresenta-se a relação percentual entre o número total de ingressos na UFC pelo ENEM e o número de detentos aprovados de 2009 a 2019. Ao todo, foram aprovados 12 detentos pela UFC no referido decênio.

**Tabela 1** – Quantitativo de detentos aprovados no ENEM

Ano	Ampla concorrência aprovada no ENEM-SISU	Detentos aprovados	Valor percentual
2009	4.498	Valor desconhecido	Valor desconhecido
2010	5.449	1	0,01%
2011	5.643	2	0,03%
2012	5.718	1	0,01%
2013	6.166	2	0,03%
2014	5.339	Valor desconhecido	Valor desconhecido
2015	6.154	3	0,04%
2016	6.174	1	0,01%
2017	6.288	Valor desconhecido	Valor desconhecido
2018	6.288	3	0,04%
2019	Valor desconhecido	Valor desconhecido	Valor desconhecido

Fonte: UFC (2010, 2011, 2012a, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017a, 2018a, 2019).

O trabalho de inscrever o detento no ENEM PPL exige esforço da gestão dos presídios e cadeias e nem sempre há profissionais da educação suficientes para atender à demanda. Embora o detento tenha interesse apenas na remição da pena, o fato de ser aprovado no Ensino Superior em uma Instituição Federal de Ensino Superior pode mudar a sua visão sobre seu próprio futuro (Ribeiro, 2016). No Quadro 11, são apresentados os dados fornecidos pela mídia sobre a aprovação de detentos na UFC, entre outras informações.

**Quadro 11** – Dados noticiados em jornais de grande circulação no período 2013-2017

Dados	Ano de edição do Enem	Fonte dos dados e descrição da notícia
<b>Dois presos cearenses garantem vaga na UFC e 14 são aprovados no ENEM</b>	2013	Dois detentos cearenses foram selecionados na primeira chamada SISU para ocuparem vagas em universidades graças ao resultado obtido no ENEM. Eles garantiram vaga para o curso de licenciatura em Matemática na UFC ( <i>campus Cedro</i> ) e curso de Ciências Ambientais na UFC. Os dois aprovados estão em regime fechado e precisarão de decisão judicial favorável para poder cursar a universidade ( <i>Tribuna do Ceará</i> , 2016, p. 1).
<b>Detento do Ceará comemora aprovação na UFC após ENEM: “Nova chance”</b>	2015	Jovem de 24 anos conquistou uma vaga na UFC. Agora ele aguarda autorização da Justiça para cursar Ciências Sociais (Prado, 2016, p. 1).
<b>Oito presos no Ceará passam no SISU</b>	2015	Oito presos do sistema penitenciário cearense foram aprovados no ENEM 2015. Eles foram selecionados no SISU e vagas garantidas em cursos da UFC e UECE. Entre os oito aprovados, três foram selecionados para a UFC, nos cursos de Administração, Matemática e Educação Física, e os demais para os cursos de Matemática, Serviço Social, Pedagogia e Ciências Sociais na UECE. Neste ano (2015), 1.682 detentos se inscreveram no exame. “Vou mostrar que as pessoas mudam”; “Um dos presos passou em Administração na UFC, um dos mais concorridos”. Coordenadora de escola para detentos cita dificuldade em matriculá-los (G1 Ceará, 2016, p. 1).

<b>Quatro detentos são aprovados no ENEM para universidades do Ceará</b>	2016	Para Paulo Roberto, interno do Cepis, que passou para o curso de Química na UFC, o curso superior traz novas possibilidades. “Já tinha iniciado um curso há uns dez anos atrás e não tinha terminado por falta de dinheiro. Agora eu posso começar de novo e tentar uma oportunidade lá fora. E fazendo faculdade facilita muito”, disse Paulo (G1 Ceará, 2017).
<b>Detenta usa tornozeleira eletrônica para cursar História na UFC</b>		Detenta usa tornozeleira eletrônica para cursar História na UFC (Vieira; Lazari, 2013).
		<a href="https://tribunadoceara.com.br/noticias/cotidiano-2/5-presos-no-ceara-sao-aprovados-em-universidades-com-nota-do-enem/">https://tribunadoceara.com.br/noticias/cotidiano-2/5-presos-no-ceara-sao-aprovados-em-universidades-com-nota-do-enem/</a> (Tribuna do Ceará, 2018).
<b>Detenta conclui o curso de História pela UFC</b>		<a href="https://novaescola.org.br/conteudo/5388/tres-historias-de-presos-que- viraram- professores">https://novaescola.org.br/conteudo/5388/tres-historias-de-presos-que- viraram- professores</a> (Mazzoco, 2017).

Fonte: G1 Ceará (2016, p. 1); Mazzoco (2017); Prado (2016, p. 1); Tribuna do Ceará (2016, p. 1; 2018); Vieira e Lazari (2013).

No Quadro 12, expõem-se as ações de inclusão propostas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional da UFC no ciclo 2018-2022.

## Quadro 12 – Ações de inclusão propostas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional da UFC, vigência 2018-2022

<b>Ações de inclusões</b>	
<b>2018-2022</b>	<p>1. Sustentabilidade, inovação, empreendedorismo, internacionalização, governança e inclusão foram os princípios norteadores adotados; o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 reforça a opção por um modelo de desenvolvimento com inclusão social e redução das desigualdades, com foco na qualidade dos serviços públicos e no equilíbrio da economia e está organizado em duas partes: dimensão estratégica e dimensão tática.</p>
	<p>2. Sua dimensão estratégica está traduzida em quatro eixos estratégicos: educação de qualidade como caminho para a cidadania e o desenvolvimento social e econômico.</p>
	<p>3. Inclusão social e redução de desigualdades, com melhor distribuição das oportunidades e do acesso a bens e serviços públicos de qualidade; ser reconhecida nacionalmente e internacionalmente pela formação de profissionais de excelência, pelo desenvolvimento da ciência e tecnologia e pela inovação, através de uma educação transformadora e de um modelo de gestão moderno, visando ao permanente aperfeiçoamento das pessoas e às práticas de governança, tendo o compromisso com a responsabilidade e engajamento social, inclusão e sustentabilidade, contribuindo para a transformação socioeconômica do Ceará, do Nordeste e do Brasil.</p>
	<p>4. Princípios norteadores: sustentabilidade, inovação, empreendedorismo, internacionalização, governança e inclusão.</p>
	<p>5. Em atendimento à legislação vigente no Brasil, a Secretaria de Acessibilidade UFC Incluir, órgão suplementar, subordinada à Reitoria, elabora e implanta a política de acessibilidade e inclusão de pessoas com necessidades especiais na UFC, planejando, coordenando, orientando, realizando e acompanhando projetos e ações voltadas ao desenvolvimento de uma cultura de inclusão no âmbito da universidade.</p>
	<p>6. Assegurar que as ações de extensão da UFC incorporem a participação comunitária, promovam a inclusão social e contribuam com a sustentabilidade ambiental; fortalecer e ampliar ações de acolhimento e inclusão.</p>

Fonte: UFC (2018b).

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022 é diferenciado dos outros por iniciar com os seguintes princípios norteadores: “Sustentabilidade, Inovação, Empreendedorismo, Internacionalização, Governança e Inclusão”. A UFC, em seu Plano Plurianual 2016-2019, já tem definida a sua posição estratégica e tática sobre o desenvolvimento com inclusão social e redução das desigualdades, com foco na qualidade dos serviços públicos e no equilíbrio da economia.

Neste Plano de Desenvolvimento Institucional, demonstram-se nitidamente as ações de inclusão focalizadas na legislação vigente no Brasil. A Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui, órgão suplementar, subordinada à Reitoria, elabora e implanta a política de acessibilidade e inclusão de pessoas com necessidades especiais na UFC, planejando, coordenando, orientando, realizando e acompanhando projetos e ações voltados ao desenvolvimento de uma cultura de inclusão no âmbito da universidade. São previstas também competências em assegurar que as ações de extensão da UFC incorporem a participação comunitária, promovam a inclusão social e contribuam com a sustentabilidade ambiental, bem como fortaleçam e ampliem ações de acolhimento e inclusão.

No Quadro 13, são apresentados dados sobre pessoas privadas de liberdade oriundos de notícias veiculadas por jornais de grande circulação no Brasil e no estado do Ceará. Há dados disponibilizados por jornais que informavam o quantitativo de 12 detentos em 2019 que haviam sido aprovados no ENEM via SISU, sendo dois deles aprovados para a UFC.

### Quadro 13 – Dados noticiados em jornais de grande circulação no período 2018-2019

<b>Título da notícia</b>	<b>Ano da notícia</b>	<b>Fonte dos dados e descrição da notícia</b>
<b>Presos no Ceará: quatro garantem vaga no SISU e oito conquistam bolsa de 100% no Prouni</b>	2018	Um dos internos aprovados no SISU garantiu vaga para cursar Letras Espanhol na UFC. Aécio Carlos Magalhães, encarcerado no Centro de Execução Penal e Integração Social (Cepis) Vasco Damasceno Weyne, em Itaitinga, Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), conta que a notícia o surpreendeu: “Por mais que a gente estude muito, não esperamos” (G1, 2019).
<b>Quatro presos encarcerados no Ceará garantem vaga no Ensino Superior</b>	2019	Quatro internos e egressos do sistema penitenciário do estado conseguiram vaga na primeira chamada [...] (Tribuna do Ceará, 2019).

Fonte: G1 (2019); Tribuna do Ceará (2019).

Evidencia-se, através dos Planos de Desenvolvimento Institucional de 2007 a 2022, que a instituição prioriza a inclusão desde o ingresso até a permanência do estudante junto aos projetos de extensão. O público diferenciado que se encontra visivelmente favorecido nos Planos de Desenvolvimento Institucional da UFC é o de Pessoas com Necessidades Especiais (PNE), pois no referido documento há descrições das ações e políticas que são focalizadas e direcionadas para tal público. No entanto, o público-alvo desta pesquisa, que participa do ENEM e do ENEM PPL, não é mencionado nas ações de ensino e extensão da instituição. Tal fato é notório na ausência de dados estatísticos quando se busca o quantitativo do atendimento da UFC às pessoas privadas de liberdade.

No Quadro 13, não há informação sobre o quantitativo de apenados que se inscreveram no SISU para a UFC. Justifica-se essa ausência com a possibilidade de os aprovados terem logrado êxito na aprovação em outras Instituições de Ensino Superior. De acordo com os dados noticiados e adquiridos pelo Portal da Transparência do Estado do Ceará, “Com relação ao Ensino, no período de 2011 a 2019 foram 12 aprovações, apenas 1 matrícula e 1 conclusão de curso no perfil PPL”. Salienta-se que, no jornal *Diário do Nordeste*, representantes da Sejus informam uma conclusão de curso na UFC, que, pelos dados, provavelmente seja da detenta Cinthya Corvello. Por parte das entidades pesquisadas, há pouca informação e divergência dos dados (ver anexo O, com resposta da Sejus, e anexo A, com resposta da UFC). Acredita-se que a matrícula da detenta e a forma como a UFC, segundo as notícias, conduziu o processo estão condizentes com o Plano de Desenvolvimento Institucional de 2012.

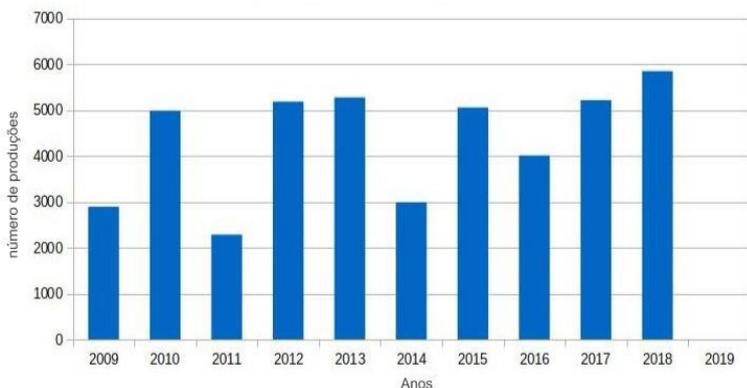
No próximo subtópico, são apresentadas as ações de pesquisa e extensão que a UFC desenvolvia para o referido público. Sabe-se que a extensão possibilita o acesso da comunidade à universidade, além de promover ações que podem transformar o entorno das instituições, e demonstra que tais instituições preocupam-se com a inclusão social. A seguir, apresentam-se as ações de pesquisa e extensão focalizadas na inclusão social das pessoas privadas de liberdade.

### ***5.1.1 Ações de pesquisa e extensão direcionadas às pessoas privadas de liberdade na UFC***

No Gráfico 3, são apresentados os dados sobre a produção científica geral da UFC, em que se encontram

as produções científicas, acadêmicas e técnicas da instituição em todas as áreas do conhecimento no período de 2009 a 2019.

**Gráfico 3 – Produção científica geral da UFC**



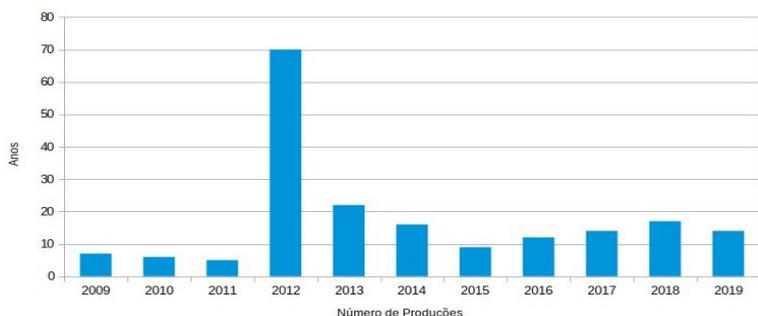
Fonte: Da pesquisa (2020).

A partir do gráfico, é possível inferir que em 2009, ainda na implantação do Reuni, a UFC registrava um quantitativo discreto de produções científicas. Foram registradas 2.893 produções de livros e capítulos, artigos e apresentações em congressos, entre outras. Em 2010, percebe-se um crescimento das produções, sendo 4.979, totalizando 2.086 a mais do que no ano anterior. Em 2011, constata-se um decréscimo brusco, pois foram produzidas 2.283 pesquisas, sendo 2.696 a menos, quando comparadas ao ano anterior. O crescimento se mantém nos anos seguintes, em 2012 totalizavam 5.179 pesquisas e em 2013, 5.271 produções, com 92 pesquisas a mais. Novamente aconteceu outro decréscimo em 2014, ano em que a instituição produziu apenas 2.988 pesquisas, sendo 2.988 a menos que no ano anterior. No entanto, a partir

de 2015, retoma-se o crescimento, atingindo 5.050 produções em 2015 e 4.007 em 2016, com diferença de 1.043 produções a menos em 2016. O ano de 2017 se sobressai aos anos anteriores, sendo produzidas 5.210 pesquisas, 1.203 a mais que em 2016. Em 2018, a instituição segura o crescimento da produção científica, computando 5.843 produções, sendo este o ano com maior produção nos últimos dez anos.

Por não haver no portal institucional informações específicas sobre a temática, foi necessário recorrer ao repositório institucional e buscar produções através dos descritores “ressocialização”, “privadas de liberdade”, “presos” e “penitenciária”. Sabe-se que o repositório consiste em um sistema de informação que armazena coleções digitais da produção intelectual dos membros da instituição de ensino e pesquisa, tais como artigos científicos, comunicações, conferências, teses e dissertações, livros, monografias, etc.

Um repositório tem como objetivo principal o armazenamento, a preservação e a difusão da produção acadêmica institucional. Por esse motivo, recorreu-se ao repositório da UFC para quantificar a contribuição da produção científica da instituição à temática deste trabalho. No Gráfico 4, apresenta-se a produção científica da UFC sobre a temática pessoas privadas de liberdade disponibilizada no repositório institucional.

**Gráfico 4** – Produção científica da UFC sobre a temática

Fonte: Da pesquisa (2020).

No Gráfico 4, elenca-se como produção acadêmica toda publicação, seja oral, em forma de artigo, livro ou evento científico, que servidores docentes, técnicos administrativos e discentes da UFC tenham produzido e que esteja *publicizada* no repositório institucional. Os descritores adotados para a busca dentro do repositório da UFC foram: “ressocialização”, “pessoas privadas de liberdade”, “presos” e “penitenciária”.

A UFC disponibilizou via e-Sic planilhas contendo todos os projetos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibiti) e Pibic Ensino Médio vigentes no período que compreende agosto de 2019 a julho de 2020. Esse conjunto abrangia 1.001 bolsistas do Pibic, 601 do CNPq, 200 da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap), 200 da UFC, especificamente do Pibiti, 32 do CNPq via Pibic Ensino Médio, e 10 do CNPq. No arquivo disponibilizado pela instituição, não há registro de projetos de pesquisas para o público deste estudo no decênio 2009 a 2019 (ver anexo K). Na Ta-

bela 2, encontram-se expostos os dados das publicações referentes ao gráfico da produção geral da UFC, relacionados com a produção temática para encontrar o valor percentual das produções na área deste estudo.

**Tabela 2** – Relação do percentual entre produções científicas geral da UFC e produção na temática PPL

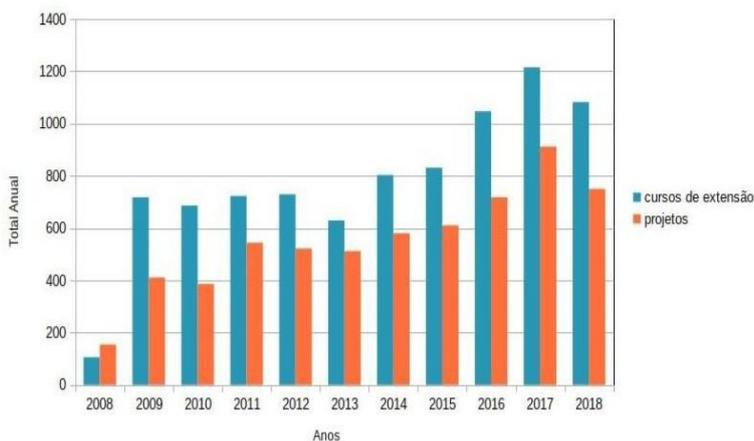
Ano	Produções científicas em geral	Produções científicas na temática PPL	Valor percentual
2009	2.893	7	0,24%
2010	4.979	6	0,12%
2011	2.283	5	0,22%
2012	5.179	70	1,35%
2013	5.271	22	0,41%
2014	2.988	16	0,53%
2015	5.050	9	0,17%
2016	4.007	12	0,29%
2017	5.210	14	0,26%
2018	5.843	17	0,29%
2019	Valor desconhecido	14	Desconhecido

Fonte: Da pesquisa (2020).

Observando a Tabela 2, constata-se que, no período de 2009 a 2019, os valores percentuais de publicação na temática em comparação com os valores gerais mantêm-se em crescimento regular. Percebe-se que o ano de 2012 foi destaque no que tange às produções localizadas no repositório institucional que compreendem a temática e os descritores selecionados, assim como no gráfico das produções gerais. Sejam artigos, teses, dissertações, entre outros, a instituição tem mostrado, através de seus pesquisadores, preocupação com o assunto, sendo alvo de sua produção científica.

O Plano de Desenvolvimento Institucional de 2012 possui uma marca bem inclusiva, esse pode ser um fator que corroborou para o aumento da produção científica na temática de pessoas privadas de liberdade nesse período (ver Quadro 6). Outro possível fator que pode ter colaborado para o aumento da produção na temática foi o início da consolidação do Reuni em 2012. O programa foi encerrado em 2014 e promoveu a reestruturação da UFC. No Gráfico 5, encontram-se as ações de extensão, sejam elas projetos ou cursos promovidos pela UFC ao público geral.

**Gráfico 5 – Ações gerais de extensão da UFC**



Fonte: UFC (2009, 2010, 2011, 2012a, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017a, 2018a, 2019).

Observa-se que o crescimento das ações de extensão na UFC deu-se a partir de 2009 e se manteve num mesmo ritmo até 2015, ano em que a instituição firmou uma cooperação técnica com a Sejus para produzir ações voltadas ao sistema prisional (UFC, 2015b).

A partir de 2016, percebe-se que há mais ações de extensão em relação aos outros anos, tendo o seu pico em 2017, com um leve decréscimo em 2018, ano em que a UFC registra apenas um projeto de extensão na temática deste livro, denominado “Promoção da saúde sexual e reprodutiva de mulheres privadas de liberdade, Unidade: Porangabuçu”, que tinha como área temática de extensão “Saúde: Departamento de Enfermagem” (UFC, 2020).

A UFC dispõe no seu portal apenas os projetos em andamento ou concluídos em 2019. Sobre as ações de extensão, houve um crescimento regular de 2009 a 2013, ano da consolidação do Reuni na instituição. A partir de 2013, as ações de extensão elevaram-se de tal forma que chegaram ao ápice em 2017. Em 2019, a universidade registrou apenas um projeto de extensão voltado para pessoas privadas de liberdade, dado extraído a partir de planilhas publicadas no portal da instituição. A Tabela 3 expõe as ações gerais de extensão da UFC, bem como os respectivos valores expostos ano a ano e a porcentagem de crescimento das ações voltadas para apenados.

**Tabela 3** – Relação do percentual entre ações de extensão gerais da UFC e ações voltadas na temática PPL

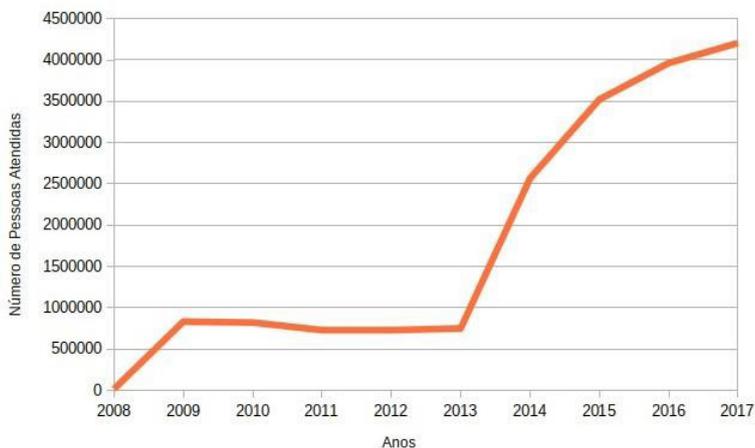
Ano	Ações gerais de extensão da UFC	Ações de extensão voltadas para PPL	Valor percentual
2009	1.129	Sem dados disponíveis	Valor desconhecido
2010	1.072	Sem dados disponíveis	Valor desconhecido
2011	1.413	Sem dados disponíveis	Valor desconhecido
2012	1.251	Sem dados disponíveis	Valor desconhecido

2013	1.141	Sem dados disponíveis	Valor desconhecido
2014	1.383	Sem dados disponíveis	Valor desconhecido
2015	1.441	1	0,04%
2016	1.765	Sem dados disponíveis	Valor desconhecido
2017	2.127	Sem dados disponíveis	Valor desconhecido
2018	1.832	Sem dados disponíveis	Valor desconhecido
2019	Valor desconhecido	1	Valor desconhecido

Fonte: Da pesquisa.

No Gráfico 6, apresenta-se a tendência do crescimento das ações de extensão de 2009 a 2019.

**Gráfico 6 – Ações de extensão da UFC**



Fonte: UFC (2009, 2010, 2011, 2012a, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017a, 2018a, 2019).

Analisando o Gráfico 6, observa-se que houve um crescimento constante de 2009 a 2013. Sabe-se que o Reu-

ni se consolidou em 2014 e no gráfico é possível perceber uma diferenciação entre os anos de 2009 a 2013 e de 2014 a 2017, que foram mais expressivos na questão das ações de extensão.

Considerando que a UFC é a instituição mais antiga das Instituições Federais de Ensino Superior pesquisadas neste trabalho, foi possível extrair mais informações quantitativas e perceber que a instituição está à frente em muitos aspectos nas ações de inclusão. Uma das ações que foram localizadas e enfatizam o protagonismo da instituição são as seguintes:

[...] as principais ações de Educação de Jovens e Adultos (EJA) que são desenvolvidas com profissionais do Sistema Prisional do Ceará. Atualmente, no Brasil são desenvolvidas tão somente duas ações de formação de professores do Sistema Prisional, no nível de especialização, uma delas executada no Ceará. Cabe destacar outras ações desenvolvidas no Ceará: formação de 220 agentes prisionais; análise de dados secundários da PNAD/2007 – Suplemento de EJA; financiamento de projetos de pesquisa pelo CNPq; formação de novos pesquisadores no nível de mestrado; articulação da Universidade Federal do Ceará (UFC) com o Ministério da Educação, com a Escola de Gestão Penitenciária e Ressocialização e com a Secretaria de Justiça e Cidadania (Andriola, 2015, p. 179).

Esta ação, realizada em parceria com a UFC, é uma das justificativas que a colocam à frente das outras Instituições Federais de Ensino Superior em ações de ensino, pesquisa e extensão. Também contribui em aprovações de pessoas privadas de liberdade, pois, quando uma instituição se dispõe a capacitar agentes do sistema prisional e professores da EJA que atuam em prisões,

demonstra que o Ensino Superior está contribuindo com a questão penitenciária do Brasil.

## **5.2 Ações para acesso de pessoas privadas de liberdade ao Ensino Superior na Unilab**

Em 20 de julho de 2010, a Presidência da República sancionou a Lei nº 12.289, instituindo a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) como universidade pública federal. Dessa forma, a Unilab surge baseada nos princípios de cooperação solidária entre as nações. Assim se deu a criação de uma universidade no Brasil alinhada à integração com o continente africano, especialmente com as nações que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) (Unilab, 2019).

Segundo o relatório do Ministério da Educação através do SISU, contendo as informações sobre a origem dos aprovados nas Instituições de Ensino Superior, das 156 vagas ofertadas pelo sistema para a Unilab, 144 foram preenchidas por alunos cearenses, o que representa 92,31% do total. Os demais correspondem às vagas ocupadas por estudantes de outros estados, principalmente os de São Paulo, Bahia e Espírito Santo. Em relação à naturalidade dos cearenses aprovados, o maior índice foi referente aos alunos de Fortaleza e região metropolitana. Os estudantes do Maciço de Baturité formam o grupo de segunda maior aprovação (Unilab, 2019).

Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional de 2016-2021, a Unilab possui legislação própria e é supervisionada pelo Ministério da Educação, como integrante do sistema de Instituição Federal de Ensino

Superior e tem autonomia para ações indissociáveis do ensino, pesquisa e extensão, possibilitando à sua comunidade acadêmica autonomia de pensamento, de elaboração e de expressão de ideias. É universidade democrática, plural e laica. A interiorização é importante porque vai ao encontro de objetivos centrais do governo federal em sua política de ensino, da expansão da rede de Ensino Superior, da sua interiorização em áreas mais distantes dos centros urbanos desenvolvidos e da ampliação do acesso à Educação Superior, promovendo a inclusão social e contribuindo com o desenvolvimento nacional. Dessa maneira, a Unilab começa a ser pensada tendo como objetivo central a superação das desigualdades e a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, capaz de conciliar crescimento econômico com justiça social e equilíbrio ambiental, conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2021. No Quadro 14, são apresentadas as ações de inclusão propostas através do Plano de Desenvolvimento Institucional da Unilab.

### Quadro 14 – Ações de inclusão propostas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional da Unilab, vigência 2013-2017

<b>Ações de inclusões da Unilab</b>	
<b>2013-2017</b>	<p>1. Gestão pública: o histórico dos países envolvidos no projeto da Unilab indica a importância de desenvolver e fortalecer, em diversas áreas, conhecimentos e estratégias de organização e promoção da gestão pública, disseminando mecanismos de participação democrática, transparência de gestão e inclusão social.</p> <p>2. O docente da Unilab deve: interagir com a comunidade interna e externa com respeito, ética e efetividade, promovendo a cidadania e a inclusão social.</p> <p>3. O servidor técnico administrativo da Unilab deve: interagir com a comunidade interna e externa com respeito, ética e efetividade, promovendo a cidadania e inclusão social.</p> <p>4. Inclusão social com qualidade acadêmica: as demandas e as oportunidades que se colocam à Educação Superior configuram um cenário que deve articular, de forma criativa e sustentável, políticas que reforcem o compromisso social da Educação Superior com qualidade acadêmica e inclusão social.</p> <p>5. Responsabilidade social da instituição: por meio da extensão, a Unilab promoverá, portanto, a característica de universidade comprometida com seu entorno e circunstâncias, efetuada por meio da constante interação dialógica com diversos segmentos e atores da sociedade. Uma grande ação de inovação é a flexibilização curricular, que possibilita a mobilidade estudantil, a implementação de práticas pedagógicas contextualizadas, além de se constituir em mecanismo de inclusão social.</p> <p>6. O Programa de Assistência aos Estudantes é destinado a discentes de cursos de graduação, referenciado na política institucional de inclusão social e princípio da democratização do acesso e permanência na Educação Superior com qualidade e pertinência social.</p> <p>7. Atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais com mobilidade reduzida. A universidade é um espaço de aprendizagem e, como tal, deve alcançar a todos. A universidade deve, portanto, ter como um dos pilares fundamentais de sua filosofia a inclusão social, possibilitando que todas as pessoas façam uso de seu direito à educação.</p> <p>8. Fala-se de interiorização porque a Unilab vai ao encontro de objetivos centrais do governo federal em sua política de ensino: a expansão da rede de Ensino Superior e sua interiorização em áreas mais distantes dos centros urbanos desenvolvidos e a ampliação do acesso à Educação Superior, promovendo a inclusão social, contribuindo com o desenvolvimento nacional. Dessa maneira, a Unilab começa a ser pensada tendo como objetivo central a superação das desigualdades e a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, capaz de conciliar crescimento econômico com justiça social e equilíbrio ambiental.</p>

Fonte: Unilab (2013).

No item 1, a Unilab reconhece que é importante promover a inclusão social por meio da gestão pública. Dentro desse princípio, considera-se que a instituição deve promover ações voltadas para a inclusão de vários segmentos da sociedade. É nessa perspectiva que, no item 2, a instituição entende que os docentes da Unilab devem interagir com a comunidade interna e externa, promovendo a cidadania e inclusão social. Então, projetos de extensão e pesquisa voltados para pessoas privadas de liberdade podiam ser realizados por tal instituição através de seus professores e discentes.

Assim como no item 3, afirma-se que o servidor técnico administrativo da Unilab deve, da mesma forma que o docente, promover a inclusão social através de projetos de extensão ou no seu próprio atendimento. Percebe-se a possibilidade de atuação dos servidores técnicos administrativos na inclusão social e o público apenado poderia ser beneficiado por tal diretriz do Plano de Desenvolvimento Institucional, se técnicos promovessem projetos de extensão voltados para o referido público. No item 4, a inclusão social é posta como qualidade acadêmica, reforçando o compromisso social da Educação Superior com qualidade acadêmica e inclusão social.

No item 5, prevê-se que a responsabilidade social da instituição está diretamente ligada a ações de extensão promovidas, fortalecendo a característica de universidade comprometida com a comunidade do seu entorno, bem como que a questão penitenciária do entorno da Unilab precisa ser considerada. As práticas pedagógicas contextualizadas devem ser utilizadas, pois são um mecanismo de inclusão social. O item 6 revela a preocupação com a assistência estudantil, reafirmando a política

institucional de inclusão social e o princípio da democratização do acesso e permanência na Educação Superior com qualidade e pertinência social.

No item 7, constata-se a mesma realidade da linha de inclusão social do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFC e no plano da Unilab: o atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais com mobilidade reduzida. A universidade tem como um dos pilares fundamentais de sua filosofia a inclusão social, possibilitando que todas as pessoas façam uso de seu direito à educação. Percebe-se, contudo, que ações voltadas para pessoas privadas de liberdade poderiam ser explicitadas no Plano de Desenvolvimento Institucional; a falta de estratégias diretas para esse público poderia vir a ser uma questão investigada. No item 8, a Unilab mostra como a interiorização foi um processo importante na superação das desigualdades, principalmente através da justiça social.

No Quadro 15, apresentam-se as notícias sobre aprovações de detentos no SISU para a Unilab. Optou-se por apresentar os dados através do quadro por não haver um quantitativo geral disponível no portal da instituição. Então, foi realizada a discriminação das notícias colhidas sobre o público-alvo desta pesquisa. No momento da busca dos resultados, não foi possível construir um parâmetro gráfico, uma métrica que quantificasse a quantidade de inscritos e ingressos no geral da Unilab para fazer a correlação com o público aprovado no ENEM PPL via SISU. Portanto, optou-se pelos dados notariais para o alcance dos resultados.

### Quadro 15 – Dados noticiados em jornais de grande circulação no período 2011-2012

Título da notícia	Ano da notícia	Fonte dos dados e descrição da notícia
Detentos cearenses são aprovados no SISU/ENEM para a Unilab e UFC	2011-2012	Édipo Renan Martins Barros garantiu vaga para o curso de licenciatura em História na UFC e Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Unilab. Ao todo, 17 internos de seis unidades do Sistema Prisional do estado do Ceará foram aprovados no ENEM, atingindo pontuação para certificação de conclusão do Ensino Médio e participaram da seleção pelo SISU. Os 17 candidatos alcançaram 400 pontos nas áreas de conhecimento e 500 em redação, necessários ao perfil de disputa para a apresentação do nome em uma universidade pública. Todos os internos cadastraram-se nos cursos ofertados pela UFC, dos quais dois obtiveram pontuação para a aprovação (Unilab, 2012).

Fonte: Unilab (2012).

No Quadro 16, constam as ações de inclusão propostas no Plano de Desenvolvimento Institucional da Unilab no período de 2016 a 2021.

### Quadro 16 – Ações de inclusão propostas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional da Unilab, vigência 2016-2021

Ações de inclusão	
2016-2021	<p>Nessa perspectiva, a Unilab valoriza os seguintes princípios: desenvolvimento da ciência e da tecnologia, com caráter humano e social; reconhecimento das diferenças como meio de cooperar e integrar; reconhecimento e respeito à diversidade étnico-racial, religiosa, cultural e de gênero; inclusão social com qualidade acadêmica; articulação interdisciplinar entre ensino, pesquisa e extensão; pesquisa científica, tecnológica, humanística e artística inspirada nos ideais de liberdade referida a problemas cuja solução seja relevante para o desenvolvimento nacional, dos países parceiros e das regiões e para o bem-estar da população; formação vinculada à criação de consciência cidadã, sustentada no respeito aos direitos humanos, à diversidade cultural e à paz mundial.</p> <p>Proporcionar o acesso e promover a disseminação da informação institucional, técnica, científica, artística e cultural registrada nos mais diversos suportes físicos, eletrônicos, digitais e virtuais de inclusão social e princípio da democratização do acesso e permanência na Educação Superior com qualidade e pertinência social.</p>

Fonte: Unilab (2016).

No item 1, expressam-se os princípios da instituição e a inclusão social encontra-se atrelada à qualidade acadêmica, à pesquisa e à extensão, criando um ambiente no qual os direitos humanos sejam um dos sustentáculos da formação. Nessa perspectiva, as pessoas privadas de liberdade poderiam ser incluídas diretamente em seus projetos de extensão ou numa política específica de atendimento. No Quadro 17, é apresentado o quantitativo de inscritos no ENEM para ingresso na Unilab.

**Quadro 17** – Quantitativo de inscritos no ENEM para a Unilab no período de 2012 a 2018

Ano	Dados
2012	<b>Um candidato aprovado</b>
	No período de 2012 a 2018, há registro de apenas uma aprovação de detento para a Unilab. A instituição noticiou o dado, porém via e-Sic informou não dispor de quaisquer informações a respeito. A ausência de dados é um questionamento válido.

Fonte: Unilab (2012).

A correlação com os dados gerais da instituição foi impossibilitada, visto que não foram localizados os dados necessários no portal institucional, porém a aprovação de um detento em 2012 fortalece a ideia de que o processo de democratização do Ensino Superior através do ENEM PPL tem sido favorável, pois os detentos podem prestar o exame, embora isso não garanta a efetivação de sua matrícula, que depende, entre outras, de nuances de autorização judicial.

### ***5.2.1 Ações de pesquisa e extensão direcionadas às pessoas privadas de liberdade na Unilab***

Nos Quadros 16 e 17, foram elencadas as ações de pesquisa e extensão, sejam elas projetos ou eventos realizados no âmbito da Unilab, direcionadas para pessoas privadas de liberdade no período de 2009 a 2019. É importante salientar que, até a finalização dos resultados da presente pesquisa, o quantitativo geral das produções científicas de pesquisas ou extensão da Unilab não foi localizado. Além disso, em seu portal não há um canal para o anuário institucional, mas se sabe que ele se encontra em construção. Não foi possível gerar uma amostra sem o quantitativo geral da instituição, apenas foi possível demonstrar o quantitativo de produção científica e de ações de extensão na temática desta obra. A instituição disponibilizou via e-Sic os projetos de pesquisa e de extensão na temática pessoas privadas de liberdade. No Quadro 18, estão expostas as ações de pesquisa realizadas no âmbito da instituição.

### Quadro 18 – Ações de pesquisa realizadas pela Unilab voltadas para pessoas privadas de liberdade

Ano	Dados da pesquisa
2016	<p>Edital: PROPPG 04/2016, Pibic/CNPq/Unilab            Coordenador: Francisco Thiago Rocha Vasconcelos – Instituto de Humanidades            Título: Diagnóstico da segurança pública no Maciço do Baturité: representações sociais, políticas públicas e trabalho policial em Acarape e Redenção            Período de execução: 01/09/2016 a 31/08/2017            Edital: PROPPG 04/2016, Pibic/CNPq/Unilab            Coordenadora: Luma Nogueira de Andrade – Instituto de Humanidades            Título: Pessoas trans no sistema prisional do estado do Ceará            Período de execução: 01/09/2016 a 31/08/2017            Palavra-chave: Prisão</p>
2017	<p>Edital: PROPPG 03/2017, Pibic Unilab/CNPq            Coordenador: Antônio Roberto Xavier – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas            Título: A (in)segurança pública nos <i>campi</i> universitários da Unilab: o diagnóstico e propostas preliminares            Período de execução: 01/09/2017 a 31/08/2018            Edital: PROPPG 03/2017, Pibic Unilab/CNPq            Coordenador: Francisco Thiago Rocha Vasconcelos – Instituto de Humanidades            Título: Segurança pública no Maciço do Baturité: insegurança, vitimização e o papel das prefeituras em Acarape e Redenção            Período de execução: 01/09/2017 a 31/08/2018</p>
2018	<p>Edital: PROPPG 03/2018, Pibic Unilab/CNPq            Coordenador: Francisco Thiago Rocha Vasconcelos – Instituto de Humanidades            Título: O uso da prisão provisória no Maciço de Baturité/CE            Período de execução: 01/09/2018 a 31/08/2019            Palavra-chave: Segurança pública            Edital: PROPPG 02/2018, CAPP            Coordenador: Francisco Thiago Rocha Vasconcelos – Instituto de Humanidades            Título: Direitos humanos, criminalidade, segurança pública e justiça: um mapeamento da produção acadêmica sobre África Lusófona            Período de execução: 05/01/2019 a 05/01/2021            Edital: PROPPG 03/2018, Pibic Unilab/CNPq            Coordenador: Antônio Roberto Xavier – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas            Título: Segurança pública nos <i>campi</i> da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira: percepções, desafios e perspectivas            Período de execução: 01/08/2018 a 31/07/2019</p>

Fonte: Unilab (2020).

A Unilab registra no seu repositório acadêmico sete produções acadêmicas em formato de Trabalho de Conclusão de Curso ou artigo, sendo que via e-Sic foram informados seis projetos de pesquisa. No Quadro 18, percebe-se que a Unilab tem pesquisadores interessados pela temática e a instituição tem contribuído principalmente com pesquisas voltadas para a região na qual está localizada. No portal institucional, não se localizou o quantitativo geral de ensino, pesquisa e extensão, optando-se por demonstrar em quadros os dados localizados. No Quadro 19, são apresentadas as ações de extensão também voltadas para tal temática.

**Quadro 19** – Ações de extensão realizadas na Unilab voltadas para pessoas privadas de liberdade

Ano	Ação de extensão	Dados da ação de extensão
2018	Projeto	Edital: Edital PROEX 04/2017 – Pibeac 2018 Coordenadora: Emilia Soares Chaves Rouberte – Instituto de Ciências da Saúde Palavra-chave: Prisional Título: Promoção à saúde com gestantes e mães: uma estratégia para melhoria do cuidado à criança Período: 02/01/2018 a 31/12/2018

Fonte: Unilab (2020).

Sabe-se que as ações de extensão favorecem a comunidade do entorno da instituição, mas a Unilab informou apenas um projeto de extensão, exposto no Quadro 19, na temática requerida por este estudo, não deixando de ser um projeto válido e que poderá inspirar outros projetos. A questão de a Unilab não ter o quantitativo geral em seu *site* dificultou o levantamento estatístico desta pesquisa.

### 5.3 Ações para acesso de pessoas privadas de liberdade ao Ensino Superior no IFCE

O IFCE tem 109 anos de contribuição no Ceará, logicamente que passou por mudanças em sua estrutura organizacional ao longo desse século. Na Figura 4, demonstra-se a linha do tempo das mudanças de nomenclatura por que a instituição passou ao longo dos anos.

**Figura 4** – Linha do tempo das mudanças de nomenclatura do IFCE



Fonte: IFCE (2009).

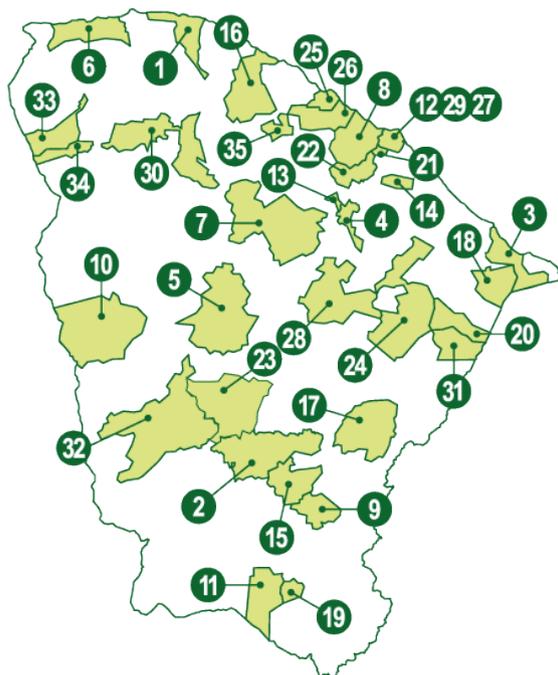
Instituído oficialmente na data de 29 de dezembro de 2008, pela Lei nº 11.892, sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) está implantado em todas as regiões do estado, atendendo a milhares de estudantes no nível técnico e superior, nas modalidades presencial e a distância. A instituição pos-

sui uma cartela de cursos superiores, tecnológicos, licenciaturas, bacharelados, além de cursos de pós-graduação a nível de especialização e mestrado.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), cuja reitoria é sediada em Fortaleza, instituição criada nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará com as Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e de Iguatu, vinculado ao Ministério da Educação, é uma autarquia de natureza jurídica, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da instituição e dos cursos de educação superior, o IFCE é equiparado às universidades federais (IFCE, 2020).

No Ceará, o IFCE implantou 35 *campi* nas regiões mais remotas, levando educação tecnológica de nível técnico ou superior de qualidade e atendendo à demanda outrora reprimida no estado do Ceará. Na Figura 5, é apresentado o mapa da distribuição dos *campi* do IFCE.

**Figura 5** – Mapa de distribuição dos campi do IFCE



Fonte: IFCE (2009).

O IFCE é uma instituição federal de ensino profissionalizante, técnico e graduações tecnológicas e licenciaturas. A expansão da rede de ensino tecnológica no Brasil promoveu o ingresso de estudantes oriundos de lugares distantes dos grandes centros. Esse processo de expansão e interiorização dos Institutos Federais promoveu o reconhecimento do seu valor perante a sociedade, principalmente no estado do Ceará, que conta com 35 unidades em todo o estado (Vieira, 2017).

O primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional do IFCE foi registrado quando a instituição tinha outra nomenclatura, a de Centro Federal de Educação Tec-

nológica do Ceará (Cefet-CE). Neste plano, a instituição declarava a inclusão social como desafiadora. E é nessa busca de interpretar o que a instituição traça sobre inclusão social em seu Plano de Desenvolvimento Institucional que se tentou esboçar, nos quadros abaixo, o planejamento da instituição no tocante a ações de inclusão. No Quadro 20, estão dispostas as ações de inclusão propostas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional do IFCE 2005-2009, então Cefet-CE.

**Quadro 20** – Ações de inclusão propostas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional do IFCE, vigência 2005-2009

<b>Ações de inclusão</b>	
<b>2005-2009</b>	<p>1. Os objetivos estratégicos e metas constantes deste Plano de Desenvolvimento Institucional refletem um esforço de discussão coletiva com a nossa comunidade na construção de um processo de planejamento dinâmico e participativo, contemplando as mudanças de cenários interno e externo, sem perder de vista a necessidade de democratização do acesso a um Ensino Superior de qualidade que permita a interiorização da ação do Cefet-CE em abrangência estadual e a inclusão social, desafio maior da sociedade brasileira neste século.</p> <p>2. Avaliamos, pois, que o Cefet-CE/UNED-Cedro, pela sua sensibilidade e atuação frente aos desafios impostos pela realidade socioeconômica, política e cultural da região, é uma força viva de promoção humana, inclusão social e desenvolvimento.</p> <p>3. Objetivos estratégicos da extensão; dinamizar as relações com o setor empresarial, visando à expansão das atividades de extensão e ampliando a inclusão dos egressos; ampliar os projetos sociais fortalecendo a formação cidadã e a inclusão social.</p> <p>4. Para atendimento das demandas de extensão: criar um núcleo de inclusão social, para estimular, analisar e promover as diretrizes dos projetos sociais, objetivando a melhoria da qualidade de vida da comunidade; implementação da interiorização e criação de mecanismos de envolvimento dos alunos nas comunidades de Fortaleza; 3.000 alunos até dezembro de 2009.</p> <p>5. Ampliar os projetos sociais; seis convênios fortalecendo a formação cidadã e a inclusão social.</p>

Fonte: IFCE (2005).

No item 1 do plano em questão, o IFCE mostra-se preocupado com o cenário do seu entorno e considera como uma necessidade a democratização do acesso ao Ensino Superior, tendo como um grande desafio a inclusão social. No item 2, a instituição considera-se desafiada pela realidade socioeconômica, política e cultural da região, sendo suas unidades agentes de promoção humana, inclusão social e desenvolvimento. No item 3, os seus objetivos estratégicos da extensão, consoantes com a temática deste livro, refletem a ampliação de projetos sociais fortalecendo a formação cidadã e a inclusão social. No item 4, a instituição propôs a criação de um núcleo de inclusão social, porém não informou a qual público essa inclusão se destina. No seu item 5, propôs ampliar os projetos sociais e convênios, fortalecendo a formação cidadã e a inclusão social. Tais ações demonstram que o IFCE está atento à necessidade de inclusão social, reconhecendo o seu papel, embora não tenha enfatizado, neste Plano de Desenvolvimento Institucional, ações, nem nominado segmentos sociais que seriam alvos da proposta inclusiva da instituição. No Quadro 21, apresentam-se as ações de inclusão propostas no Plano de Desenvolvimento Institucional de 2014 a 2018 do IFCE.

### Quadro 21 – Ações de inclusão propostas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional do IFCE, vigência 2014-2018

Ações de inclusão	
<b>2014-2018</b>	<p>1. Fomentar ações de inclusão social, tecnológica e produtiva no IFCE. Descrição: ampliar a participação do IFCE em programas e projetos de inclusão social, tecnológica e produtiva.</p> <p>2. Diagnosticar as demandas de inclusão social, tecnológica e produtiva da comunidade.</p> <p>3. A Assistência Estudantil, sob a lógica do direito, objetiva garantir a igualdade de oportunidades no acesso, na permanência e na conclusão de curso dos estudantes no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior, promovendo, desse modo, por meio da redução das taxas dos principais fatores geradores da retenção e evasão escolares, a democratização do ensino e a inclusão social por meio da educação.</p> <p>4. Ressalta-se que os programas de natureza assistencial visam a minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da Educação Técnica e Superior, reduzir as taxas de retenção e evasão e contribuir para a promoção da inclusão social através da educação.</p> <p>5. Considerando os desafios e conquistas da inclusão social, assim como a inserção laboral das pessoas com necessidades específicas, o IFCE conta com 16 Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napnes), que têm como objetivo criar, na instituição, a cultura da educação para a convivência e aceitação da diversidade. Sendo o principal lócus facilitador do processo de inclusão, o Napnes promoveu <u>oficinas de Libras e escrita e leitura em Braille para funcionários e alunos.</u></p> <p>6. Através do CID, são ofertados cursos de formação inicial e continuada em diversas áreas para pessoas da comunidade, como grupos de terceira-idade, professores da rede municipal e jovens em situação de vulnerabilidade social.</p> <p>7. Prover soluções de TI que permitam a inclusão e a acessibilidade digital dos Portadores de Necessidades Especiais.</p> <p>8. Objetivando promover o acesso e a inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais, a instituição tem promovido ações para o atendimento às pessoas, fundamentadas nos princípios do direito à cidadania; dentre elas, destacam-se: acessibilidade – adaptação de acesso, com a construção de rampas nos prédios e elevadores; piso tátil direcional na calçada do estacionamento; adaptação das instalações sanitárias; adequação dos procedimentos metodológicos e avaliativos em função de atender às necessidades educativas do aluno; oferta de curso; aperfeiçoamento de professores para a Educação Inclusiva como forma de capacitar os professores e estudantes frente à necessidade de lidar com pessoas com necessidades especiais.</p>

Fonte: IFCE (2013).

Neste Plano de Desenvolvimento Institucional, é nítida a preocupação com a inclusão através de projetos de inclusão social. No item 2, a instituição busca diagnosticar as demandas sociais da comunidade do seu entorno. No item 3, a assistência estudantil é apresentada como uma política fundamental para a promoção do ingresso, permanência e êxito do estudante, cumprindo a demanda da democratização do ensino e a inclusão social por meio da educação. No item 4, a instituição ressalta que os programas sociais voltados para o público interno e externo combatem a evasão e contribuem com a inclusão social através da educação. No item 5, a instituição mostra-se atenta à política de inclusão das pessoas com necessidades específicas. No item 6, menciona os cursos que são ministrados para a comunidade e cita jovens em situação de vulnerabilidade social, proposta que é similar ao público desta pesquisa. Nos itens 8 e 9, a instituição cita as ações de inclusão que tem promovido no âmbito das políticas de acessibilidade para as pessoas com necessidades educacionais específicas. No item 9, apresenta os desafios e conquistas da inclusão social, assim como a inserção laboral das pessoas com necessidades específicas. Neste contexto, o IFCE conta com 16 Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napnes).

Assim como a UFC, o IFCE focalizou e especificou ações para o público com necessidades educacionais específicas. É importante salientar que, na vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional de 2014 a 2018, em 2015 o IFCE promoveu um projeto de extensão e uma publicação científica na temática; em 2017, uma cooperação técnica; e, em 2018, duas publicações científicas sobre

o tema. As ações mencionadas estão condizentes com os objetivos elencados no Plano de Desenvolvimento Institucional da instituição referente ao mesmo período. No Quadro 22, estão explicitadas as referidas ações condizentes com o plano de 2014 a 2018.

**Quadro 22 – Ações do IFCE de 2014 a 2018**

Ano	Ação de extensão	Dados da ação	Quantidade de PPL atendidas
2015 a 2016	Projeto de extensão	Projeto de atendimento e ressocialização da pessoa reclusa: uma iniciativa do Conselho da Comunidade Carcerária do município de Ubajara em parceria com o IFCE, <i>campus</i> Ubajara; 60 pessoas.	
	Cooperação técnica	IFCE e Sejus discutem parceria para capacitação de internos; trabalho conjunto. As duas entidades devem assinar um termo de cooperação para oferecer cursos profissionalizantes. Dar novas oportunidades a quem deseja mudar de vida. Esse é o propósito de uma iniciativa que já está sendo discutida pelo IFCE e pela Sejus. O projeto “Segunda Chance” prevê a oferta de cursos profissionalizantes a internos das unidades do sistema prisional do estado, preparando-os para o mercado de trabalho (IFCE, 2017e).	

Fonte: IFCE (2017e).

No Quadro 23, são apresentadas as ações inclusivas propostas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional do IFCE.

### Quadro 23 – Ações de inclusão propostas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional do IFCE, vigência 2019-2023

Ações de inclusão	
<b>2019-2023</b>	1 - Ampliar as condições de participação democrática, para a formação e o exercício de cidadania, visando à acessibilidade, à diversidade, ao Plano de Desenvolvimento Institucional. Organização administrativa da instituição e políticas de gestão, pluralismo de ideias e inclusão social.

Fonte: IFCE (2018b).

Neste Plano de Desenvolvimento Institucional, no que tange à inclusão, o IFCE demonstra apenas o intento de ampliar as ações que já estão sendo implementadas desde os planos anteriores. No Quadro 24, são apresentados dados com notícias do período de 2017 a 2019, referentes à aprovação de detentos no ENEM via SISU.

### Quadro 24 – Dados noticiados em jornais de grande circulação no período 2017-2019

Titulo da notícia	Ano	Fonte dos dados e descrição da notícia
<b>Detentos no Ceará são aprovados no SISU 2017</b>	2017	Em meio à crise do sistema prisional, quatro internos de grandes unidades da Região Metropolitana de Fortaleza e da Cadeia Pública de Aracati conseguiram aprovação por meio do SISU para os cursos de Engenharia de Aquicultura, Engenharia de Telecomunicações, Química e Ciências Sociais. Os detentos garantiram vaga na UFC, UECE e IFCE ( <i>O Povo</i> , 2017).
<b>O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFCE) do campus Canindé</b>	2018	Quatro internos e egressos do sistema penitenciário do estado conseguiram vaga na primeira chamada de Seleção Unificada (Sisu) nos cursos de Direito, Rede de Computadores, Letras-Espanhol e Agronomia na Universidade Federal do Ceará e no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFCE) do campus Canindé ( <i>Tribuna do Ceará</i> , 2019).

Fonte: *O Povo* (2017); *Tribuna do Ceará* (2019).

Através dos dados apresentados nas notícias acima, contabilizam-se três aprovações no ENEM via SISU para o IFCE. A instituição disponibiliza o registro de tais dados, bem como o INEP e a própria Sejus, mas precisam sistematizá-los, oficializando tais informações veiculadas pelos jornais. Na Tabela 4 é possível verificar o quantitativo de pessoas privadas de liberdade aprovadas e a sua relação percentual com os valores gerais da instituição.

**Tabela 4** – Relação do percentual entre aprovados da ampla concorrência geral do IFCE e aprovados pelo ENEM PPL via SISU no IFCE

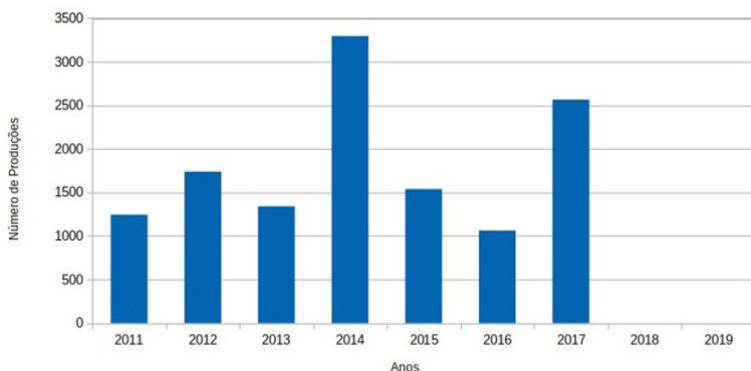
Ano	Ampla concorrência aprovada no ENEM-SISU	Detentos aprovados	Valor percentual
2009		Dados indisponíveis	
2010		Dados indisponíveis	
2011		Dados indisponíveis	
2012		Dados indisponíveis	
2013		Dados indisponíveis	
2014		Dados indisponíveis	
2015	7.639	Valor desconhecido	Valor desconhecido
2016	15.419	1	0,06%
2017	18.806	1	0,05%
2018	Valores desconhecidos	1	Valor desconhecido
2018		Dados indisponíveis	
2019		Dados indisponíveis	

Fonte: Da pesquisa (2020).

### 5.3.1 Ações de pesquisa e extensão direcionadas às pessoas privadas de liberdade no IFCE

Neste subtópico são apresentadas as ações de pesquisa e extensão, tais como artigos, Trabalhos de Conclusão de Curso, resumos, projetos de pesquisas, projetos de extensão ou eventos realizados no IFCE no período entre 2009 e 2019. No Gráfico 8, sobre a produção científica geral, seguem expostas as ações de pesquisa realizadas em âmbito geral.

**Gráfico 8 – Produção científica geral do IFCE**

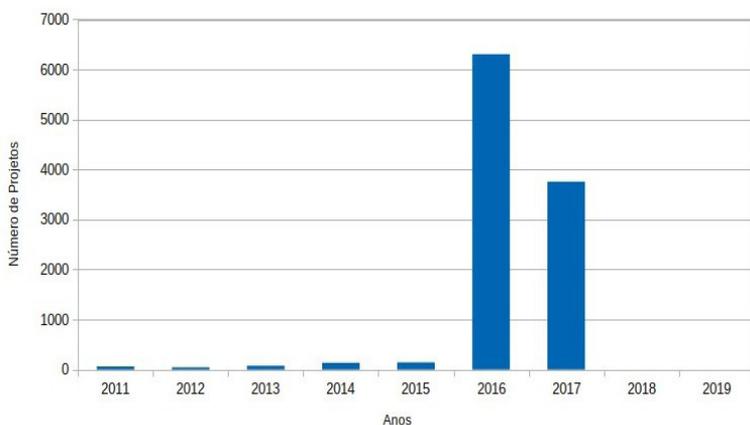


Fonte: IFCE (2012a, 2013, 2014a, 2014b, 2015a, 2015b, 2015c, 2016a, 2016b, 2016c, 2017a, 2017b, 2017c, 2017d, 2018a).

Conforme o Gráfico 8, elaborado com base em dados coletados junto aos anuários da instituição dos anos 2018 e 2019, percebe-se que a produção científica da instituição se mantém num mesmo nível de crescimento de 2011 a 2017, com destaque para um diferencial em 2014 e 2017, comparado aos demais anos. Desse resultado foi possível verificar que o IFCE possui duas pesquisas pu-

blicadas por servidora técnica e uma pesquisa realizada por servidor docente junto ao público discente (esta pesquisa foi informada pela instituição via e-Sic), na temática deste livro. O Gráfico 9 apresenta a produção no âmbito da extensão da instituição, promovendo a visualização do quantitativo geral da instituição.

**Gráfico 9 – Ações de extensão geral do IFCE**



Fonte: Da pesquisa (2020).

O Gráfico 9 demonstra que as ações de extensão do IFCE se sobressaem nos anos de 2016 e 2017, muito aquém da proposta do seu Plano de Desenvolvimento Institucional, que apresenta como missão do IFCE, entre outras, tornar-se uma instituição extensionista por excelência, contribuindo para sanar problemáticas das comunidades circunvizinhas. É fato que as ações dessa natureza ainda são poucas do ponto de vista quantitativo. Na Tabela 5, são apresentados os valores percentuais correspondentes ao gráfico apresentado.

**Tabela 5** – Relação do percentual entre as produções científicas gerais da IFCE e as produções voltadas para a temática PPL

Ano	Produções científicas gerais	Produções científicas na temática PPL	Valor percentual
2009		Dados disponíveis	
2010		Dados disponíveis	
2011	1.244	Valor desconhecido	Valor desconhecido
2012	119.922	Valor desconhecido	Valor desconhecido
2013	1.341	Valor desconhecido	Valor desconhecido
2014	3.295	Valor desconhecido	Valor desconhecido
2015	1.538	Valor desconhecido	0,17%
2016	1.062	Valor desconhecido	Valor desconhecido
2017	2.566	Valor desconhecido	Valor desconhecido
2018	5.843	2	0,03%
2019	Valor desconhecido	Valor desconhecido	Desconhecido

Fonte: Da pesquisa (2020).

O IFCE possui cadastrado um projeto de extensão, que, segundo dados da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, tem como título “Projeto de atendimento e ressocialização da pessoa reclusa”, uma iniciativa do Conselho da Comunidade Carcerária do município de Ubajara em parceria com o IFCE, *campus* Ubajara, que atendeu a 60 pessoas privadas de liberdade. No *site* institucional, foi divulgada apenas uma cooperação técnica firmada na temática deste livro. No entanto, tal cooperação técnica não consta nos dados enviados pelo IFCE via e-Sic, mas foi localizada em notícia do portal da instituição, que informa parceria entre IFCE e Sejus para a capacitação de pessoas privadas de liberdade e oferecer cursos profissionalizantes (IFCE, 2017). Na Ta-

bela 6, apresenta-se o quantitativo de ações de extensão levantado junto à instituição.

**Tabela 6** – Relação do percentual entre ações de extensão gerais do IFCE e ações voltadas na temática PPL

Ano	Ações gerais de extensão da UFC	Ações de extensão voltadas para pessoas privadas de liberdade	Valor percentual
2011	63	Valor desconhecido	Valor desconhecido
2012	45	Valor desconhecido	Valor desconhecido
2013	77	Valor desconhecido	Valor desconhecido
2014	136	Valor desconhecido	Valor desconhecido
2015	143	1 projeto de extensão	0,04%
2016	6.406	Valor desconhecido	Valor desconhecido
2017	3.757	1 cooperação técnica	0,02%
2018		Dados indisponíveis	
2019		Dados indisponíveis	

Fonte: Da pesquisa (2020).

Por se tratar de uma instituição com cursos voltados para a área da tecnologia, surpreende ao empreender ações voltadas para a temática deste livro, mostrando que os objetivos constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional de tornar-se referência em extensão e inclusão estão persistindo no âmbito de suas ações, por mais pontuais que sejam.

## 6 CONCLUSÃO

s resultados obtidos através do referencial teórico, bem como dos dados de jornais e dos dados institucionais, demonstram que o Sistema Penitenciário vivencia uma crise que gera o não cumprimento das políticas públicas sociais que concernem à educação dentro da cadeia, tornando-se frustrada a tentativa de ressocializar as pessoas privadas de liberdade. Tais debilidades na sua infraestrutura dificultam o acesso ao ensino no sistema prisional, falta de segurança, de profissionais e de uma política de segurança realmente eficaz no processo de reintegração social do indivíduo.

Considerando tais dificuldades, buscou-se traçar o perfil da contribuição do Ensino Superior cearense através das Instituições Federais de Ensino Superior, considerando o tripé ensino, pesquisa e extensão. A partir de então, foi possível desvelar como as Instituições Federais de Ensino Superior cearenses tratam tal temática e foi nessa perspectiva que se solicitou primeiramente ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira os dados específicos sobre estudantes privados de liberdade que estão cursando o Ensino Superior através do ENEM ou ENEM PPL nas instituições UFC, IFCE e Unilab no Ceará e o número de quantos já

se matricularam e até mesmo concluíram os cursos desde 2009 até 2019. Esta mesma solicitação foi feita à UFC, Unilab, IFCE e Sejus, porém todas as entidades, com exceção da Sejus, deram uma resposta categórica de que não possuíam informações da variável ensino em seu banco de dados, o que leva à crítica de que os dados estão disponíveis em notícias nos portais institucionais, jornais e revistas de grande circulação, mas as instituições alegam não terem em seus bancos de dados informações a respeito de tal público.

Empregando esforços para trazer um quantitativo para realizar a análise, recorreu-se às notícias de jornais e das próprias instituições, fundamentados pela Escola de Annales, que considera tais fontes como válidas no ambiente científico de pesquisa. As Instituições Federais de Ensino Superior não possuem registros abertos do quantitativo de pessoas privadas de liberdade inscritas ou matriculadas, as quais noticiam aprovações de detentos em seus portais, inclusive nos dados enviados pela Sejus de que não possui a conclusão de curso de uma detenta, porém, em entrevista ao *Diário do Nordeste*, o órgão afirma ter esse caso de sucesso na UFC.

Para driblar tal desencontro de informações, foram utilizadas as notícias e os dados gerais das instituições para traçar o quanto têm contribuído para a ressocialização de apenados no Ceará. Os dados gerais no quesito ensino foram obtidos apenas da UFC e do IFCE, bem como os dados de pesquisa e extensão. Porém, a Unilab não possuía em seu portal institucional números ou anuário que subsidiassem esta pesquisa, dificultando a correlação entre as instituições pesquisadas. Pretendia-se definir o quantitativo geral de estudantes ingressos

e o quantitativo de pessoas privadas de liberdade nesse universo. Também se almejava delinear o quantitativo geral de ações de extensão e o quantitativo geral de pesquisas promovidas pelas Instituições Federais de Ensino Superior e desse universo o quantitativo voltado para pessoas privadas de liberdade.

Através das notícias e dos dados de pesquisa e extensão disponibilizados pelas Instituições Federais de Ensino Superior, foi possível perceber que elas tinham uma expressiva atuação na produção científica voltada para a temática. Esse perfil é resultado das políticas de ressocialização advindas primeiramente dos tratados internacionais com a ONU, da Lei de Execução Penal de 1984, da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e das políticas de inclusão do Ensino Superior advindas do processo de expansão das Instituições Federais de Ensino Superior, como Prouni, Pnaes, ENEM, ENEM PPL e Lei de Cotas. Tais instrumentos de democratização contribuíram para que o Ensino Superior chegasse ao sistema prisional, mesmo que ainda estejam aquém do necessário. As políticas de expansão das Instituições Federais de Ensino Superior envolvem a ampliação da Rede Federal, com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia através da Lei nº 11.892/2008, a criação da Unilab pela Lei nº 12.289 e o programa Reuni, que possibilitou a modernização da UFC.

Ao lançar um olhar sobre as Instituições Federais de Ensino Superior, pode-se destacar a UFC, que possui um número elevado de pesquisas na temática, contabilizando de 2009 a 2019 o total de 192 pesquisas em seu repositório institucional, além de projeto de extensão em

2019 e uma conclusão de curso de uma detenta em 2017 que se tornou professora de História.

A Unilab traz uma contribuição expressiva no que diz respeito a projetos de pesquisas aprovados em editais, sendo seis voltados para a referida área entre 2016 e 2018, contando com apenas um projeto de extensão em 2018 no eixo Saúde, de extrema relevância no ambiente prisional. No que tange ao ensino, a Unilab contabiliza apenas um ingressante pelo SISU, porém sem informações sobre a sua possível matrícula ou conclusão do curso.

O IFCE trouxe um projeto de extensão inovador no ano de 2015 em parceria com o Conselho de Execuções Penais de Ubajara, Ceará, atendendo a pelo menos 60 pessoas, porém com baixa produção científica na temática, contabilizando apenas três produções, fato compreensível devido aos cursos serem voltados em sua maioria para as áreas tecnológicas. No ensino, o IFCE contabiliza dois ingressos via SISU, mas não se tem informação de matrículas, permanência e êxito desses dois aprovados.

Ao todo, nas três Instituições Federais de Ensino Superior ingressaram 16 detentos através do SISU, sendo 12 aprovados para a UFC, três para o IFCE e apenas um para a Unilab. Obteve-se a informação que de 2009 a 2019 apenas uma detenta conseguiu autorização judicial para matricular-se, cursar e concluir o curso na UFC, como já foi mencionado. Neste ponto, cabe destacar a importância da Justiça e da gestão dos presídios em implementar políticas para avaliar se os detentos têm boa conduta para usufruir do direito à educação e então unir esforços para que as barreiras que os impedem de cursar o Ensino Superior sejam rompidas.

Ademais, percebe-se que, nas Instituições Federais de Ensino Superior do Ceará, entre 2009 e 2019, a democratização do acesso ao Ensino Superior materializou-se através das políticas públicas do Ensino Superior voltadas para a inclusão, em virtude dos objetivos e ações de inclusão propostos no Plano de Desenvolvimento Institucional de forma geral. Nesse período, registra-se maior participação das Instituições Federais de Ensino Superior na ressocialização de apenados, mesmo que ainda seja uma tímida participação, por ser um público que tem o acesso obstruído por questões judiciais, por se tratar de pessoas que têm condições socioeconômicas críticas e pelos preconceitos sociais que ações desenvolvidas para o âmbito prisional enfrentam.

Através desta pesquisa, é possível afirmar que, na série histórica de 2009 a 2019, as Instituições Federais de Ensino Superior cearenses têm contribuído no ensino, pois houve conclusão de curso de uma detenta, colaboração na extensão através de projetos e cooperação técnica e produção científica a respeito da questão penitenciária, demonstrando estarem atentas às problemáticas do estado e do país que ultrapassam os muros das instituições.

Considera-se a maior dificuldade no percurso deste estudo a questão da localização dos dados necessários, que informações estão sendo omitidas ou mesmo desperdiçadas, informações estas que contribuiriam sobremaneira para a construção da política de Ensino Superior dentro do ambiente prisional e para a própria política de ressocialização no sistema prisional. As Instituições Federais de Ensino Superior precisam fortalecer a extensão em direção ao sistema prisional, pois este

processo conecta o ensino e a pesquisa. Ainda há muitas dificuldades para o acesso do detento ao Ensino Superior, porém as Instituições Federais de Ensino Superior cearenses e a Sejus, bem como os juizes das execuções penais, têm sido desafiadas a se moverem em direção à ressocialização de pessoas privadas de liberdade, e esse movimento está acontecendo, mesmo que lentamente.

Os dados apresentados, apesar de poucos e restritos, demonstraram que o Ensino Superior pode ser aliado da política de ressocialização no sistema penitenciário através da modalidade de Ensino a Distância. A implantação de bibliotecas em presídios e o fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos são primordiais para o alcance da aprovação no ENEM PPL e do ingresso nas Instituições Federais de Ensino Superior via SISU, por meio de projetos de pesquisa e de extensão voltados para as pessoas privadas de liberdade e para os profissionais que atuam em penitenciárias. O sistema penitenciário brasileiro está em constante crise, e as ações de educação poderiam contribuir para a ressocialização. No entanto, é preciso que as Instituições Federais de Ensino Superior, o INEP e a Sejus sistematizem os dados sobre o atendimento a esse público e criem ações explícitas nos seus Planos de Desenvolvimento Institucional direcionadas para o sistema prisional e pessoas privadas de liberdade. Somente assim será possível que a ressocialização seja uma política efetiva e intersetorial no Brasil, além de implementada com qualidade especificamente no Ceará.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ADERALDO, D. Presa aprovada pelo Enem espera sofrer preconceito de colegas. *Último Segundo*, Fortaleza, 2012. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/presa-aprovada-em-vestibular-no-ceara-espera-sofrer-preconceito/n1597613821591.html>. Acesso em: 17 jan. 2019.

ANDRIOLA, W. B. Ações de formação em EJA nas prisões: o que pensam os professores do sistema prisional do Ceará. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 179- 204, 2013.

ARTES, A.; RICOLDI, M. Acesso de negros no Ensino Superior: o que mudou entre 2000 e 2010. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 45, n. 158, p. 858-881, 2015.

BRASIL. *A democratização e a expansão da educação superior no país 2003-2014*. Brasília, DF: MEC, [2015?]. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16762balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192). Acesso em: 25 out. 2019.

BRASIL. Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 maio 2006.

BRASIL. Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 jul. 2001.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 abr. 2007.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 jul. 2010a.

BRASIL. Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911. Aprova a lei orgânica do ensino superior e fundamental da república. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 6 abr. 1911.

BRASIL. Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925. Estabelece o concurso da União para a difusão do ensino primário, organiza o Departamento Nacional do Ensino,

reforma o ensino secundário e o superior e dá outras providencias. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 14 jan. 1925.

BRASIL. *Expansão da Rede Federal*. Brasília, DF: MEC, 2016.

BRASIL. *Expansão da Rede Federal*. Brasília, DF: MEC, 2019.

BRASIL. Lei nº 5.539, de 27 de novembro de 1968. Modifica dispositivos da Lei número 4.881-A, de 6 de dezembro de 1965, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 dez. 1968a.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 nov. 1968b.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, institui a Lei de Execução Penal. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 jul. 1984.

BRASIL. Lei nº 7.626, de 24 de novembro de 2011. Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 nov. 2011a.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 abr. 2004a.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – Prouni, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 jan. 2005.

BRASIL. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 jul. 2008a.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 dez. 2008b.

BRASIL. Lei nº 12.245, de 24 de maio de 2010. Altera o art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para autorizar a instalação de salas de aulas nos presídios. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 maio 2010b.

BRASIL. Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010. Dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 jul. 2010c.

BRASIL. Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011. Altera a Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 jun. 2011b.

BRASIL. Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 ago. 2012.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004. Institui o Programa Universidade para Todos –

PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 set. 2004b.

BRASIL. *O plano de desenvolvimento da educação: razões e princípios e programas*. Brasília, DF: MEC, 2013.

CARVALHO FILHO, L. F. *A prisão*. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2002.

CARVALHO FILHO, L. F. *A prisão*. São Paulo: Publifolha, 2007.

CATANI, A. M.; HEY, A. P.; GILIOLI, R. S. P. Prouni: democratização do acesso às instituições de ensino superior?. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 28, p. 125-140, 2006.

COMTE, A. *Curso de Filosofia positiva: uma síntese do pensamento de Comte, 1839/42*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

CORDEIRO, S. *Até quando faremos relicários?: a função social do espaço penitenciário*. 2. ed. rev. e ampl. Maceió: Edufal, 2010.

CNPQ. *Plataforma Lattes: currículo Lattes*. Brasília, DF: CNPq, 2020.

COM NOTA 900 em redação, presidiária é aprovada no Sisu para universidade federal. *Correio do Estado*, [S.l.], 2015. Disponível em: <https://www.correiodoestado.com>.

br/noticias/com-nota-900-em-redacao-presidiaria-e-aprovada-no-sisu-para-universid/139689/. Acesso em: 11 nov. 2018.

CUNHA, L. A. C. Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 88, p. 795-817, 2004.

CUNHA, L. A. C. O ensino superior no octênio FHC. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 82, p. 37-61, 2003.

DURKHEIM, E. *Da divisão do trabalho social*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FEITOSA, A. Com nota 900 na redação do Enem, presidiária no Ceará é aprovada no Sisu para a UFC. *Uol Educação*, [S.l.], 2012.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

G1 CEARÁ. Dois detentos cearenses são aprovados na 1ª chamada do Enem. *G1 Ceará*, Fortaleza, 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2012/01/dois-detentos-cearenses-sao-aprovados-na-1-chamada-do-sisu.html>. Acesso em: 3 fev. 2018.

G1 CEARÁ. Oito presos no CE passam no Sisu: 'vou mostrar que as pessoas mudam'. *G1 Ceará*, Fortaleza, 18 jan. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2016/01/oito-presos-no-ce-passam-no-sisu-vou-mostrar-que-pessoas-mudam.html>. Acesso em: 30 set. 2018.

G1 CEARÁ. Presos no Ceará: 4 garantem vaga no Sisu e oito conquistam bolsa de 100% no Prouni. *G1 Ceará*, Fortaleza, 8 fev. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/02/08/presos-no-ceara-4-garantem-vaga-no-sisu-e-oito-conquistam-bolsa-de-100-no-prouni.ghtml>. Acesso em: 29 jun. 2019.

G1 CEARÁ. Quatro presos são aprovados no Enem para universidades do Ceará. *G1 Ceará*, Fortaleza, 31 jan. 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/01/quatro-presos-sao-aprovados-no-enem-para-universidades-do-ceara.html>. Acesso em: 4 abr. 2018.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOFFMAN, E. *Manicônios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedex*, Campinas, v. 21, n. 55, 2001.

IBGE. *Censo 2003*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

IBGE. *Censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. *Linha do tempo das mudanças de nomenclatura do IFCE*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

IBGE. *Sistema IBGE de Recuperação Automática – SI-DRA*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IFCE. *A presença do IFCE no Ceará*. Fortaleza: IFCE, 2015a.

IFCE. *Anuário estatístico ano base 2011*. Fortaleza: IFCE, 2012a.

IFCE. *Anuário estatístico ano base 2012*. Fortaleza: IFCE, 2013a.

IFCE. *Anuário estatístico ano base 2013*. Fortaleza: IFCE, 2014a.

IFCE. *Anuário estatístico ano base 2014*. Fortaleza: IFCE, 2015b.

IFCE. *Anuário estatístico ano base 2015*. Fortaleza: IFCE, 2016a.

IFCE. *Anuário estatístico ano base 2016*. Fortaleza: IFCE, 2017a.

IFCE. *Anuário estatístico ano base 2017*. Fortaleza: IFCE, 2018a.

IFCE. *Anuário: dados dos campi parte 1 (A a I): Acaraú*. Fortaleza: IFCE, 2015c.

IFCE. *Anuário*: dados dos campi parte 1 (A a I): Acaraú. Fortaleza: IFCE, 2016b.

IFCE. *Anuário*: dados dos campi parte 1 (A a I): Acaraú: ano base 2017d. Fortaleza: IFCE, 2018b.

IFCE. *Anuário*: dados dos campi parte 2 (J a U): Jaguaribe. Fortaleza: IFCE, 2015d.

IFCE. *Anuário*: dados dos campi parte 2 (J a U): Jaguaribe. Fortaleza: IFCE, 2016c.

IFCE. *Anuário*: dados dos campi parte 2 (J a U): Jaguaribe: ano base 2017c. Fortaleza: IFCE, 2018c.

IFCE. *Anuário*: dados dos campi: Acaraú. Fortaleza: IFCE, 2014b.

IFCE. *Anuário*: dados dos campi: ano base 2017a. Fortaleza: IFCE, 2018d.

IFCE. *IFCE e Sejus discutem parceria para capacitação de internos*. Fortaleza, 2017b.

IFCE. *IFCE em números*. Fortaleza: IFCE, 2018e.

IFCE. *Institucional*. Fortaleza: IFCE, 2020.

IFCE. *Plano de Desenvolvimento Institucional 2005-2009*. Fortaleza: IFCE, 2005.

IFCE. *Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018*. Fortaleza: IFCE, 2013b.

IFCE. *Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023*. Fortaleza: IFCE, 2018f.

IFCE. *Projeto Pedagógico de Licenciatura em Física*. Fortaleza: IFCE, 2012b.

IFCE. *Projeto Pedagógico de Licenciatura em Matemática*. Fortaleza: IFCE, 2012c.

IFCE. *Resolução nº 100 de 27 de setembro de 2017*. Aprova o Regulamento para Criação, Suspensão de Oferta de Novas Turmas, Reabertura e Extinção de Cursos do IFCE. Fortaleza: IFCE, 2017.

INEP. *A profissionalização do ensino na lei nº 5.592/71*. Brasília, DF: INEP, 1982.

INEP. *Censo da Educação Superior 2016*. Brasília, DF: INEP, 2017.

INFOPEN MULHERES. *Levantamento Nacional de Informações penitenciárias*. 2. ed. Brasília, DF: Depen, 2018.

JORNAL DE HOJE. O impacto transformador do Reuni na UFC. *Jornal de Hoje*. Fortaleza, 13 maio 2015. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/2015/05/13/noticiasjornalopiniao,3436922/o-impacto-transformador-do-reuni-na-ufc.shtml>. Acesso em: 4 jun. 2018.

KIRSCHBAUM, C. Decisões entre pesquisas quali e quanti sob a perspectiva de mecanismos causais. *Revis-*

*ta Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 28, n. 82, p. 179-193, 2013.

JURISWAY. Juíza autoriza detenta a frequentar curso de História na Universidade Federal do Ceará. *JurisWay*, [S.l.], 2012. Disponível em: <https://jurisway.jusbrasil.com.br/noticias/3030945/juiza-autoriza-detenta-a-frequentar-curso-de-historia-na-universidade-federal-do-ceara>. Acesso em: 4 dez. 2018.

LIMA, F. Da cela à sala: os sonhos de detentos que veem na educação a chance de dar a volta por cima. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 8 ago. 2017. Disponível em: <http://plus.diariodonordeste.com.br/da-cela-a-sala/#intro>. Acesso em: 4 maio 2019.

LIMA, K. R. S. Reformas e políticas de Educação Superior no Brasil. In: MACEBO, D.; SILVA JUNIOR, J. R.; OLIVEIRA, J. F. (org.). *Reformas e políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil*. Campinas: Alínea, 2008.

LINKEDIN. *Perfil pessoal de Cynthia Corvello*. [S.l.], 2020. Disponível em: <https://br.linkedin.com/in/cynthia-corvello-06a048135>. Acesso em: 29 jan. 2020.

LINO, B. T. Assistência ao egresso sob a perspectiva do método APAC. In: SILVA, J. R. (org.). *A execução penal à luz do método APAC*. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 2012. p. 109-116.

MARQUES NETO, S. Do condenado e do internado. In: SILVA, J. R. (org.). *A execução penal à luz do método*

*APAC*. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 2012. p. 25-35.

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, 2009.

MARTINS, C. B. O ensino superior brasileiro nos anos 90. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 1, n. 14, p. 41-60, 2000.

MAZZOCO, B. Três histórias de presos que viraram professores. *Nova Escola*, Porto Alegre, 31 ago. 2017. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/5388/tres-historias-de-presos-que-viraram-professores>. Acesso em: 4 nov. 2018.

MENDES SEGUNDO, M. D. *O Banco Mundial e suas implicações na política de financiamento da educação básica no Brasil: o Fundef no centro do debate*. 2005. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

MENDES, T. R. Ociosidade no cárcere com vistas a não ressocialização e a não reinserção do preso na sociedade. *Revista Toledo Prudente*, São Paulo, v. 30, n. 30, p. 1-23, 2015.

MINAYO, M. S. C. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em Saúde*. São Paulo: Hucitec, 2007.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Atualização – Junho de 2016*.

Brasília, DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2017.

MORE, T. *A utopia*. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

NASCIMENTO, S. T. Políticas de reforma do ensino superior brasileiro: governo de Luís Inácio Lula da Silva, período 2002/2006. *Revista Texto e Debates*, Boa Vista, n. 12, 2007.

NOVAES, M. A. B. *Financiamento público para o ensino superior privado no Brasil: uma análise crítica do FIES e do PROUNI*. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino) – Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino, Universidade Estadual do Ceara, Limoeiro do Norte, 2017.

O OBSERVATÓRIO DO PNE. *Meta 12 – Educação superior*. [S.l.], 2013. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/12-ensino-superior>. Acesso em 14 dez. 2019.

O POVO. Alunos e professores temem presença do preso na UFC. *O Povo*, Fortaleza, 25 set. 2012. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/fortaleza/2012/09/25/noticiasjornalfortaleza,2925903/alunos-e-professores-temem-presenca-do-presena-ufc.shtml>. Acesso em: 11 abr. 2018.

O POVO. Detentos no Ceará são aprovados no Sisu 2017. *O Povo*, Fortaleza, 31 jan. 2017. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2017/01/detentos-no-ceara-sao-aprovados-no-sisu-2017.html>. Acesso em: 14 fev. 2018.

OLIVEIRA, D. A. Das políticas de governo à política de Estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, 2011.

ORLANDI, E. P. *Interpretação*: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

PINTO, F. M. Do objeto e aplicação da Lei de Execução Penal. In: SILVA, J. R. (org.). *A execução penal à luz do método APAC*. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 2012. p. 15-23.

PRADO, V. Detento do CE comemora aprovação na UFC após Enem: 'nova chance'. *G1 Ceará*, Fortaleza, 28 jan. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2016/01/detento-do-ce-comemora-aprovacao-na-ufc-apos-enem-nova-chance.html>. Acesso em: 11 ago. 2019.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. *Metodologia do trabalho científico*: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, M. Detento aprovado no Enem ensinava Matemática dentro de presídio de Itaitinga. *Tribuna do Ceará*, Fortaleza, 21 jan. 2016. Disponível em: <https://tribunadoceara.com.br/noticias/educacao/detento-aprovado-no-enem-ensinava-matematica-dentro-de-presidio-de-itaitinga/>. Acesso em: 25 jan. 2019.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos*. Brasília, DF: UnB, 1981.

SALDANHA, P. Apenas 0,8% dos brasileiros de 25 a 64 anos concluíram curso de mestrado. *Folha UOL*, São Paulo, 2019.

SALLA, F. *As prisões em São Paulo: 1822-1940*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1999.

SAVIANI, D. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. *Póiesis Pedagógica*, Catalão, v. 8, n. 2, p. 4-17, 2010.

SILVEIRA, M. H. P. *O processo de normalização do comportamento social em Curitiba: educação e trabalho na penitenciária do Ahú, primeira metade do século XX*. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

SME DE HORIZONTE. *Censo escolar*. Horizonte: SME, 2009.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 16, v. 8, p. 20-45, 2006.

TERRA. Enem: matriculados, presos dependem da Justiça para estudar. *Terra*, [S.l.], 24 out. 2012.

TRIBUNA DO CEARÁ. 5 presos no Ceará são aprovados em universidades com nota do Enem. *Tribuna do Ceará*, Fortaleza, 21 fev. 2018. Disponível em: <https://tribunadoceara.com.br/noticias/cotidiano-2/5-presos-no-ceara-sao-aprovados-em-universidades-com-nota-do-enem/>. Acesso em: 8 ago. 2018.

TRIBUNA DO CEARÁ. Detento aprovado no Enem ensinava matemática dentro de presídio de Itaitinga. *Tribuna do Ceará*, Fortaleza, 2016. Disponível em: <https://tribunadoceara.com.br/noticias/educacao/detento-aprovado-no-enem-ensinava-matematica-dentro-de-presidio-de-itaitinga/>. Acesso em: 14 mar. 2019.

TRIBUNA DO CEARÁ. Quatro internos de presídios do Ceará são aprovados em cursos da UFC e IFCE. *Tribuna no Ceará*. Fortaleza, 29 jan. 2019. Disponível em: <https://tribunadoceara.com.br/noticias/segurancapublica/quatro-internos-de-presidios-do-ceara-sao-aprovados-em-cursos-da-ufc-e-do-ifce/>. Acesso em: 11 nov. 2019.

UNESCO. *Educando para a libertação*: bandeja, debates e propostas de um projeto para a educação nas prisões brasileiras. Brasília, DF: Unesco, 1996.

UNILAB. *MEC/SiSU divulga perfil de alunos aprovados para Unilab*. Redenção: Unilab, 2012. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/noticias/2012/01/23/mecsisu-divulga-perfil-de-alunos-aprovados-para-unilab/>. Acesso em: 16 jul. 2019.

UNILAB. *Portal Unilab*. Redenção: Unilab, 2019. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/sobre-a-unilab/>. Acesso em: 19 nov. 2019.

UFC. *Anuário estatístico*: ano base 2008. Fortaleza: UFC, 2009. Disponível em: [http://www.ufc.br/images/\\_files/a\\_universidade/anuario\\_estatistico/anuario\\_estatistico\\_ufc\\_2009\\_base\\_2008.pdf](http://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/anuario_estatistico/anuario_estatistico_ufc_2009_base_2008.pdf). Acesso em: 10 mar. 2019.

UFC. *Anuário estatístico*: ano base 2009. Fortaleza: UFC, 2010. Disponível em: [http://www.ufc.br/images/\\_files/a\\_universidade/anuario\\_estatistico/anuario\\_estatistico\\_ufc\\_2010\\_base\\_2009.pdf](http://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/anuario_estatistico/anuario_estatistico_ufc_2010_base_2009.pdf). Acesso em: 12 mar. 2019.

UFC. *Anuário estatístico*: ano base 2010. Fortaleza: UFC, 2011. Disponível em: [http://www.ufc.br/images/\\_files/a\\_universidade/anuario\\_estatistico/anuario\\_estatistico\\_ufc\\_2011\\_base\\_2010.pdf](http://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/anuario_estatistico/anuario_estatistico_ufc_2011_base_2010.pdf). Acesso em: 13 mar. 2019.

UFC. *Anuário estatístico*: ano base 2011. Fortaleza: UFC, 2012a. Disponível em: [http://www.ufc.br/images/\\_files/a\\_universidade/anuario\\_estatistico/anuario\\_estatistico\\_ufc\\_2012\\_base\\_2011.pdf](http://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/anuario_estatistico/anuario_estatistico_ufc_2012_base_2011.pdf). Acesso em: 13 mar. 2019.

UFC. *Anuário estatístico*: ano base 2012. Fortaleza: UFC, 2013. Disponível em: [http://www.ufc.br/images/\\_files/a\\_universidade/anuario\\_estatistico/anuario\\_estatistico\\_ufc\\_2013\\_base\\_2012.pdf](http://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/anuario_estatistico/anuario_estatistico_ufc_2013_base_2012.pdf). Acesso em: 16 mar. 2019.

UFC. *Anuário estatístico*: ano base 2013. Fortaleza: UFC, 2014. Disponível em: [http://www.ufc.br/images/\\_files/a\\_universidade/anuario\\_estatistico/anuario\\_estatistico\\_ufc\\_2014\\_base\\_2013.pdf](http://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/anuario_estatistico/anuario_estatistico_ufc_2014_base_2013.pdf). Acesso em: 16 mar. 2019.

UFC. *Anuário estatístico*: ano base 2014. Fortaleza: UFC, 2015a. Disponível em: [http://www.ufc.br/images/\\_files/a\\_universidade/anuario\\_estatistico/anuario\\_estatistico\\_ufc\\_2015\\_base\\_2014.pdf](http://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/anuario_estatistico/anuario_estatistico_ufc_2015_base_2014.pdf). Acesso em: 18 mar. 2019.

UFC. *Anuário estatístico*: ano base 2015a. Fortaleza: UFC, 2016. Disponível em: [http://www.ufc.br/images/\\_files/a\\_](http://www.ufc.br/images/_files/a_)

universidade/anuario\_estatistico/anuario\_estatistico\_ufc\_2016\_base\_2015.pdf. Acesso em: 19 mar. 2019.

UFC. *Anuário estatístico*: ano base 2016. Fortaleza: UFC, 2017a. Disponível em: [http://www.ufc.br/images/\\_files/a\\_universidade/anuario\\_estatistico/anuario\\_estatistico\\_ufc\\_2017\\_base\\_2016.pdf](http://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/anuario_estatistico/anuario_estatistico_ufc_2017_base_2016.pdf). Acesso em: 19 mar. 2019.

UFC. *Anuário estatístico*: ano base 2017. Fortaleza: UFC, 2018a. Disponível em: [https://proplad.ufc.br/wp-content/uploads/2018/12/anuario\\_estatistico-ufc-2018-base-2017.pdf](https://proplad.ufc.br/wp-content/uploads/2018/12/anuario_estatistico-ufc-2018-base-2017.pdf). Acesso em: 20 mar. 2019.

UFC. *Anuário estatístico*: ano base 2018. Fortaleza: UFC, 2019a. Disponível em: [https://proplad.ufc.br/wp-content/uploads/2018/12/anuario\\_estatistico-ufc-2018-base-2017.pdf](https://proplad.ufc.br/wp-content/uploads/2018/12/anuario_estatistico-ufc-2018-base-2017.pdf). Acesso em: 20 mar. 2019.

UFC. *Ensino – início*. Portal UFC. Fortaleza: UFC, 2019b. Disponível em: <http://www.ufc.br/ensino>. Acesso em: 11 nov. 2019.

UFC. Firmado convênio com Secretaria da Justiça para ações no sistema penal. *Portal UFC*, Fortaleza, 25 nov. 2015b. Disponível em: <http://www.ufc.br/noticias/noticias-de-2015/7536-firmado-convenio-com-secretaria-da-justica-para-acoes-no-sistema-penal>. Acesso em: 14 jan. 2019.

UFC. *Plano de desenvolvimento institucional 2007-2011*. Fortaleza: UFC, 2007. Disponível em: [http://www.ufc.br/images/\\_files/a\\_universidade/plano\\_desenvolvimento\\_](http://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/plano_desenvolvimento_)

institucional/pdi\_2018\_2022\_pub\_2018\_05\_17.pdf. Acesso em: 4 ago. 2018.

UFC. *Plano de desenvolvimento institucional 2018 -2022*. Fortaleza: UFC, 2018b. Disponível em: [http://www.ufc.br/images/\\_files/a\\_universidade/plano\\_desenvolvimento\\_institucional/pdi\\_2018\\_2022\\_pub\\_2018\\_05\\_17.pdf](http://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/plano_desenvolvimento_institucional/pdi_2018_2022_pub_2018_05_17.pdf). Acesso em: 4 maio 2019.

UFC. Pró-reitoria de extensão: campus Porangabuçu – ações. *Portal UFC*, Fortaleza, 2020. Disponível em: <https://prex.ufc.br/acoes/porangabucu/>. Acesso em: 7 jan. 2020.

UFC. *UFC Virtual prepara sistema para atender a detentos aprovados no Enem/Sisu*. Fortaleza: UFC, 2012b.

VIEIRA, L.; LAZARI, M. Brasil tem 127 presidiários cursando ensino superior. *O Globo*, [S.l.], 18 jun. 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/brasil-tem-127-presidiarios-cursando-ensino-superior-8726324>. Acesso em: 11 nov. 2017.

WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. Paris: Raisons d'Agir, 1999.



Anexos





## ANEXO A - RESPOSTA DA UFC VIA E-SIC - OFÍCIO 2



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
REITORIA  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

OFÍCIO 2/2020/COPIC/PROGRAD/REITORIA

Fortaleza, 23 de janeiro de 2020.

A(o) Senhor(a)  
Sidney Guerra Reginaldo  
Ouvidor Geral da UFC

**Assunto: Encaminhamento de pedido registrado no Sistema Eletrônico do Serviço de Informação do Cidadão (e-SIC).**

Senhor Ouvidor,

A Universidade Federal do Ceará não possui os dados de ingresso de estudantes privados de liberdade, visto que a lista de aprovados encaminhada pelo MEC não inclui essa informação.

Att.,

Atenciosamente,

Keyla Maciel Maia  
Coordenadora da COPIC em exercício



Documento assinado eletronicamente por **KEYLA MACIEL MAIA, Diretor de Divisão**, em 23/01/2020, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufc.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufc.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1224510** e o código CRC **8524D22B**.

Campus do Pici, Bloco 308. - 3366 9524  
CEP 60455-760 - Fortaleza/CE - <http://ufc.br/>

Referência: Processo nº 23067.000412/2020-22

SEI nº 1224510

Ofício 2 (1224510) SEI 23067.000412/2020-22 / pg. 1

## ANEXO B - RESPOSTA DA UNILAB VIA OUVIDORIA

09/01/2020

SEI/UNILAB - 0087352 - Despacho

### UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

#### DESPACHO

Processo nº 23282.400238/2020-70

Interessado: OUVIDORIA

Prezado,

A Unilab não conta com base de dados que apresente essa informação. Consultamos setores como o de seleção (COEGS) e o de Assistência Social (PROPAE) e obtivemos a mesma informação.

Cordialmente.



Documento assinado eletronicamente por **RENATA AGUIAR NUNES, DIRETOR(A) DE REGISTRO E CONTROLE ACADÊMICO**, em 07/01/2020, às 15:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0087352** e o código CRC **D0A281E0**.

Referência: Processo nº 23282.400238/2020-70

SEI nº 0087352

# ANEXO C - AÇÃO DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI OU PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE DO IFCE



AÇÃO

## 1. Dados Básicos

Título: Capacitação profissional de adolescentes em conflito com a Lei ou Pessoas privadas de liberdade  
 Campus: CAMPUS CAMOCIM  
 Tipo: Projeto  
 Área Temática: Direitos Humanos e Justiça  
 Data de Início: 2020-03-04  
 Data Prevista Fim: 2020-06-04  
 Nº mínimo de pessoas beneficiadas: 20  
 Nº máximo de pessoas beneficiadas: 100

## 2. Dados Específicos

Local de Atuação: Urbano

Fomento:

Programa Institucional:

Formas de Avaliação:

Relatório

Semestral

Participação

Frequência

Formas de Divulgação:

Site Institucional

Redes sociais

E-mail

Atividades:

## 3. Dados Responsável

Matrícula: 2187697

Nome: Aline Siebra Fonteles Lopes

E-mail: aline.fonteles@ifce.edu.br

E-mail Secundário: aline.siebra24@gmail.com

## 4. Equipe de Atuação

Nome	Instituição	Categoria	Vínculo	Receberá bolsa?	Horas Dedicadas	Início da Participação	Fim da Participação
Rebeca Monteiro Lopes	CREAS CAMOCIM	Integrante	Sem vínculo	Não	4	2020-03-04	2020-06-04
Salmira de Souza Nogueira	Conselho de Execuções Penais	Integrante	Sem vínculo	Não	4	2020-03-04	2020-06-04
Aline Siebra Fonteles Lopes	IFCE	Coordenador	Técnico Administrativo IFCE	Não	10	2020-03-04	2020-06-04

## 5. Parcerias

Instituição Parceira	Parceria Formalizada?
Conselho de Execuções Penais de Camocim Ceará	Sim

## 6. Orçamento

Descrição	Valor (R\$)
Passagens e Despesas com Locomoção	0,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0,00
Material de Consumo	0,00
Equipamento e Material Permanente	0,00
Encargos Patrimoniais	0,00
Diárias - Pessoal Civil	0,00
Bolsa - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	0,00
Bolsa - Auxílio Financeiro a Estudantes	0,00

## 7. Descrição

### Apresentação:

Apresentamos um projeto de capacitação profissional de pessoas privadas de liberdade ou adolescentes em conflito com a Lei que através de oficinas de aprendizagem terão oportunidade de desenvolver conhecimentos nos eixos de culinária, informática, e letteramento. O projeto está direcionado a promoção dos direitos humanos e cidadania em parceria com o conselho de execuções penais e com outras entidades como o CREAS de Camocim e as varas judiciais responsáveis pelas execuções penais.

### Justificativa:

O Sistema penitenciário brasileiro enfrenta problemas em sua infraestrutura e em recursos humanos, os quais refletem na ressocialização das pessoas privadas de liberdade. Segundo dados do IFOFEN (2017) o Brasil sofreu um aumento de 267,22% na população carcerária, tal aumento evidencia a necessidade de políticas públicas que promovam a ressocialização dos apenados. O Sistema penitenciário brasileiro enfrenta problemas em sua infraestrutura e em recursos humanos, os quais refletem na ressocialização das pessoas privadas de liberdade.

Segundo dados do IFOFEN (2017) o Brasil sofreu um aumento de 267,22% na população carcerária, tal aumento aponta a necessidade de políticas públicas que promovam a inclusão social do referido público.

### Comunidade externa beneficiada:

Adultos que cumprem em regime semi-aberto alguma pena;  
 Adolescentes em conflito com a Lei que cumpram alguma medida socioeducativa.

### Comunidade interna beneficiada:

Estudantes e servidores.

### Objetivo Geral:

Realizar uma série de oficinas de capacitação profissional voltadas para PPL e para adolescentes em conflito com a Lei.

### Objetivo Específico:

1º Capacitar o público alvo através de oficinas na área de informática

2º Capacitar o público alvo através de oficinas de culinária

3º Capacitar o público alvo através de oficinas de alfabetização e letteramento

### Metodologia:

O projeto promoverá uma abertura através de um Evento denominado: Pessoas privadas de liberdade: O poder da ressocialização. Tal evento será realizado em parceria com o Conselho de Execuções Penais. O projeto seguirá a metodologia de oficinas de aprendizagem (Rigo, 2010) no qual estudantes do IFCE e servidores elaborarão oficinas relacionadas aos seus respectivos cursos: MSI, TGA, LETRAS e QUÍMICA. A cada semana até o final do projeto serão ministradas as oficinas pelos colaboradores do projeto.

## ANEXO D - LISTAGEM DE AÇÕES DO IFCE



Listagem de Ações

Título	Dt. Início	Dt. Fim	Campus	Tipo	Situação	Área	Subárea
Capacitação profissional de adolescentes em conflito com a Lei ou Pessoas privadas de liberdade	2020-03-04	2023-06-04	CAMPUS CAMOCIM	Projeto	Aguardando validação pelo Coordenador	Direitos Humanos e Justiça	Adolescência e Juventudes

# ANEXO E - IFCE - RELATÓRIO FINAL DO PROJETO DE ATENDIMENTO E RESSOCIALIZAÇÃO DA PESSOA RECLUSA



INSTITUTO FEDERAL  
Ceará

SIGPROEXT

Relatório Final - Projeto de atendimento e ressocialização da pessoa reclusa: Uma iniciativa do Conselho da Comunidade Carcerária do município de Ubajara

## Dados Gerais

Previsão de Início:	Previsão de Fim:	Carga Horária:
03/02/2015	12/16/2015	500
Campus:	Tipo Ação:	
IFCE Campus Ubajara	Projeto	

## Perfil do Público

Sexo:

Masculino, Feminino.

Cor/Raça/Etnia:

Não declarou,

Faixa Etária:

15 a 19, 20 a 24, 25 a 29, 30 a 39, 40 a 49, 50 a 59,

Nível de Escolaridade:

Fundamental, Médio, Graduação,

Áreas Atendidas:

Urbana

Número Pessoas

60

## Percepções da

Principais Potencialidades:

Não declarou

Principais Dificuldades:

Não declarou

Estratégias de

Não declarou

## Informações

Wednesday 05

Relatório Final (1378330) SEI 23255.000721/2020-85 / pg. 1

Página 1 de 3

## Relatório Final - Projeto de atendimento e ressocialização da pessoa reclusa: Uma iniciativa do Conselho da Comunidade Carcerária do município de Ubajara

Parcerias efetivadas:

Não declarou

Considerações Gerais:

O IFCE tem dado apoio acadêmico e prático nas ações do projeto do conselho da comunidade carcerária do município de Ubajara-CE – CCMU. Como instituição de ensino superior nos vimos na responsabilidade de atuar na causa da ressocialização e na contribuição para mudanças do sistema penitenciário brasileiro.

### Equipe Execução

Membro	Instituição	Horas dedicadas	Categoria	Vínculo ao	Bolsista
ALINE FONTELES LOPES	IFCE	10h			
ANA ALICE FONTELES LOPES	INTA	10h			
DANILO NEVES SOUSA	DENFENSORIA PUBLICA	10h			
CANDICE ARRUDA VASCONCELOS	JUIZA DE DIREITO	10h			
JOÃO BOSCO ARAUJO	CCMU	10h			
MICHELY MOREIRA BARROS	CCMU	10h			
KAROLAYNE SIQUEIRA FREIRE	CCMU	10h			
MARIA DE FÁTIMA CAVALCANTE	CCMU	10h			
PEDRO JOSÉ XIMENES FERNANDES	CCMU	10h			
CARLOS CEZAR ARAUJO RODRIGUES	CCMU	10h			
ULISSES COSTA DE VASCONCELOS	CCMU	10h			
LENISE FERNANDES SILVA	CCMU	10h			

Relatório Final - Projeto de atendimento e ressocialização da pessoa reclusa: Uma iniciativa do Conselho da Comunidade Carcerária do município de Ubajara

Membro	Instituição	Horas dedicadas	Categoria	Vínculo ao	Bolsista
OTILIA MONICA ALVES BORGES OLIVEIRA	IFCE	10h			
Francisco Joaquim de Sousa	Presidente do Conselho CCMU	10h			

## Atividades

Atividade:	Resultados Alcançados:
Apresentação do conselho a comunidade de Ubajara	- Parcerias com instituições de ensino inclusive o IFCE; - Parcerias com instituições religiosas; - Parcerias com a gestão municipal;
Dia "D" Prevenção a saúde e a higiene dos apenados.	Promoção da saúde das pessoas reclusas;
Março 2015. Dia "D" Prevenção a saúde e a higiene dos apenados.	Promoção da saúde das pessoas reclusas;
Abril 2015. Dia "D" Prevenção a saúde e a higiene dos apenados.	Promoção da saúde das pessoas reclusas.

Projeto de atendimento e ressocialização da pessoa reclusa: Uma iniciativa do Conselho da Comunidade Carcerária do município de Ubajara

## Dados Básicos

Tipo:	Fase:	Usuário:
Projeto	Validada Pela Pró-Reitoria	Aline Siebra Fonteles Lopes
Palavra Chave 1:	Palavra Chave 2:	Palavra Chave 3:
Direitos humanos e justiça	saúde e ressocialização	trabalho
Campus:		
IFCE Campus Ubajara		
Área de Atuação - Principal:	Área de Atuação - Subárea 1:	Área de Atuação - Subárea 2:
Direitos Humanos e Justiça	Educação	Trabalho
Previsão de Início:	Previsão de Fim:	Carga Horária:
03/02/2015	12/16/2015	500
Número Mínimo de	Número Máximo de	
16	60	

## Dados Especificos

Eixo de Atuação:	Local de	Periodicidade da
		Mensal
Avaliação		
null		

## Servidor

Nome do Corredador:	Matricula:
Aline Fonteles Lopes	2187697
Logradouro:	Número:
Rua Luis Cunha	0

## Projeto de atendimento e ressocialização da pessoa reclusa: Uma iniciativa do Conselho da Comunidade Carcerária do município de Ubajara

Cep:	Bairro:	Cidade:
62350-000	Monte Castelo	UBAJARA
Estado:		
CE		
Telefone:	Celular:	E-Mail:
(88) 3634-9600	(88)9 9941-2771	aline.taeifce@gmail.com
E-Mail Alternativo:	Horas Semanais Dedicadas a	
aline.taeifce@gmail.com		

### Informações

#### Apresentação

O Sistema Penitenciário segundo a Lei de execuções penais ( LEP 7.210/11/1984) tem a obrigação de promover a Assistência social ao apenado disponibilizando saúde, educação, trabalho, alimentação e recreação. No entanto o sistema penitenciário encontra-se precarizado, cadeias superlotadas, infraestrutura inadequada, e direitos humanos básicos não podem ser efetivados, pois fatores internos e externos impedem que a saúde, educação, trabalho e o atendimento psicossocial possam ser promovidos. \nO CCMU apresenta através desse projeto uma possibilidade de mudança do sistema carcerário municipal. E convida ao poder executivo, bem como ao demais atores da sociedade a abraçar a causa da ressocialização da pessoa reclusa.\n

#### Justificativa:

A cadeia pública de Ubajara possui capacidade para atender 16 reeducandos, mas atualmente atende a aproximadamente 60 apenados. Além de atender não somente a demanda de Ubajara, mas também contribuir com demandas das cidades circunvizinhas.\nSabemos que construir cadeias não é a solução, e sim a educação nos primeiros anos de vida do indivíduo, o apoio a família como base da sociedade segundo nossa carta magna, saúde, lazer, alimentação, condições dignas de moradia, bem como um país no qual seus gestores e legisladores ajam com ética e zelo pela pátria. Os elementos elencados acima é que podem fazer do Brasil um país melhor no qual nossos jovens sejam cidadãos e não mais um número nas estatísticas do sistema de informações penitenciárias-INFOPEN.\nSegundo o levantamento nacional de informações penitenciárias-INFOPEN realizado pelo ministério da justiça: há 70% de reincidência criminal, e o crescimento da população carcerária em 23 anos foi de 507% enquanto a população brasileira no mesmo período cresceu 36%. A reincidência criminal no Brasil segundo dados do Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento- PNUD (2013-2014) está no ranking das mais altas taxas da América Latina. Essas informações demonstram que a forma como está estabelecido o sistema penitenciário brasileiro não tem dado bons resultados.\nAssim acreditamos que esse projeto de intervenção contribuirá para mudanças nas estatísticas penitenciárias sobre o Brasil.\n

#### Público Alvo:

Pessoas reclusas na cadeia pública de Ubajara e suas respectivas famílias.

#### Objetivo Geral:

Desenvolver um projeto de intervenção que promova a ressocialização por meio do atendimento aos reeducandos da Cadeia pública municipal através do Conselho da comunidade carcerária do município de Ubajara-Ceará e demais atores sociais.\n

#### Objetivos Específicos:

Wednesday 05

Projeto (1378326) SEI 23255.000721/2020-85 / pg. 5

Página 2 de 5

Projeto de atendimento e ressocialização da pessoa reclusa: Uma iniciativa do Conselho da Comunidade Carcerária do município de Ubajara

Metodologia:

AS INTERVENÇÕES DESSE PROJETO SERÃO REALIZADAS ATRAVÉS DE AÇÕES ELABORADAS PELO CCMU EM PARCERIA COM A GESTÃO MUNICIPAL, INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA, E SOCIEDADE DO MUNICÍPIO DE UBAJARA. O CONSELHO É FORMADO POR UMA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL E O ATENDIMENTO QUE NÃO FOR DISPONIBILIZADO PELO PODER EXECUTIVO, SERÁ REALIZADO PELOS CONSELHEIROS E PARCEIROS MEDIANTE A UM CRONOGRAMA SEMESTRAL QUE FUNCIONARÁ COMO AGENDA DO CONSELHO A SER SEGUIDA RIGOROSAMENTE. \nAS AÇÕES REALIZADAS NA CADEIA PUBLICA DE UBAJARA DEVERÃO SER PUBLICADAS EM EVENTOS CIENTÍFICOS, REVISTAS, JORNAIS, ETC. DIFUNDINDO AS AÇÕES PARA CONHECIMENTO DA SOCIEDADE A CONTRIBUIÇÃO DO CONSELHO COM O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO. \nO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA TECNOLOGIA ATRAVÉS DA SERVIDORA ALINE FONTELES LOPES PARTICIPARÁ DO PROJETO DESENVOLVENDO PALESTRAS SOBRE SAÚDE PREVENTIVA, PREVENÇÃO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS, SOBRE EDUCAÇÃO E TRABALHO; ALÉM DISSO A SERVIDORA REALIZARÁ ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL COM OS REEDUCANDOS DA CADEIA EM PARCERIA COM A EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DO CONSELHO CCMU. O DIRETOR DE ENSINO ULISSES DA COSTA DE VASCONCELOS, PARTICIPARÁ DAS REUNIÕES DO CONSELHO PARA ESTAR ALINHADO COM A PROPOSTA PARA PODER ABRIR CAMINHOS DENTRO DO IFCE PARA QUE A PARCERIA DE FATO ACONTEÇA COM SUCESSO. \nAS REUNIÕES DO CONSELHO SERÃO MENSAIS E AS ATIVIDADES SERÃO SEMANAIS OU MENSAIS DEPENDENDO DAS ATIVIDADES JA PROGRAMADAS NO CALENDÁRIO.

Esta ação está vinculada a algum Edital de Fomento?

Nenhum

Qual?

É vinculado a algum Programa de extensão?

## Equipe Execução

Membro	Instituição	Horas dedicadas	Categoria	Vínculo ao	Bolsista
ALINE FONTELES LOPES	IFCE	10h		Técnico Administrativo	
ANA ALICE FONTELES LOPES	INTA	10h		Pessoa Externa à IES	
DANILO NEVES SOUSA	DENFENSORIA PUBLICA	10h		Professor Colaborador	
CANDICE ARRUDA VASCONCELOS	JUÍZA DE DIREITO	10h		Professor Colaborador	

Projeto de atendimento e ressocialização da pessoa reclusa: Uma iniciativa do Conselho da Comunidade Carcerária do município de Ubajara

Membro	Instituição	Horas dedicadas	Categoria	Vínculo ao	Bolsista
JOÃO BOSCO ARAUJO	CCMU	10h		Professor Colaborador	
MICHELY MOREIRA BARROS	CCMU	10h		Professor Colaborador	
KAROLAYNE SIQUEIRA FREIRE	CCMU	10h		Professor Colaborador	
MARIA DE FÁTIMA CAVALCANTE	CCMU	10h		Professor Colaborador	
PEDRO JOSÉ XIMENES FERNANDES	CCMU	10h		Professor Colaborador	
CARLOS CEZAR ARAUJO RODRIGUES	CCMU	10h		Pessoa Externa à IES	
ULISSES COSTA DE VASCONCELOS	CCMU	10h		Professor Colaborador	
LENISE FERNANDES SILVA	CCMU	10h		Pessoa Externa à IES	
OTILIA MONICA ALVES BORGES OLIVEIRA	IFCE	10h		Professor Colaborador	
Francisco Joaquim de Sousa	Presidente do Conselho CCMU	10h		Pessoa Externa à IES	

## Orçamento

Descrição:	Rubricas:	Valor:
Diárias - Pessoal Civil	3390.14	0.0
Bolsa - Auxílio Financeiro a Estudantes	3390.18	0.0

Projeto de atendimento e ressocialização da pessoa reclusa: Uma iniciativa do Conselho da Comunidade Carcerária do município de Ubajara

---

Descricao:	Rubricas:	Valor:
Bolsa - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	3390.20	0.0
Material de Consumo	3390.30	0.0
Passagens e Despesas com Locomoção	3390.33	0.0
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	3390.36	0.0
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3390.39	0.0
Encargos Patronais	3391.47	0.0
Equipamento e Material Permanente	4490-52	0.0



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Processo SEI nº 23255.000721/2020-85  
Protocolo: 23480000739202013  
Solicitante: Aline Siebra Fonteles Lopes

➤ **Projetos na área solicitada:**

**Título: O PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE PRESIDIÁRIOS EM REGIME FECHADO NA CADEIA PÚBLICA DE IGUATU-CE**

**Ano: 2018**

**Origem: Projeto/Orientação**

**Coordenador: Antonio Nunes Pereira**

**Campus: Iguatu**

Resumo: A abordagem sobre ressocialização de presidiários, que cumprem pena privativa de liberdade em regime fechado, ainda é um processo cuja consolidação é um desafio, considerando, principalmente, os inúmeros problemas presentes no sistema prisional brasileiro. Diante disso, este estudo traz como objetivo analisar as ações e serviços desenvolvidos na Cadeia Pública de Iguatu-CE para o processo de ressocialização de internos em regime fechado. Nesse sentido, a pesquisa foi classificada metodologicamente como pesquisa qualitativa, em relação à abordagem, exploratória, no que diz respeito aos objetivos e bibliográfico e de campo em relação aos procedimentos. A coleta de dados foi constituída por uma amostra de 16 pessoas, sendo três agentes penitenciário e 13 presos em regime fechado, dos quais dez são do sexo masculino e três do sexo feminino. Como resultados, constatou-se o problema da superlotação, infraestrutura inadequada, quantidade de presos contemplados pelo instituto da remição basicamente nulo, uma vez que, com base empírica, contemplando a realidade do que se observou no presidio, o ócio faz parte do cotidiano da grande maioria dos presos. Viu-se, ainda, que há, por parte dos agentes, conforme respostas dadas ao instrumento de coleta de dados aplicado, um olhar sensível à necessidade de políticas mais efetivas de ressocialização. A pesquisa concluiu que é preciso pensar mudanças urgentes, pois, da forma como está o sistema prisional, majoritariamente, tem-se apenas indivíduos em celas, em estruturas precarizadas e insalubres.

AVENIDA JORGE DUMAR, 1703 – JARDIM AMÉRICA  
CEP. 60410-426 - FORTALEZA – CE  
FONE: (85) 3401-2328 - E-mail: prpi@ifce.edu.br, prpi.ifce@g mail.com

Manifestação PRPI (1367195) SEI 23255.000721/2020-85 / pg. 9



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

**Título: UM OLHAR PARA ALÉM DOS MUROS™: uma análise da operacionalização da Medida Socioeducativa de Semiliberdade no município de Iguatu-CE.**

**Ano: 2017**

**Origem: Projeto/Orientação**

**Coordenador: MOIZA SIBERIA SILVA DE MEDEIROS**

**Campus: Iguatu**

Resumo: Este ensaio monográfico discute acerca da operacionalização da Medida Socioeducativa de Semiliberdade no município de Iguatu. A pesquisa teve como objetivo analisar como vem sendo operacionalizada a MSE de Semiliberdade no município de Iguatu. A pesquisa, de caráter qualitativo, utilizou como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, documental e de campo, esta última realizada no Poder Judiciário, Ministério Público e Unidade Regional de Semiliberdade do município, através de entrevistas semiestruturadas, e contou com a participação de oito profissionais que participam diretamente da operacionalização da mesma. Chegou-se aos seguintes resultados: a maioria dos operacionalizadores não possui um conceito coerente e satisfatório sobre as temáticas relacionadas à MSE; o acompanhamento com os adolescentes tem acontecido de forma satisfatória; a falta de uma V ara específica para a área da Infância e Juventude, por vezes dificulta o trabalho; a falta de contato do MP com os educadores se mostrou como negativa; há um mal entendido com os socioeducandos em relação à temporalidade da MSE; falta capacitação inicial e continuada para os profissionais; há dificuldades advindas da relação escola e socioeducandos; a fragilidade nas atividades realizadas com os adolescentes vai contrária ao que se propõe a MSE. Como pontos positivos, o caráter de prioridade dos órgãos Poder judiciário e MP, tem sido um diferencial no município; o trabalho que está sendo realizado com as famílias tem sido relevante; e a relação organizada e sistematizada da equipe da Unidade se mostrou como um diferencial que possibilitou avanços. Diante de todos os resultados expostos, podemos concluir que a MSE necessita de algumas mudanças de relevância maior, e algumas de fáceis resoluções, como já citadas, todas merecem atenção necessária à sua superação, no mais, dentro de suas particularidades a operacionalização da MSE de Semiliberdade no município de Iguatu tem conseguido avançar em aspectos importantes.

AVENIDA JORGE DUMAR, 1703 – JARDIM AMÉRICA  
CEP: 60410-426 - FORTALEZA – CE  
FONE: (85) 3401-2328 - E-mail: prpi@ifce.edu.br, prpi.ifce@gmail.com

Manifestação PRPI (1367195) SEI 23255.000721/2020-85 / pg. 10

## ANEXO F - IFCE: DADOS SOBRE PROJETOS DE PESQUISA E DE EXTENSÃO

### Dados do Pedido

Protocolo	23480000739202013
Solicitante	Aline Siebra Fonteles Lopes
Data de Abertura	08/01/2020 11:05
Orgão Superior Destinatário	MEC – Ministério da Educação
Orgão Vinculado Destinatário	IFCE – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Prazo de Atendimento	07/02/2020
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Concedido (Resposta solicitada inserida no e-SIC)
Forma de Recebimento da Resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	DADOS SOBRE PROJETOS DE PESQUISA E DE EXTENSÃO VOLTADOS PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE
Detalhamento	Estou concluindo mestrado pelo programa POLEDUC-UFC preciso de uma relação de projetos de pesquisa ou de extesão voltados para pessoas que estão encarceradas. Referencia: periodo de 2009 a 2019.

### Dados da Resposta

Data de Resposta	05/02/2020 12:11
Tipo de Resposta	Acesso Concedido
Classificação do Tipo de Resposta	Resposta solicitada inserida no e-SIC
Resposta	Olá, Aline!  Em atenção à manifestação, enviamos, anexa, resposta dos órgãos técnicos.
Responsável pela Resposta	Assistência da Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e da Extensão
Destinatário do Recurso de Primeira Instância:	Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação e de Extensão
Prazo Limite para Recurso	17/02/2020

### Classificação do Pedido

Categoria do Pedido	Educação
Subcategoria do Pedido	Educação profissional e tecnológica
Número de Perguntas	1

### Histórico do Pedido

Data do evento	Descrição do evento	Responsável
08/01/2020 11:05	Pedido Registrado para para o Órgão IFCE – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	SOLICITANTE
28/01/2020 15:15	Pedido Prorrogado	MEC – Ministério da Educação/IFCE – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
05/02/2020 12:11	Pedido Respondido	MEC – Ministério da Educação/IFCE – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

## ANEXO G - UFC: DADOS SOBRE PROJETOS DE PESQUISA E DE EXTENSÃO

### Dados do Pedido

Protocolo	23480000740202048
Solicitante	Aline Siebra Fonteles Lopes
Data de Abertura	08/01/2020 11:10
Orgão Superior Destinatário	MEC – Ministério da Educação
Orgão Vinculado Destinatário	UFC – Universidade Federal do Ceará
Prazo de Atendimento	28/01/2020
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Concedido (Resposta solicitada inserida no e-SIC)
Forma de Recebimento da Resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	DADOS SOBRE PROJETOS DE PESQUISA E DE EXTENSÃO VOLTADOS PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE
Detalhamento	Estou concluindo o mestrado pelo programa de mestrado POLEDUC- UFC. Preciso das seguintes informações: Relacao dos projetos de pesquisa e projeto de extensao voltados para pessoas encarceradas. Dependo dessa informação para finalizar meus resultados que contribuíram muito com a politica publica de ensino superior.

### Dados da Resposta

Data de Resposta	10/01/2020 16:45
Tipo de Resposta	Acesso Concedido
Classificação do Tipo de Resposta	Resposta solicitada inserida no e-SIC
Resposta	<p>Prezada Aline,</p> <p>Segue em anexo resposta obtida junto ao setor competente.</p> <p>Ressaltamos que ficamos à disposição para sanar eventuais dúvidas.</p> <p>Solicitamos que preencha a pesquisa de satisfação para que possamos melhorar o atendimento continuamente.</p> <p>Atenciosamente,</p> <p>SIC-UFC</p>
Responsável pela Resposta	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Destinatário do Recurso de Primeira Instância:	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Prazo Limite para Recurso	22/01/2020

### Classificação do Pedido

Categoria do Pedido	Ciência, Informação e Comunicação
Subcategoria do Pedido	Informação - Gestão, preservação e acesso
Número de Perguntas	2

### Histórico do Pedido

Data do evento	Descrição do evento	Responsável
08/01/2020 11:10	Pedido Registrado para para o Órgão UFC – Universidade Federal do Ceará	SOLICITANTE
10/01/2020 16:45	Pedido Respondido	MEC – Ministério da Educação/UFC – Universidade Federal do Ceará

## ANEXO H - UFC: DADOS SOBRE INGRESSO DE ESTUDANTES PRIVADOS DE LIBERDADE

### Dados do Pedido

Protocolo	23480000448202025
Solicitante	Aline Siebra Fonteles Lopes
Data de Abertura	06/01/2020 11:33
Orgão Superior Destinatário	MEC – Ministério da Educação
Orgão Vinculado Destinatário	UFC – Universidade Federal do Ceará
Prazo de Atendimento	27/01/2020
Situação	Respondido
Status da Situação	Informação Inexistente
Forma de Recebimento da Resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	DADOS SOBRE INGRESSO DE ESTUDANTES PRIVADOS DE LIBERDADE
Detalhamento	Prezados, estou finalizando os resultados da minha pesquisa de dissertação pelo programa de Mestrado da UFC POLEDUC. Necessito de dados sobre ingresso de estudantes privados de liberdade que ingressaram por meio do ENEM ou ENEM PPL de 2009 a 2019.

### Dados da Resposta

Data de Resposta	23/01/2020 13:52
Tipo de Resposta	Informação Inexistente
Classificação do Tipo de Resposta	

#### Resposta

Prezada Aline,

Solicitamos, por gentileza, que preencha a pesquisa de satisfação para que possamos melhorar o atendimento continuamente.

Segue anexa a resposta obtida junto à Pró-Reitoria de Graduação.

Agradecemos o seu contato e lamentamos pela inexistência da informação. Ressaltamos, ainda, que ficamos à disposição para sanar eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

SIC-UFC

Responsável pela Resposta	Pró-Reitoria de Graduação
Destinatário do Recurso de Primeira Instância:	Pró-Reitoria de Graduação
Prazo Limite para Recurso	03/02/2020

### Classificação do Pedido

Categoria do Pedido	Ciência, Informação e Comunicação
Subcategoria do Pedido	Informação - Gestão, preservação e acesso

Número de Perguntas	1
---------------------	---

## ANEXO I - INEP: DADOS SOBRE INGRESSO DE ESTUDANTES PRIVADOS DE LIBERDADE

### Dados do Pedido

Protocolo	23480000455202027
Solicitante	Aline Siebra Fonteles Lopes
Data de Abertura	06/01/2020 12:18
Orgão Superior Destinatário	MEC – Ministério da Educação
Orgão Vinculado Destinatário	INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Prazo de Atendimento	27/01/2020
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Concedido (Resposta solicitada inserida no e-SIC)
Forma de Recebimento da Resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	DADOS SOBRE INGRESSO DE ESTUDANTES PRIVADOS DE LIBERDADE
Detalhamento	Prezados, estou finalizando minha dissertação e preciso de dados específicos sobre estudantes privados de liberdade que estão cursando o ensino superior através do ENEM ou ENEM PPL nas seguintes instituições: UFC, IFCE E UNILAB no Ceará. Preciso do quantitativo de quantos já se matricularam e ate mesmo concluíram os cursos desde 2009 a 2019. Aguardo

### Dados da Resposta

Data de Resposta	09/01/2020 15:35
Tipo de Resposta	Acesso Concedido
Classificação do Tipo de Resposta	Resposta solicitada inserida no e-SIC

## ANEXO J - IFCE: DADOS SOBRE INGRESSO DE ESTUDANTES PRIVADOS DE LIBERDADE

### Dados do Pedido

Protocolo	23480000450202002
Solicitante	Aline Siebra Fonteles Lopes
Data de Abertura	06/01/2020 11:40
Órgão Superior Destinatário	MEC – Ministério da Educação
Órgão Vinculado Destinatário	IFCE – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Prazo de Atendimento	06/02/2020
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Concedido (Resposta solicitada inserida no e-SIC)
Forma de Recebimento da Resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	DADOS SOBRE INGRESSO DE ESTUDANTES PRIVADOS DE LIBERDADE
Detalhamento	Prezados, estou finalizando minha pesquisa de mestrado pelo programa POLEDUC-UFC e necessito de dados sobre o ingresso de estudantes privados de liberdade que ingressaram pelo ENEM ou ENEM PPL desde 2009 a 2019. Agradeço a colaboração de vossa instituição.

### Dados da Resposta

Data de Resposta	31/01/2020 11:49
Tipo de Resposta	Acesso Concedido
Classificação do Tipo de Resposta	Resposta solicitada inserida no e-SIC
Resposta	<p>Olá, bom dia!</p> <p>Em atenção à solicitação de acesso à informação, o Departamento de Ensino Superior, da Pró-reitoria de Ensino, emitiu os seguintes esclarecimentos:</p> <p>"Informa-se que a documentação exigida pelos candidatos nos editais do Sisu/IFCE, constante no Item Documentação para Pré-matrícula, não há a solicitação de nenhum documento que especifique a origem dos candidatos com relação ao tipo de Enem que eles fizeram. Assim, acredita-se que apenas as unidades prisionais e socioeducativas que tenham participado do ENEM PPL devem ter conhecimento de quantos candidatos foram aprovados e onde estão matriculados, tendo em vista que só podem sair de sua unidade com autorização judicial, documento este que não é exigido nos editais do IFCE. Dessa forma, não há como saber se o candidato matriculado no IFCE é pessoa privada de liberdade".</p> <p>Atenciosamente,</p>
Responsável pela Resposta	Departamento de Ensino Superior
Destinatário do Recurso de Primeira Instância:	Pró-reitor de Ensino
Prazo Limite para Recurso	12/02/2020

### Classificação do Pedido

Categoria do Pedido	Educação
Subcategoria do Pedido	Educação profissional e tecnológica
Número de Perguntas	1

### Histórico do Pedido

Data do evento	Descrição do evento	Responsável
06/01/2020 11:40	Pedido Registrado para para o Órgão IFCE – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	SOLICITANTE

## ANEXO K - RESPOSTA DA UFC VIA E-SIC - DESPACHO NÚMERO 4



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
REITORIA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

DESPACHO Nº 4/2020/PRPPG/REITORIA-UFC

Fortaleza, 9 de janeiro de 2020

Interessado: **OUIDORIA GERAL**

Assunto: **Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão  
(e-SIC)**

Prezado(a),

Disponibilizamos, no documento em anexo - 1206395, a planilha contendo todos os projetos **PIBIC**, **PIBITI** e **PIBIC-EM** vigentes no período: **agosto/2019-julho/2020**, em que englobam: 1.001 bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC): 601- CNPq, 200 - Funcap e 200 - UFC, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI): 32 - CNPq e do Programa Institucional de Bolsas de iniciação Científica - Ensino Médio (PIBIC-EM): 10 - CNPq.

Sugerimos que o interessado efetue a consulta, a partir dos títulos dos projetos, e averigue quais aqueles que se encontram associados ao assunto demandado.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **ELIAS ANDRADE DE FREITAS**, **Secretário Administrativo**, em 09/01/2020, às 09:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

PRPPG: Despacho 4 (1206358) SEI 23067.000779/2020-46 / pg. 1



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufc.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufc.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1206358** e o código CRC **AA8B10EE**.

Referência: Processo nº 23067.000779/2020-46

SEI nº 1206358

Av. Humberto Monte, s/n - Campus do Pici - Bloco 848 - CEP 60440-900 - Fortaleza/CE  
Fone: (85) 3366-9943 / 3366-9942 - e-mail: prposufc@ufc.br - site: [www.prppg.ufc.br](http://www.prppg.ufc.br)

## UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA

### DESPACHO

Processo nº 23067.000779/2020-46

Interessado: PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO,  
OUVIDORIA GERAL

Considerando a solicitação exposta no Processo nº 23067.000779/2020-46, temos a informar que não dispomos, ainda, dos dados relacionados ao ano vigente, visto que estamos em Processo de Cadastramento e Recadastramento das ações de Extensão, a serem executadas em 2020. Entretanto, em nossa página <https://prex.ufc.br/acoes/>, é possível ter acesso as informações pontuadas, pelo Pesquisador, além de outros dados possíveis de exibição, para acesso da Sociedade.

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por **MARGARIDA MARIA DE SOUZA, Secretário**, em 09/01/2020, às 09:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufc.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufc.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1206240** e o código CRC **A54E3323**.

Referência: Processo nº 23067.000779/2020-46

SEI nº 1206240

## ANEXO L - RESPOSTA DA UNILAB VIA OUVIDORIA

09/01/2020

SEI/UNILAB - 0087352 - Despacho

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

DESPACHO

Processo nº 23282.400238/2020-70

Interessado: OUVIDORIA

Prezado,

A Unilab não conta com base de dados que apresente essa informação. Consultamos setores como o de seleção (COEGS) e o de Assistência Social (PROPAE) e obtivemos a mesma informação.

Cordialmente.



Documento assinado eletronicamente por **RENATA AGUIAR NUNES, DIRETOR(A) DE REGISTRO E CONTROLE ACADÊMICO**, em 07/01/2020, às 15:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0087352** e o código CRC **D0A281E0**.

Referência: Processo nº 23282.400238/2020-70

SEI nº 0087352

## ANEXO M - RESPOSTA DA UNILAB - DESPACHOS 0088395 E 0088648

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

### DESPACHO

Processo nº 23282.400401/2020-02

Interessado: OUVIDORIA, PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

#### À PROPPG e Ouvidoria,

Em resposta aos despachos 0088395 e 0088648 da Ouvidoria e PROPPG, respectivamente, em que foi solicitada a relação dos projetos de pesquisa voltados para pessoas encarceradas, a mesma segue abaixo:

Palavra-chave: Prisional

Edital: PROPPG 03/2017 PIBIC UNILAB/CNPq

Coordenador: Emília Soares Chaves Rouberte

Instituto de Ciências da Saúde

Título: ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À SAÚDE MATERNO-INFANTIL EM UNIDADE PRISIONAL

Período de execução: 01/08/2017 a 31/07/2018

Edital: PROPPG 04/2016 PIBIC/CNPq/UNILAB

Coordenador: Luma Nogueira de Andrade

Instituto de Humanidades

Título: Pessoas trans no sistema prisional do Estado do Ceará

Período de execução: 01/09/2016 a 31/08/2017

Palavra-chave: Prisão

Edital: PROPPG 03/2018 PIBIC UNILAB/CNPq

Coordenador: Francisco Thiago Rocha Vasconcelos

Instituto de Humanidades

Título: O uso da prisão provisória no Maciço de Baturité/CE

Período de execução: 01/09/2018 a 31/08/2019

Palavra-chave: Segurança Pública

Edital: PROPPG 02/2018 CAPP

Coordenador: Francisco Thiago Rocha Vasconcelos

Instituto de Humanidades

Título: Direitos Humanos, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça: um mapeamento da produção acadêmica sobre África Lusófona

Período de execução: 05/01/2019 a 05/01/2021

Edital: PROPPG 03/2017 PIBIC UNILAB/CNPq

Coordenador: Antonio Roberto Xavier

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Título: A (IN) SEGURANÇA PÚBLICA NOS CAMPI UNIVERSITÁRIOS DA UNILAB:

## DIAGNÓSTICO E PROPOSTAS PRELIMINARES

Período de execução: 01/09/2017 a 31/08/2018

Edital: PROPPG 03/2017 PIBIC UNILAB/CNPq

Coordenador: Francisco Thiago Rocha Vasconcelos  
Instituto de Humanidades

Título: Segurança Pública no Maciço do Baturité: insegurança, vitimização e o papel das prefeituras em Acarape e Redenção

Período de execução: 01/09/2017 a 31/08/2018

Edital: PROPPG 03/2018 PIBIC UNILAB/CNPq

Coordenador: Antonio Roberto Xavier  
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Título: Segurança Pública no campi da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira: percepções, desafios e perspectivas

Período de execução: 01/08/2018 a 31/07/2019

Edital: PROPPG 04/2016 PIBIC/CNPq/UNILAB

Coordenador: Francisco Thiago Rocha Vasconcelos  
Instituto de Humanidades

Título: DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO MACIÇO DO BATURITÉ:  
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E TRABALHO POLICIAL EM ACARAPE E  
REDENÇÃO

Período de execução: 01/09/2016 a 31/08/2017

Obs: É importante mencionar que todos os Projetos de Pesquisa executados e em execução na Unilab estão disponíveis para consulta no nosso site através do seguinte link <http://proppg.unilab.edu.br/index.php/projetos-de-pesquisa/>.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA JALES DE HOLLANDA CELESTINO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 10/01/2020, às 10:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0088960** e o código CRC **4C672DFE**.

## ANEXO N - RESPOSTA DA UNILAB SOBRE PROJETOS LIGADOS À SEGURANÇA PÚBLICA

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

DESPACHO

Processo nº 23282.400401/2020-02

Interessado: OUVIDORIA

À Ouvidoria da Unilab,

Em atendimento ao processo 23282.400401/2020-02, a Pró-Reitoria de Extensão, Arte e Cultura – Proex, encaminha relação de projetos ligados a segurança pública, cadastrados nesta unidade, abaixo:

**Palavra-chave:** Prisional

**Edital:** Edital PROEX 04/2017 – PIBEAC 2018

**Coordenador (a):** EMILIA SOARES CHAVES ROUBERTE

Instituto de Ciências da Saúde – ICS

**Título:** Promoção à Saúde com gestantes e mães: uma estratégia para melhoria do cuidado à criança

Período: 02/01/2018 a 31/12/2018

**Resumo:** O Sistema Único de Saúde apresenta como uma de suas diretrizes o atendimento integral. Dentre os diversos ambientes para realizar atendimento em saúde encontra-se o ambiente prisional, que apresenta diversas limitações quanto a assistência e apresenta-se como um ambiente pouco priorizado nas questões de saúde, apesar de todas as determinações do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penal e legislações específicas. Além disso, a população carcerária feminina apresenta demandas diferenciadas em relação à saúde. Desta forma, o objetivo desta ação é implementar ações de cuidado para gestantes e mães em uma penitenciária feminina. A ação será realizada em um Instituto Penal Feminino, única penitenciária feminina do estado do Ceará, localizada no município de Aquiraz, região metropolitana de Fortaleza. Serão incluídas gestantes a partir do terceiro trimestre e mães que estejam com seus filhos no berçário ou na creche. Tem-se a pretensão de formar grupo de 20 mulheres para desenvolvimento da ação. Serão realizados oito encontros com a finalidade de promover educação em saúde para o cuidado com os filhos.

**Palavra-chave:** Segurança Pública

**Edital:** Edital PROEX 04/2018 – PIBEAC 2019

**Coordenador (a):** Francisco Thiago Rocha Vasconcelos

Instituto de Humanidades - IH

**Título:** Processos participativos em direitos humanos, segurança pública e acesso à justiça (Fase 2): estratégias municipais de prevenção à violência.

Período: 02/01/2019 a 31/12/2019

**Resumo:** O presente projeto é um desdobramento de um programa mais amplo, iniciado em 2018, e que tem como objetivo incentivar processos participativos de construção institucional no campo dos direitos humanos, da segurança pública e do acesso à justiça, no sentido de fortalecer capacidades estatais e a mobilização social. A meta de longo prazo é favorecer a construção de ações no sentido de um Consórcio Intermunicipal de Políticas de Prevenção às Violências e um Pacto Regional de Redução dos Homicídios no Maciço do Baturité.

Atenciosamente,

Edmara Chaves Costa  
Pró-Reitora de Extensão, Arte e Cultura em exercício



Documento assinado eletronicamente por EDMARA CHAVES COSTA, PRÓ-REITOR(A) DE EXTENSÃO, ARTE E CULTURA, SUBSTITUTO(A), em 14/01/2020, às 12:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0089893** e o código CRC **DD0E576B**.

Referência: Processo nº 23282.400401/2020-02

SEI nº 0089893

## ANEXO 0 - RESPOSTA DA SEJUS

Solicitação 5345439

Nova solicitação identificada

### Informações da solicitação

#### Descrição da solicitação

##### Descrição

Prezados, sou Aline Siebra Fonteles Lopes, estou finalizando minha dissertação de mestrado pelo programa de Políticas Públicas e gestão do Ensino Superior pela UFC. A minha temática é sobre o sistema penitenciário. Preciso dos seguintes dados e informações: Quantas pessoas privadas de liberdade desde 2010 até 2019 acessaram o Ensino Superior, quantas concluíram o ensino superior durante a prisão, qual modalidade de ensino ( presencial ou a distância) quais instituições de ensino superior receberam sua matrícula. Preciso dos dados de 2009 a 2019

##### Forma de resposta

E-mail

##### Situação

Finalizado

##### Visível para todos cidadãos

Não

#### Anexos



declaracao\_409333.pdf

[Remover](#)

## Resposta(s)

### Descrição

Prezados, sou Aline Siebra Fonteles Lopes, estou finalizando minha dissertação de mestrado pelo programa de Políticas Públicas e gestão do Ensino Superior pela UFC. A minha temática é sobre o sistema penitenciário. Preciso dos seguintes dados e informações: Quantas pessoas privadas de liberdade desde 2010 ate 2019 acessaram o Ensino Superior, quantas concluíram o ensino superior durante a prisão, qual modalidade de ensino ( presencial ou a distância) quais instituições de ensino superior receberam sua matricula. Preciso dos dados de 2009 a 2019

### Nome completo

ALINE SIEBRA FONTELES LOPES

### Forma de resposta

E-mail

### Criado em

Em 10/01/2020 às 19:39

Você recebeu 1 de 1 resposta(s)

Resposta final enviada pelo comitê setorial SIC SAP

*Em 29/01/2020 às 15:40 Resposta à solicitação*

*Resposta enviada ao cidadão*

Prezada Senhora Aline,

Em atenção a sua manifestação informamos que após diligências junto ao setor competente obtivemos os esclarecimentos que passamos a expor:

**Quantas pessoas privadas de liberdade desde 2010 ate 2019 acessaram o Ensino Superior:**

Acesso ao ensino superior através do SISU e PROUNI:

SISU: 2010(NENHUM), 2011(2), 2012(2), 2013(2), 2014(1), 2015(1), 2016(11), 2017(4), 2018(8) e 2019(7)

PROUNI: 2010,2011,2012,2013(NENHUM), 2014(5),2015(5), 2016(18), 2017(12),2018(5) e 2019(54)

Destacamos que a Secretaria da Administração Penitenciária - SAP garante desde 2010, ano do primeiro edital, o acesso dos internos das unidades prisionais do estado do Ceará no Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privadas de Liberdade- ENEM PPL. Outrossim, inscrevemos os participantes do ENEM PPL nos programas de seleção do Ensino Superior do Governo Federal (Sistema de Seleção Unificado-SISU e Programa Universidade para Todos- PROUNI). O acesso ao ensino superior é autorizado pelo judiciário que via de regra autoriza apenas internos que estejam no regime semiaberto e recebem benefício de prisão domiciliar com estudo externo. Desde já elucidamos que não temos em nosso banco de dados informações sobre o quantitativo do total de presos que obteve autorização judicial para cursar ensino superior, devido a muitos obterem autorização posterior a privação de liberdade.

**Quantas pessoas concluíram o ensino superior durante a prisão:** Durante a privação de liberdade nenhum interno concluiu ensino superior. É fundamental esclarecer que esta Secretaria tem como objetivo garantir o acesso tanto ao exame como aos programas federais de seleção ao ensino superior, sendo de competência do Poder Judiciário autorizar o acesso.

**Quais as modalidades de ensino:** Presencial e a distância. Destacamos que em 2013 à antiga Secretaria da Justiça e Cidadania firmou convênio com a Faculdade Católica de Fortaleza oportunizando 15 vagas no curso presencial de filosofia, onde 05 internas concluíram com sucesso no regime semiaberto. Atualmente, a Secretaria da Administração Penitenciária - SAP conta com 05 internos cursando o ensino superior a distância.

**Quais instituições de ensino superior :** Tivemos aprovações nas seguintes instituições de ensino: Universidade Federal do Ceará- UFC, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFCE vagas obtidas através do SISU. No Prouni, UNIFANNOR, UNIP, UNINTER, FAEL, UNIFA7, UNIASSELVI, UNISA, UNINABUCO, IFMS, Universidade UNHANGUERA, Universidade Paulista, Universidade Salvador, Faculdade Padre Cícero e Estácio de Sá.

Oportunamente para qualquer esclarecimento adicional entrar em contato através do telefone 3101.2861.

Atenciosamente,

Comitê Setorial de Acesso à Informação da SAP.

[SAP - Operador Setorial Ouvidor] DEBORA GONÇALVES

### Comentários do cidadão

Nenhum comentário

### Histórico de atendimento

Solicitação de informação confirmada

Em 10/01/2020 às 19:39

Solicitação 5345439 adicionou um anexo

Em 10/01/2020 às 19:39

[declaracao\\_409333.pdf](#)

Solicitação 5345439 compartilhou a solicitação de informação com o comitê setorial SAP

Em 10/01/2020 às 19:39

Resposta final enviada pelo comitê setorial SIC SAP

[SAP - Operador Setorial Ouvidor] DEBORA GONÇALVES

Em 29/01/2020 às 15:40

## DECLARAÇÃO DE REVISÃO DO VERNÁCULO

Declara-se, para constituir prova junto à Coleção Práticas Educativas, vinculada à Editora da Universidade Estadual do Ceará (EdUECE), que, por intermédio do profissional infra-assinado<sup>1</sup>, foi procedida a correção gramatical e estilística do livro intitulado **Ações de ensino, pesquisa e extensão direcionadas a pessoas privadas de liberdade em instituições federais de educação superior**, razão por que se firma a presente declaração, a fim de que surta os efeitos legais, nos termos do novo Acordo Ortográfico Lusófono, vigente desde 1º de janeiro de 2009.

Fortaleza-CE, 30 de agosto de 2024.

*Felipe Aragão de Freitas Carneiro*

---

Felipe Aragão de Freitas Carneiro



## DECLARAÇÃO DE NORMALIZAÇÃO TÉCNICA

Declara-se, para constituir prova junto à Coleção Práticas Educativas, vinculada à Editora da Universidade Estadual do Ceará (EdUECE), que, por intermédio do profissional infra-assinado, foi procedida a normalização técnica do livro intitulado **Ações de ensino, pesquisa e extensão direcionadas a pessoas privadas de liberdade em instituições federais de educação superior**, razão por que se firma a presente declaração, a fim de que surta os efeitos legais, nos termos das normas vigentes decretadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Fortaleza-CE, 30 de agosto de 2024.

*Felipe Aragão de Freitas Carneiro*

---

Felipe Aragão de Freitas Carneiro

---

<sup>1</sup> Número do registro: 89.931.

## COLEÇÃO PRÁTICAS EDUCATIVAS

01. FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Assistência à criança e ao adolescente infrator no Brasil*: breve contextualização histórica. Fortaleza: EdUECE, 2014. 105 p. ISBN: 978-85-7826-199-3.
02. VASCONCELOS, José Gerardo. *O contexto autoritário no pós-1964*: novos e velhos atores na luta pela anistia. Fortaleza: EdUECE, 2014. 63 p. ISBN: 978-85-7826-211-2.
03. SANTANA, José Rogério; FIALHO, Lia Machado Fiuza; BRANDENBURG, Cristine; SANTOS JÚNIOR, Francisco Fleury Uchôa (org.). *Educação e saúde*: um olhar interdisciplinar. Fortaleza: EdUECE, 2014. 212 p. ISBN: 978-85-7826-225-9.
04. SANTANA, José Rogério; VASCONCELOS, José Gerardo; FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula (org.). *Golpe de 1964*: história, geopolítica e educação. Fortaleza: EdUECE, 2014. 342 p. ISBN: 978-85-7826-224-2.
05. SILVA, Sammia Castro; VASCONCELOS, José Gerardo; FIALHO, Lia Machado Fiuza (org.). *Capoeira no Ceará*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 156 p. ISBN: 978-85-7826-218-1.
06. ADAD, Shara Jane Holanda Costa; PETIT, Sandra Haydée; SANTOS, Iraci dos; GAUTHIER, Jacques (org.). *Tudo que não inventamos é falso*: dispositivos artísticos para pesquisar, ensinar e aprender com a sociopoética. Fortaleza: EdUECE, 2014. 488 p. ISBN: 978-85-7826-219-8.
07. PAULO, Adriano Ferreira de; MIRANDA, Augusto Ridson de Araújo; MARQUES, Janote Pires; LIMA, Jeimes Mazza Correia; VIEIRA, Luiz Maciel Mourão (org.). *Ensino de História na educação básica*: reflexões, fontes e linguagens. Fortaleza: EdUECE, 2014. 381 p.
08. SANTOS, Jean Mac Cole Tavares; PAZ, Sandra Regina (org.). *Políticas, currículos, aprendizagem e saberes*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 381 p. ISBN: 978-85-7826-245-7.
09. VASCONCELOS, José Gerardo; SANTANA, José Rogério; FIALHO, Lia Machado Fiuza (org.). *História e práticas culturais na educação*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 229 p. ISBN: 978-85-7826-246-4.
10. FIALHO, Lia Machado Fiuza; CASTRO, Edilson Silva; SILVA JÚNIOR, Roberto da (org.). *Teologia, História e Educação na contemporaneidade*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 160 p. ISBN: 978-85-7826-237-2.
11. FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS, José Gerardo; SANTANA, José Rogério (org.). *Biografia de mulheres*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 163 p. ISBN: 978-85-7826-248-8.
12. MIRANDA, José da Cruz Bispo de; SILVA, Robson Carlos da (org.). *Entre o derreter e o enferrujar*: os desafios da educação e da formação profissional. Fortaleza: EdUECE, 2014. 401 p. ISBN: 978-85-7826-259-4.
13. SILVA, Robson Carlos da; MIRANDA, José da Cruz Bispo de (org.). *Cultura, sociedade e educação brasileira*: teceduras e interfaces possíveis. Fortaleza: EdUECE, 2014. 324 p. ISBN: 978-85-7826-260-0.
14. PETIT, Sandra Haydée. *Pretagogia*: pertencimento, corpo-dança afrodescendente e tradição oral africana na formação de professoras e professores – contribuições do legado africano para a implementação da Lei nº 10.639/03. Fortaleza: EdUECE, 2015. 253 p. ISBN: 978-85-7826-258-7.
15. SALES, José Albio Moreira de; SILVA, Bruno Miguel dos Santos Mendes da (org.). *Arte, tecnologia e poéticas contemporâneas*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 421 p. ISBN: 978-85-7826-262-4.

16. LEITE, Raimundo Hélio (org.). *Avaliação: um caminho para o descortinar de novos conhecimentos*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 345 p. ISBN: 978-85-7826-261-7.
17. CASTRO FILHO, José Aires de; SILVA, Maria Auricélia da; MAIA, Dennys Leite (org.). *Lições do projeto um computador por aluno: estudos e pesquisas no contexto da escola pública*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 330 p. ISBN: 978-85-7826-266-2.
18. CARVALHO, Maria Vilani Cosme de; MATOS, Kelma Socorro Lopes de (org.). *Psicologia da educação: teorias do desenvolvimento e da aprendizagem em discussão*. 3. ed. Fortaleza: EdUECE, 2015. 269 p.
19. FIALHO, Lia Machado Fiuza; CACAU, Josabete Bezerra (org.). *Juventudes e políticas públicas*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 247 p. ISBN: 978-85-7826-298-3.
20. LIMA, Maria Socorro Lucena; CAVALCANTE, Maria Marina Dias; SALES, José Albio Moreira de; FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). *Didática e prática de ensino na relação com a escola*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 245 p. ISBN: 978-85-7826-296-9.
21. FARIAS, Isabel Maria Sabino de; LIMA, Maria Socorro Lucena; CAVALCANTE, Maria Marina Dias; SALES, José Albio Moreira de (org.). *Didática e prática de ensino na relação com a formação de professores*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 145 p. ISBN: 978-85-7826-293-8.
22. SALES, José Albio Moreira de; FARIAS, Isabel Maria Sabino de; LIMA, Maria Socorro Lucena; CAVALCANTE, Maria Marina Dias (org.). *Didática e prática de ensino na relação com a sociedade*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 213 p. ISBN: 978-85-7826-294-5.
23. CAVALCANTE, Maria Marina Dias; SALES, José Albio Moreira de; FARIAS, Isabel Maria Sabino de; LIMA, Maria Socorro Lucena (org.). *Didática e prática de ensino: diálogos sobre a escola, a formação de professores e a sociedade*. EdUECE, 2015. 257 p. ISBN: 978-85-7826-295-2.
24. VASCONCELOS, José Gerardo; RODRIGUES, Rui Martinho; ALBUQUERQUE, José Cândido Lustosa Bittencourt de (org.). *Contratualismo, política e educação*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 73 p. ISBN: 978-85-7826-297-6.
25. XÁVIER, Antônio Roberto; TAVARES, Rosalina Semedo de Andrade; FIALHO, Lia Machado Fiuza (org.). *Administração pública: desafios contemporâneos*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 181 p.
26. FIALHO, Lia Machado Fiuza; CASTRO, Edilson Silva; CASTRO, Jéssyca Lages de Carvalho (org.). *(Auto)Biografias e formação docente*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 229 p. ISBN: 978-85-7826-271-6.
27. FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS, José Gerardo; SANTANA, José Rogério; VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula; MARTINHO RODRIGUES, Rui (org.). *História, literatura e educação*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 299 p. ISBN: 978-85-7826-273-0.
28. MAGALHÃES JUNIOR, Antonio Germano; ARAÚJO, Fátima Maria Leitão (org.). *Ensino & linguagens da História*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 371 p. ISBN: 978-85-7826-274-7.
29. NUNES, Maria Lúcia da Silva; MACHADO, Charliton José dos Santos; VASCONCELOS, Larissa Meira de (org.). *Diálogos sobre Gênero, Cultura e História*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 175 p. ISBN: 978-85-7826-213-6.
30. MATOS, Kelma Socorro Lopes de (org.). *Cultura de paz, educação e espiritualidade II*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 471 p. ISBN: 978-85-8126-094-5.
31. MARINHO, Maria Assunção de Lima; ARAÚJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra (org.). *Economia, políticas sociais e educação: tecendo diálogos*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 194 p. ISBN: 978-85-7826-317-1.

32. FIALHO, Lia Machado Fiuza; MACIEL, Francisco Cristiano Góes (org.). *Polifonia em juventudes*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 234 p. ISBN: 978-85-7826-299-0.
33. SANTANA, José Rogério; BRANDENBURG, Cristine; MOTA, Bruna Germana Nunes; FREITAS, Munique de Souza; RIBEIRO, Júlio Wilson (org.). *Educação e métodos digitais: uma abordagem em ensino contemporâneo em pesquisa*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 214 p. ISBN: 978-85-7826-318-8.
34. OLINDA, Ercília Maria Braga de; SILVA, Adriana Maria Simião da (org.). *Vidas em romaria*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 438 p. ISBN: 978-85-7826-380-5.
35. SILVA JÚNIOR, Roberto da (org.). *Educação brasileira e suas interfaces*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 158 p. ISBN: 978-85-7826-379-9.
36. MALOMALO, Bas'Illele; RAMOS, Jeannette Filomeno Pouchain (org.). *Cá e acolá: pesquisa e prática no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 238 p.
37. FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Assistência à criança e ao adolescente "infrator" no Brasil: breve contextualização histórica*. 2. ed. Fortaleza: EdUECE, 2016. 112 p. ISBN: 978-85-7826-337-9.
38. MARQUES, Janote Pires; FONSECA, Emanuelle Oliveira da; VASCONCELOS, Karla Colares (org.). *Formação de professores: pesquisas, experiências e reflexões*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 194 p. ISBN: 978-85-7826-407-9.
39. SILVA, Henrique Barbosa; RIBEIRO, Ana Paula de Medeiros; CARVALHO, Alanna Oliveira Pereira (org.). *A democratização da gestão educacional: criação e fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação no Ceará*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 144 p. ISBN: 978-85-7826-367-6.
40. SILVA, Lucas Melgaço da; CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima; OLIVEIRA, Roberta Lúcia Santos de (org.). *Estudos em educação: formação, gestão e prática docente*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 425 p. ISBN: 978-85-7826-433-8.
41. SILVA JÚNIOR, Roberto da; SILVA, Dogival Alencar da (org.). *História, políticas públicas e educação*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 183 p. ISBN: 978-85-7826-435-2.
42. VASCONCELOS, José Gerardo; ARAÚJO, Marta Maria de (org.). *Narrativas de mulheres educadoras militantes no contexto autoritário brasileiro (1964-1979)*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 104 p. ISBN: 978-85-7826-436-9.
43. MATOS, Kelma Socorro Lopes de (org.). *Cultura de paz, educação e espiritualidade III*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 456 p. ISBN: 978-85-7826-437-6.
44. PORTO, José Hélcio Alves. *Escritos: do hoje & sempre poesias para todos momentos*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 124 p. ISBN: 978-85-7826-438-3.
45. FIALHO, Lia Machado Fiuza; LOPES, Tania Maria Rodrigues; BRANDENBURG, Cristine (org.). *Educação, memórias e narrativas*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 179 p. ISBN: 978-85-7826-452-9.
46. FIALHO, Lia Machado Fiuza; TELES, Mary Anne (org.). *Juventudes em debate*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 355 p. ISBN: 978-85-7826-453-6.
47. ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos; CAVAIGNAC, Mônica Duarte (org.). *Educação em debate: reflexões sobre ensino superior, educação profissional e assistência estudantil*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 243 p. ISBN: 978-85-7826-463-5.
48. SILVA, Lucas Melgaço da; CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima (org.). *As voltas da avaliação educacional em múltiplos caminhos*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 425 p. ISBN: 978-85-7826-464-2.
49. SANTOS, Jean Mac Cole Tavares; MARTINS, Elcimar Simão (org.). *Ensino mé-dio: políticas educacionais, diversidades, contextos locais*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 235 p. ISBN: 978-85-7826-462-8.
50. NUNES, Maria Lúcia da Silva; TEIXEIRA, Mariana Marques; MACHADO, Charliton José dos Santos; ROCHA, Samuel Rodrigues da (org.). *Eu conto,*

- you conta*: leituras e pesquisas (auto)biográficas. Fortaleza: EdUECE, 2016. 235 p. ISBN: 978-85-7826-506-9.
51. MARTINHO RODRIGUES, Rui. *Diálogos transdisciplinares*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 142 p. ISBN: 978-85-7826-505-2.
  51. ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra (org.). *Serviço Social: uma profissão, distintos olhares*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 278 p. ISBN: 978-85-7826-478-9.
  52. VASCONCELOS, José Gerardo; XAVIER, Antônio Roberto; FERREIRA, Tereza Maria da Silva (org.). *História, memória e narrativas biográficas*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 191 p. ISBN: 978-85-7826-538-0.
  53. SANTOS, Patrícia Fernanda da Costa; SENA, Flávia Sousa de; GONÇALVES, Luiz Gonzaga; FURTADO, Quezia Vila Flor (org.). *Memórias escolares: quebrando o silêncio...* Fortaleza: EdUECE, 2017. 178 p. ISBN: 978-85-7826-537-3.
  54. CARVALHO, Scarlett O'hara Costa; FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS, José Gerardo. *O pedagogo na Assistência Social*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 122 p. ISBN: 978-85-7826-536-6.
  55. FIALHO, Lia Machado Fiuza; LOPES, Tania Maria Rodrigues (org.). *Docência e formação: percursos e narrativas*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 198 p. ISBN: 978-85-7826-551-9.
  56. LEITE, Raimundo Hélio; ARAÚJO, Karlane Holanda; SILVA, Lucas Melgaço da (org.). *Avaliação educacional: estudos e práticas institucionais de políticas de eficácia*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 242 p. ISBN: 978-85-7826-554-0.
  57. CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima; SILVA, Lucas Melgaço da; ARAÚJO, Karlane Holanda (org.). *Avaliação da aprendizagem: a pluralidade de práticas e suas implicações na educação*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 380 p. ISBN: 978-85-7826-553-3.
  58. SANTOS, Jean Mac Cole Tavares (org.). *Pesquisa em ensino e interdisciplinaridades: aproximações com o contexto escolar*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 178 p. ISBN: 978-85-7826-560-01.
  59. MATOS, Kelma Socorro Lopes de (org.). *Cultura de paz, educação e espiritualidade IV*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 346 p. ISBN: 978-85-7826-563-2.
  60. MUNIZ, Cellina Rodrigues (org.). *Linguagens do riso, práticas discursivas do humor*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 186 p. ISBN: 978-85-7826-555-7.
  61. MARTINHO RODRIGUES, Rui. *Talvez em nome do povo... Uma legitimidade peculiar*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 340 p. ISBN: 978-85-7826-562-5.
  62. MARTINHO RODRIGUES, Rui. *Política, Identidade, Educação e História*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 172 p. ISBN: 978-85-7826-564-9.
  63. OLINDA, Ercília Maria Braga de; GOLDBERG, Luciane Germano (org.). *Pesquisa (auto)biográfica em Educação: afetos e (trans)formações*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 445 p. ISBN: 978-85-7826-574-8.
  64. MARTINHO RODRIGUES, Rui. *O desafio do conhecimento histórico*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 130 p. ISBN: 978-85-7826-575-5.
  65. RIBEIRO, Ana Paula de Medeiros; FAÇANHA, Cristina Soares; COELHO, Tâmara Maria Bezerra Costa (org.). *Costurando histórias: conceitos, cartas e contos*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 182 p. ISBN: 978-85-7826-561-8.
  66. BRANDENBURG, Cristine; SILVA, Jocyana Cavalcante da; SILVA, Jáderson Cavalcante da (org.). *Interface entre Educação, Educação Física e Saúde*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 211 p. ISBN: 978-85-7826-576-2.
  67. FARIAS, Isabel Maria Sabino de; JARDILINO, José Rubens Lima; SILVESTRE, Magali Aparecida; ARAÚJO, Regina Magna Bonifácio de (org.). *Pesquisa em Rede: diálogos de formação em contextos coletivos de conhecimento*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 171 p. ISBN: 978-85-7826-577-9.

68. MOREIRA, Eugenio Eduardo Pimentel; RIBEIRO, Ana Paula de Medeiros; MARQUES, Cláudio de Albuquerque (Autores). *Implantação e atuação do Sistema de Monitoramento e avaliação do Programa Seguro-Desemprego*: estudo de caso. Fortaleza: EdUECE, 2017. 340 p. ISBN: 978-85-7826-591-5.
69. XAVIER, Antônio Roberto; FERREIRA, Tereza Maria da Silva; MATOS, Camilla Saraiva de (org.). *Pesquisas educacionais*: abordagens teórico-metodológicas. Fortaleza: EdUECE, 2017. 271 p. ISBN: 978-85-7826-602-8.
70. ADAD, Shara Jane Holanda Costa; COSTA, Hercilene Maria e Silva (org.). *Entre-lugares*: Tecidos Sociopoéticos em Revista. Fortaleza: EdUECE, 2017. 273 p. 978-85-7826-628-8.
71. MACHADO, Maria do Livramento da Silva (org.). *Jovens bailarinas de Vazan-tinha*: conceitos de corpo nos entrelaces afroancestrais da dança na educação. Fortaleza: EdUECE, 2018. 337 p. ISBN: 978-85-7826-637-0.
72. MACHADO, Maria do Livramento da Silva (org.). *Jovens bailarinas de Vazan-tinha*: conceitos de corpo nos entrelaces afroancestrais da dança na educação. Fortaleza: EdUECE, 2018. 337 p. ISBN: 978-85-7826-638-7 (E-book).
73. SANTOS, Maria Dilma Andrade Vieira dos. *Jovens circenses na corda bamba*: confetos sobre o riso e o corpo na educação em movimento. Fortaleza: EdUECE, 2018. 227 p. ISBN: 978-85-7826-639-4.
74. SANTOS, Maria Dilma Andrade Vieira dos. *Jovens circenses na corda bamba*: confetos sobre o riso e o corpo na educação em movimento. Fortaleza: EdUECE, 2018. 227 p. ISBN: 978-85-7826-640-0 (E-book).
75. SILVA, Kricia de Sousa. *“Manobras” sociopoéticas*: aprendendo em movimento com skatistas do litoral do Piauí. Fortaleza: EdUECE, 2018. 224 p. ISBN: 978-85-7826-641-7.
76. SILVA, Kricia de Sousa. *“Manobras” sociopoéticas*: aprendendo em movimento com skatistas do litoral do Piauí. Fortaleza: EdUECE, 2018. 224 p. ISBN: 978-85-7826-636-3 (E-book).
77. VIEIRA, Maria Dolores dos Santos. *Entre acordes das relações de gênero*: a Orquestra Jovem da Escola “Padre Luis de Castro Brasileiro” em União-Piauí. Fortaleza: EdUECE, 2018. 247 p. ISBN: 978-85-7826-647-9.
78. XAVIER, Antônio Roberto; FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS, José Gerardo (Autores). *História, memória e educação*: aspectos conceituais e teórico-epistemológicos. Fortaleza: EdUECE, 2018. 193 p. ISBN: 978-85-7826-648-6.
79. MACHADO, Charliton José dos Santos (org.). *Desafios da escrita biográfica*: experiências de pesquisas. Fortaleza: EdUECE, 2018. 237 p. ISBN: 978-85-7826-654-7.
80. MACHADO, Charliton José dos Santos (org.). *Desafios da escrita biográfica*: experiências de pesquisas. Fortaleza: EdUECE, 2018. 237 p. ISBN: 978-85-7826-653-0 (E-book).
81. OLIVEIRA, Mayara Danyelle Rodrigues de. *Rabiscos rizomáticos sobre alegria na escola*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 210 p. ISBN: 978-85-7826-651-6.
82. OLIVEIRA, Mayara Danyelle Rodrigues de. *Rabiscos rizomáticos sobre alegria na escola*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 210 p. ISBN: 978-85-7826-652-3 (E-book).
83. SOUZA, Sandro Soares de. *Corpos movediços, vivências libertárias*: a criação de confetos sociopoéticos acerca da autogestão. Fortaleza: EdUECE, 2018. 275 p. ISBN: 978-85-7826-650-9.
84. SOUZA, Sandro Soares de. *Corpos movediços, vivências libertárias*: a criação de confetos sociopoéticos acerca da autogestão. Fortaleza: EdUECE, 2018. 275 p. ISBN: 978-85-7826-649-3 (E-book).

85. SANTOS, Vanessa Nunes dos. *Sociopoetizando a filosofia de jovens sobre as violências e a relação com a convivência na escola, em Teresina-PI*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 257 p. ISBN: 978-85-7826-664-6.
86. SANTOS, Vanessa Nunes dos. *Sociopoetizando a filosofia de jovens sobre as violências e a relação com a convivência na escola, em Teresina-PI*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 257 p. ISBN: 978-85-7826-662-2 (E-book).
87. MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; SANTANA, Ajanayr Michelly Sobral (org.). *Gênero e cultura: questões políticas, históricas e educacionais*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 281 p. ISBN: 978-85-7826-673-8.
88. XAVIER, Antônio Roberto; MALUF, Sâmia Nagib; CYSNE, Maria do Rosário de Fátima Portela (org.). *Gestão e políticas públicas: estratégias, práticas e desafios*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 197 p. ISBN: 978-85-7826-670-7.
89. DAMASCENO, MARIA NOBRE. *Lições da Pedagogia de Jesus: amor, ensino e justiça*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 119 p. ISBN: 978-85-7826-689-9.
90. ADAD, Clara Jane Costa. *Candomblé e Direito: tradições em diálogo*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 155 p. ISBN: 978-85-7826-690-5.
91. ADAD, Clara Jane Costa. *Candomblé e Direito: tradições em diálogo*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 155 p. ISBN: 978-85-7826-691-2 (E-book).
92. MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva (Autores). *Tudo azul com dona Neuza: Poder e Disputa Local em 1968*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 141 p. ISBN: 978-85-7826-670-7.
93. XAVIER, Antônio Roberto; MALUF, Sâmia Nagib; CYSNE, Maria do Rosário de Fátima Portela (org.). *Gestão e políticas públicas: estratégias, práticas e desafios*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 197 p. ISBN: 978-85-7826-671-4 (E-book).
94. GAMA, Marta. *Entrelugares de direito e arte: experiência artística e criação na formação do jurista*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 445 p. ISBN: 978-85-7826-702-5.
95. GAMA, Marta. *Entrelugares de direito e arte: experiência artística e criação na formação do jurista*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 445 p. ISBN: 978-85-7826-703-2 (E-book).
96. LEITINHO, Meirecele Caliope; DIAS, Ana Maria Iorio (org.). *Discutindo o pensamento curricular: processos formativos*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 203 p. ISBN: 978-85-7826-701-8.
97. BEZERRA, Milena de Holanda Oliveira; GADELHA, Raimunda Rosilene Magalhães; CARNEIRO, Stânia Nágila Vasconcelos; FERREIRA, Paulo Jorge de Oliveira (org.). *Educação e saúde: vivendo e trocando experiências no Programa de Educação pelo Trabalho (PET)*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 233 p. ISBN: 978-85-7826-713-1 (E-book).
98. SUCUPIRA, Tânia Gorayeb; VASCONCELOS, José Gerardo; FIALHO; Lia Machado Fiúza. *Quilombo Boqueirão da Arara, Ceará: memórias, histórias e práticas educativas*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 151 p. ISBN: 978-85-7826-687-5.
99. RIBEIRO, Luís Távora Furtado; SILVA, Samara Mendes Araújo; CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura (org.). *Debates em História da Educação e Formação de Professores: perspectivas da educação contemporânea*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 300 p. ISBN: 978-85-7826-724-7 (E-book).
100. BRANDENBURG, Cristine; SILVA, Jocyana Cavalcante da (org.). *Práticas de ensino: semeando produções científicas parceiras*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 179 p. ISBN: 978-85-7826-725-4.
101. MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; SANTANA, Ajanayr Michelly Sobral (org.). *Exercício da escrita (auto)biográfica*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 398 p. ISBN: 978-85-7826-723-0 (E-book).

102. SILVA; Adryel Vieira Caetano da; NASCIMENTO; Jordana Marjorie Barbosa do; VIEIRA, Lívia Moreira Lima; LOPES, Thaynara Ferreira; CARVALHO, Rhanna Emanuela Fontenele Lima de (org.). *25 Anos de PET Enfermagem: uma trajetória de pesquisa, conhecimento e promoção de saúde*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 215 p. ISBN: 978-85-7826-745-2 (E-book).
103. SILVA, Maria do Socorro Borges da. *De “mulher-maravilha” a “cidadão persi”*: professoras capulana do educar em direitos humanos. Fortaleza: EdUECE, 2019. 109 p. ISBN: 978-85-7826-753-7.
104. COSTA, Hercilene Maria e Silva; ADAD, Shara Jane Holanda Costa (org.). *Círculo de cultura sociopoético*: diálogos com Paulo Freire sempre!. Fortaleza: EdUECE, 2019. 190 p. ISBN: 978-85-7826-741-4 (E-book).
105. MELO, Deywid Wagner de; MOTA, Maria Danielle Araújo; MAKIYAMA, Simone (org.). *Letramentos e suas múltiplas faces*: experiências do PIBID na UFAL. Fortaleza: EdUECE, 2019. 458 p.
106. AMARAL, Maria Gerlaine Belchior; MACIEL, Maria José Camelo; OLIVEIRA, Antonio Marcone de (org.). *Pedagogia do trabalho*: a atuação do pedagogo na educação profissional. Fortaleza: EdUECE, 2020. 214 p. ISBN: 978-85-7826-774-2.
107. AMARAL, Maria Gerlaine Belchior; MACIEL, Maria José Camelo; OLIVEIRA, Antonio Marcone de (org.). *Pedagogia do trabalho*: a atuação do pedagogo na educação profissional. Fortaleza: EdUECE, 2020. 214 p. ISBN: 978-85-7826-775-9 (E-book).
108. LEITE, Luciana de Lima Lopes. *Ocupar é reexistir! Práticas artísticas como tática de resistência nas ocupações do coletivo ocupArthe, em Teresina (2014)*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 266 p. ISBN: 978-85-7826-779-7 (E-book).
109. GOMES, Wagner. *Ensino de História e interdisciplinaridade*: reflexões epistemológicas. Fortaleza: EdUECE, 2020. 185 p. ISBN: 979-65-86445-00-8. (E-book).
110. MELO, Deywid Wagner de; MOTA, Maria Danielle Araújo; MAKIYAMA, Simone (org.). *Letramentos e suas múltiplas faces*: experiências do PIBID na UFAL. Fortaleza: EdUECE, 2019. 458 p. ISBN: 978-65-86445-05-3. (E-book).
111. ALVES, Danielle Coelho; VALE, Erlenia Sobral do; CAMELO, Renata Albuquerque (org.). *Instrumentos e técnicas do Serviço Social*: desafios cotidianos para uma instrumentalidade mediada. Fortaleza: EdUECE, 2020. 411 p. ISBN: 978-65-86445-01-5.
112. NUNES, Maria Lúcia da Silva (org.). *Paisagens da história da educação*: memórias, imprensa e literatura. Fortaleza: EdUECE, 2020. 216 p. ISBN: 978-65-86445-07-7.
113. MORAES, Ana Cristina de; CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura; RODRIGUES, Cicera Sineide Dantas (org.). *Arte, docência e práticas educativas*: experiências e contextos. Fortaleza: EdUECE, 2020. 656 p. ISBN: 978-65-86445-25-1. (E-book).
114. SILVA, Maria do Socorro Borges da; FARIAS, Emerson de Souza. *Educação e direitos humanos de crianças e adolescentes*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 110 p. ISBN: 978-65-86445-29-9 (E-book).
115. VIANA, Patrícia Ferreira de Sousa; ADAD, Shara Jane Holanda Costa. *A sociopoética como inovação metodológica na pesquisa em saúde bucal coletiva, com jovens em formação*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 186 p. ISBN: 978-65-86445-34-3. (E-book).
116. OLINDA, Ercília Maria Braga de; PAZ, Renata Marinho (org.). *Narrativas autobiográficas e religiosidade*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 421 p. ISBN: 978-65-86445-43-5. (E-book).

117. ARAÚJO, Conceição de Maria Sousa. *Ensinar e aprender filosofia numa perspectiva ética*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 236 p. ISBN: 978-65-86445-48-0. (E-book).
118. MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; LACET, Juliana Aparecida Lemos. *Maria Camélia Pessoa da Costa: educação como missão de vida*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 216 p. ISBN: 978-65-86445-55-8 (E-book).
119. MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; LACET, Juliana Aparecida Lemos. *Maria Camélia Pessoa da Costa: educação como missão de vida*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 216 p. ISBN: 978-65-86445-51-0.
120. ADAD, Shara Jane Holanda Costa; LIMA, Joana D'arc de Sousa; BRITO, Antônia Edna. *Práticas educativas: múltiplas experiências em educação*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 558 p. ISBN: 978-65-86445-62-6 (E-book).
121. RIBEIRO, Luis Távora Furtado; SILVA, Samara Mendes Araújo; CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura (org.). *Formação e experiências docentes: práticas pedagógicas em diferentes contextos e cenários: perspectivas da educação contemporânea*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 475 p. ISBN: 978-65-86445-70-1 (E-book).
122. CARVALHO, Maria Vilani Cosme de; MATOS, Kelma Socorro Alves Lopes de (org.). *Psicologia da educação: teorias do desenvolvimento e da aprendizagem em discussão*. 3. ed. Fortaleza: EdUECE, 2021. 277 p. ISBN: 978-65-86445-69-5. (E-book).
123. SILVA, Hebelyanne Pimentel da. *Uma década de prosa: impressos e impressões da professora e jornalista Maria Mariá (1953-1959)*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 289 p. ISBN: 978-65-86445-71-8. (E-book).
124. LIMA, Caciano Silva. *Sociopoética no Brasil: uma pesquisa com Educadores Museais*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 193 p. ISBN: 978-65-86445-79-4. (E-book).
125. LIMA, Caciano Silva. *Sociopoética no Brasil: uma pesquisa com Educadores Museais*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 193 p. ISBN: 978-65-86445-80-0.
126. AMARAL, Maria Gerlaine Belchior; SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima; ARAÚJO, Talita Medeiros de (org.). *Pedagogia jurídica no Brasil: questões teóricas e práticas de um campo em construção*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 453 p. ISBN: 978-65-86445-88-6.
127. AMARAL, Maria Gerlaine Belchior; SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima; ARAÚJO, Talita Medeiros de (org.). *Pedagogia jurídica no Brasil: questões teóricas e práticas de um campo em construção*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 453 p. ISBN: 978-65-86445-89-3 (E-book).
128. CARVALHO, Scarlett O'Hara Costa; FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Irmã Maria Montenegro: uma vida dedicada à educação*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 166 p. ISBN: 978-65-86445-95-4. (E-book).
129. SANTOS, Francisca Mayane Benvindo dos; FIALHO, Lia Machado Fiuza; SALES, José Albio Moreira de. *Maria Socorro Lucena Lima: educadora cearense referência na formação de professores*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 183 p. ISBN: 978-65-86445-98-5. (E-book).
130. SOUZA, Antoniele Silvana de Melo; FIALHO, Lia Machado Fiuza; SALES, José Albio Moreira de. *Donêta Leite: biografia de uma educadora religiosa*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 207 p. ISBN: 978-65-86445-96-1 (E-book).
131. ALVES, Danielle Coelho; VALE, Erlenia Sobral do; CAMELO, Renata Albuquerque (org.). *Instrumentos e técnicas do Serviço Social: desafios cotidianos para uma instrumentalidade mediada*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 411 p. ISBN: 978-65-86445-97-8. (E-book).
132. MARTINS, Elcimar Simão; COSTA, Elisângela André da Silva; CAVALCANTE, Maria Marina Dias; LIMA, Maria Socorro Lucena (org.). *Pesquisa educa-*

- cional*: tecituras colaborativas na pós-graduação. Fortaleza: EdUECE, 2021. 200 p. ISBN: 978-65-86445-99-2.
133. SILVA, Gustavo Augusto Fonseca. *Por uma educação linguística libertadora*: os estudos gramaticais no ensino básico à luz da pedagogia de Paulo Freire. Fortaleza: EdUECE, 2021. 176 p. ISBN: 978-85-7826-788-9 (*E-book*).
  134. FREIRE, Vitória Cherida Costa; FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Maria Luiza Fontenele*: formação educacional e política. Fortaleza: EdUECE, 2021. 212 p. ISBN: 978-85-7826-790-2 (*E-book*).
  135. XAVIER, Antônio Roberto; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; SOUSA, José Weyne de Freitas (org.). *Planejamento, políticas públicas e gestão sustentável*: demandas sociais contemporâneas. Fortaleza: EdUECE, 2021. 176 p. ISBN: 978-85-7826-787-2 (*E-book*).
  136. XAVIER, Antônio Roberto; SANTOS, José Cleilson de Paiva dos; SILVA, Ana Maria Alves da (org.). *Saberes tradicionais, políticas e ações sustentáveis*: múltiplos atores, diversas abordagens. Fortaleza: EdUECE, 2021. 229 p. ISBN: 978-85-7826-786-5 (*E-book*).
  137. SANTOS, Francisca Mayane Benvindo dos; FIALHO, Lia Machado Fiuza; SALES, José Albio Moreira de. *Maria Socorro Lucena Lima*: educadora cearense referência na formação de professores. Fortaleza: EdUECE, 2021. 183 p. ISBN: 978-85-7826-796-4.
  138. CARVALHO, Scarlett O'Hara Costa; FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Irmã Maria Montenegro*: uma vida dedicada à educação. Fortaleza: EdUECE, 2021. 164 p. ISBN: 978-85-7826-795-7.
  139. GAUTHIER, Jacques; AMARAL, Augusto Luís Medeiros; AMARAL, Raquel Ávila; ARAÚJO, Natan; GAUTHIER, Maria do Rosário da Soledade; STEIN, Yanée Maudia. *A borboleta cuidamor ambiental*: uma pesquisa sociopoética herética com medicinas indígenas e leitura de inspiração guarani dos dados de pesquisa. Fortaleza: EdUECE, 2021. 248 p. ISBN: 978-85-7826-792-6 (*E-book*).
  140. MACIEL, Jocyana Cavalcante da Silva; BRANDENBURG, Cristine; BARON, Miriam Viviane. *Caminhos para o protagonismo em seus espaços da educação saúde*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 172 p. ISBN: 978-85-7826-799-5.
  141. VIEIRA, Arlindo Mendes; MARTINS, Elcimar Simão; COSTA, Elisangela André da Silva; FREIRE, Jacqueline Cunha da Serra; LIMA, Maria Socorro Lucena; ALMEIDA, Sinara Mota Neves de (org.). *Tecituras decoloniais da formação de professores*: incertezas, desafios e lutas. Fortaleza: EdUECE, 2021. 258 p. ISBN: 978-85-7826-812-1 (*E-book*).
  142. MARTINS, Elcimar Simão; COSTA, Elisangela André da Silva; CAVALCANTE, Maria Marina Dias; LIMA, Maria Socorro Lucena (org.). *Pesquisa educacional*: tecituras colaborativas na pós-graduação. Fortaleza: EdUECE, 2021. 200 p. ISBN: 978-85-7826-803-9 (*E-book*).
  143. CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura; FALCÃO, Giovana Maria Belém (org.). *Marcos da constituição da identidade docente*: narrativas expressas em cartas pedagógicas. Fortaleza: EdUECE, 2022. 194 p. ISBN: 978-85-7826-817-6. (*E-book*).
  144. CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura; FALCÃO, Giovana Maria Belém (org.). *Marcos da constituição da identidade docente*: narrativas expressas em cartas pedagógicas. Fortaleza: EdUECE, 2022. 194 p. ISBN: 978-85-7826-818-3.
  145. RIBEIRO, Rosa Maria Barros; SILVA, Samia Paula dos Santos; MEDEIROS, Jarles Lopes de; MATIAS, Emanuela Ferreira; FERNANDES, Maria de Lourdes Carvalho Nunes (org.). *Ética, educação e diversidade*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 356 p. ISBN: 978-85-7826-822-0.

146. RIBEIRO, Rosa Maria Barros; SILVA, Samia Paula dos Santos; MEDEIROS, Jarles Lopes de; MATIAS, Emanuela Ferreira; FERNANDES, Maria de Lourdes Carvalho Nunes (org.). *Ética, educação e diversidade*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 356 p. ISBN: 978-85-7826-821-3. (E-book).
147. RIBEIRO, Luís Távora Furtado; SILVA, Samara Mendes Araújo; CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura (org.). *Perspectivas sobre formação docente: experiências contemporâneas e contextos curriculares*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 270 p. ISBN: 978-85-7826-826-8 (E-book).
148. MACIEL, Maria Jose Camelo; LIMA, Jaqueline Rabelo de; VARELA, Sarah Bezerra Luna; CARVALHO, Marília Nogueira. *Prática docente no ensino superior: bases, relatos e memórias da formação*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 574 p. ISBN: 978-85-7826-823-7 (E-book).
149. PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; MACHADO, Charliton José dos Santos; BATISTA, Eraldo Leme; MÜLLER, Meire Terezinha (org.). *Educação e trabalho na paraíba*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 311 p. ISBN: 978-85-7826-830-5. (E-book).
150. PONCE, Hugo Heredia; RODRÍGUEZ, Susana Sánchez; PINO, Michel Santiago del; RUÍZ, María Remedios Fernández (org.). *Formación docente y educación lingüística*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 318 p. ISBN: 978-85-7826-841-1 (E-book).
151. PONCE, Hugo Heredia; RODRÍGUEZ, Susana Sánchez; PINO, Michel Santiago del; RUÍZ, María Remedios Fernández (org.). *Formación docente y educación lingüística*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 318 p. ISBN: 978-85-7826-839-8.
152. COLLANTES, Milagrosa Parrado; JURADO, Paula Rivera; IBÁÑEZ, Ester Trigo; PÉREZ, Celia Sanz. *Formación docente y educación literaria*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 348 p. ISBN: 978-85-7826-837-4 (E-book).
153. COLLANTES, Milagrosa Parrado; JURADO, Paula Rivera; IBÁÑEZ, Ester Trigo; PÉREZ, Celia Sanz. *Formación docente y educación literaria*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 348 p. ISBN: 978-85-7826-837-4.
154. MOREIRA, Francisca de Assis Viana; LOPES, Tania Maria Rodrigues; MEDEIROS, Jarles Lopes de (org.). *Educação a distância e a formação em pedagogia: Experiências da universidade estadual do ceará*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 323 p. ISBN: 978-85-7826-838-1 (E-book).
155. CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura; MORAES, Ana Cristina de; RODRIGUES, Cicera Sineide Dantas (org.). *Docência(s): experiências e sentidos*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 240 p. ISBN: 978-85-7826-843-5 (E-book).
156. MARTINS, Elcimar Simão; COSTA, Elisangela André da Silva; ALMEIDA, Emannel Rodrigues; MOREIRA, Eugenio Eduardo Pimentel; MEIJER, Rebeca de Alcântara e Silva; ALMEIDA, Sinara Mota Neves de (org.). *Ensino e pesquisa na pós-graduação: teoria, prática e práxis*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 350 p. ISBN: 978-85-7826-849-7. (E-book).
157. ALVES, Danielle Coelho; VALE, Erlenias Sobral do; ALEXANDRE, Tainara (org.). *Serviço social, instrumentalidade e movimentos sociais*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 469 p. ISBN: 978-85-7826-851-0.
158. FALCÃO, Giovana Maria Belém; SANTOS, Aurea Lucia Cruz dos; FERNANDES, Andréia Matias (org.). *Educação inclusiva em diálogos: tessituras sobre formação e experiências docentes*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 292 p. ISBN: 978-85-7826-853-4. (E-book).

159. XAVIER, Antônio Roberto; MUNIZ, Karla Renata de Aguiar; OLIVEIRA, Lucineide de Abreu (org.). *Covid-19, políticas públicas e sustentabilidade: desafios à ciência e aos recursos tecnológicos*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 254 p. ISBN: 978-85-7826-858-9. (E-book).
160. BESERRA, Raquel Carine Martins; KACZAN, Maria Anita Vieira Lustosa; MEDEIROS, Jarles Lopes de (org.). *Educação em tempos de pandemia*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 258 p. ISBN: 978-85-7826-863-3. (E-book).
161. FIDELIS, Cid Nogueira. *Cinematografia indígena: a experiência social sob o foco da cultura Guarani-Kaiowá*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 237 p. ISBN: 978-85-7826-859-6.
162. FIDELIS, Cid Nogueira. *Cinematografia indígena: a experiência social sob o foco da cultura Guarani-Kaiowá*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 237 p. ISBN: 978-85-7826-860-2. (E-book).
163. MARTINS, Elcimar Simão; COSTA, Elisangela André da Silva; FUSARI, José Cerchi; ALMEIDA, Maria Isabel de; PIMENTA, Selma Garrido (org.). *Retratos da escola pública brasileira em tempos neoliberais*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 261 p. ISBN: 978-85-7826-869-5. (E-book).
164. FALCÃO, Giovana Maria Belém; SANTOS, Aurea Lucia Cruz dos; FERNANDES, Andréia Matias (org.). *Educação inclusiva em diálogos: tessituras sobre formação e experiências docentes*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 292 p. ISBN: 978-85-7826-871-8.
165. MORAES, Ana Cristina de; LIMA, Izabel Cristina Soares da Silva; QUEIROZ, Juliane Gonçalves (org.). *Cultura(s), educação e arte nos caminhos da (auto)formação docente*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 285 p. ISBN: 978-85-7826-872-5. (E-book).
166. COSTA, Maria Aparecida Alves da; FIALHO, Lia Machado Fiuza (autoras). *Maria Cinobelina Elvas: docência na Escola Normal (1981-1988)*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 285 p. ISBN: 978-85-7826-879-4. (E-book).
167. HOLANDA, Violeta Maria de Siqueira; GOSSELIN, Anne-Sophie Marie Frédérique (org.). *Mulheres na ciência: diálogos sobre gênero e diversidade nas escolas e na universidade*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 576 p. ISBN: 978-85-7826-877-0.
168. HOLANDA, Violeta Maria de Siqueira; GOSSELIN, Anne-Sophie Marie Frédérique (org.). *Mulheres na ciência: diálogos sobre gênero e diversidade nas escolas e na universidade*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 576 p. ISBN: 978-85-7826-878-7. (E-book).
169. ALVES, Maria Alda de Sousa; ANDRADE, Michely Peres de; OLIVEIRA, Anderson Souza (org.). *Narrativas e práticas de ensino em Ciências Sociais: diálogos com a pesquisa e a extensão*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 290 p. ISBN: 978-85-7826-883-1. (E-book).
170. NASCIMENTO, Karla Angélica Silva do. *Mobile collaborative learning e a prática docente com o suporte de tecnologias móveis*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 312 p. ISBN: 978-85-7826-886-2. (E-book).
171. NASCIMENTO, Karla Angélica Silva do. *Software educativo livre para o ensino de Geometria*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 228 p. ISBN: 978-85-7826-884-8. (E-book).
172. MORAES, Ana Cristina de; MACEDO, Eloilma Moura Siqueira. *Literatura de cordel em impulsos criativos na formação docente*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 148 p. ISBN: 978-85-7826-887-9.
173. MORAES, Ana Cristina de; MACEDO, Eloilma Moura Siqueira. *Literatura de cordel em impulsos criativos na formação docente*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 148 p. ISBN: 978-85-7826-885-5. (E-book).

174. ALVES, Danielle Coelho; VALE, Erlenias Sobral do; ALEXANDRE, Tainara (org.). *Serviço social, instrumentalidade e movimentos sociais*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 470 p. ISBN: 978-85-7826-890-9. (E-book).
175. MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lucia da Silva (org.). *Educação e educadoras na Paraíba do século xx: um balanço da produção acadêmica*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 257 p. ISBN: 978-85-7826-896-1. (E-book).
176. FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Biografias e histórias da formação de mulheres educadoras*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 347 p. ISBN: 978-85-7826-894-7. (E-book).
177. XAVIER, Antônio Roberto; LEMOS, Ana Beatriz da Silva; LIMA, Maria Vândia Guedes (org.). *Sociobiodiversidade, tecnologias sustentáveis e educação ambiental no contexto da lusofonia afro-brasileira*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 327 p. ISBN: 978-85-7826-901-2. (E-book).
178. MARTINS, Elcimar Simão; COSTA, Elisângela André da Silva; ALMEIDA, Emanuel Rodrigues; MEIJER, Rebeca de Alcântara e Silva; ALMEIDA, Sinaira Mota Neves de (org.). *Formação docente, práticas educativas (decoloniais) e avaliação: múltiplos olhares*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 375 p. ISBN: 978-85-7826-902-9. (E-book).
179. MORAES, Ana Cristina de; MACEDO, Eloilma Moura Siqueira (org.). *Formação docente e (auto)biografias*. Fortaleza: EdUECE, 2024. 393 p. ISBN: 978-85-7826-921-0. (E-book).
180. LOPES, Aline Siebra Fonteles; ARAUJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues; CAVALCANTE, Sueli Maria de Araújo. *Ações de ensino, pesquisa e extensão direcionadas a pessoas privadas de liberdade em instituições federais de educação superior*. Fortaleza: EdUECE, 2024. 215 p. ISBN: 978-85-7826-913-5. (E-book).

A obra consiste numa pesquisa inovadora e extremamente necessária por escolher partilhar a intersecção entre educação, pesquisa e extensão presente na realidade das políticas públicas educacionais destinadas às pessoas privadas de liberdade nas Instituições Federais de Ensino Superior, contexto de ensino que nos convida, como sujeitos sociais, a refletir sobre o quão são indispensáveis e precisam ser visibilizadas, acompanhadas, reavaliadas, reestruturadas e ampliadas nas suas proposições cidadãs. Nesse sentido, recomendo que leiam este livro e, assim como me aconteceu, ampliem os seus olhares, empatias e compromissos com esta demanda socioeducacional brasileira, para juntos apoiarmos, defendermos e exigirmos reformulações necessárias aos processos educacionais com o intuito de acelerar as desejadas transformações sociais.



**Dra. Inambê Sales Fontenele**

Instituto Federal de Educação, Ciências e  
Tecnologia do Ceará (IFCE)

